



Agenda 21 de Extrema



Prefácio



*De todas as loucuras, a maior
é querer consertar o mundo
(Molière)*

Embora o mundo atual seja tão descrente quanto Molière, felizmente ainda sobram entre nós, os sonhadores dos novos tempos, que mesclam seus sonhos a esforços ingentes para concretizá-los, na certeza de que o mundo só terá sentido para todos nós, enquanto pelo menos alguns se dedicarem à construção de utopias.

Poetas, sonhadores, não importa do que nos chamem, ou melhor, é ótimo que assim nos chamem, pois está na literatura a melhor descrição de futuro e nesta e em outras artes a antecipação do porvir do Homem. Traçado em detalhes, ou apenas esboçado, em diferentes situações e cenários, os artistas, melhor que os homens de Ciência, nos mostram o que poderemos vir a ser, dependendo dos caminhos que cruzarmos.

Vejo que os cidadãos de Extrema fizeram sua escolha: em conjunto, democraticamente, decidiram construir um cenário positivo de respeito à Natureza, de prosperidade em harmonia com o meio ambiente para os seus filhos e

netos. Cidadãos sintonizados com os novos tempos de racionalidade nas relações com o meio em que vivem, traçaram as linhas mestras para o progresso e a expansão de seu município, sem se esquecer de que nenhum movimento ambientalista tem sentido, se junto não promover o crescimento do Homem.

Um capítulo inteiro está voltado para a “sustentabilidade do desenvolvimento humano,” impossível de ser alcançada sem a profunda compreensão de que este ideal jamais será atingido sem criarmos condições de alimentar a alma humana, “contaminando-a” em seus pensamentos e anseios com a beleza e o exemplo de entrosamento solidário da natureza.

É um orgulho para todos nós ganhar espaço neste trabalho que realça de modo especial a sensibilidade e a inteligência do povo das Gerais. E para mim, uma honra.

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Secretário de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais

Agenda 21 de Extrema



COMISSÃO DA AGENDA 21 DE EXTREMA - Decreto Municipal nº 1378/2003

Presidente:

Luiz Carlos Bergamin - Prefeito Municipal de Extrema.

Membros:

Antônio Basaglia - Presidente da Associação do Meio Ambiente (AME).

Antônio Pedro de Toledo - Presidente da Câmara de Vereadores.

Antônio Ribeiro de Almeida - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Material Elétrico de Extrema (SINEXTRE).

Carlos Eduardo Pinto - Delegado de Polícia.

Edson Ferreira do Nascimento - Presidente da Associação dos Moradores Bela Vista / Morbidelli.

João Batista da Silva - Diretor do Departamento de Fazenda.

José Aoad Raya - Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Itapeva e Extrema (SINMEC).

José Maria do Couto - Presidente da Associação Comercial e Industrial de Extrema (ACIEX)

Luiz Marcos Canto Kraide - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Oscar H. A. M. Breninkmeijer - Representante do Sindicato dos Produtores Rurais.

Otair Pereira Rosa - Representante do Departamento de Obras.

Paulo Sergio Solla Kroeff - Diretor do Departamento de Cultura e Turismo.

Robison de Andrade Santos - Capitão da Polícia Militar.

Terezinha Monteiro Onisto - Diretora do Departamento de Educação.

SECRETARIA EXECUTIVA

Paulo Henrique Pereira - Diretor do Departamento de Meio Ambiente.

Dora Ribeiro - Coordenadora de Educação Ambiental.

Consultores:

Profa. Dra. Maria do Carmo de Lima Bezerra.

Prof. Dr. Otto Ribas.

Leitura crítica:

Joaquim Carlos Freire.

Anna Flávia de Senna Franco

Grupos Temáticos



PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE URBANA

Coordenador: Otair Pereira Rosa - Prefeitura de Extrema.
Relator: Romualdo Martins - Engenheiro de Telecomunicação.
Luis Carlos Bergamin - Prefeitura de Extrema.
Paulo Sergio Solla Kroeff - Prefeitura de Extrema.
Marcelo Yoshio Nonoyama - Setor imobiliário.
José Almeida Chagas - Associação do Meio Ambiente de Extrema (AME).
Raul Bomilcar Amaral - Associação do Meio Ambiente de Extrema (AME).
Paulo César de Freitas - Pastoral da juventude.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Coordenador: Oscar H. A. M Brerinkmeijer - Sindicato Rural.
Relatora: Benedita de Fátima Lima - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).
Amilcar Baptista Pasta - Veterinário.
Djalma Ramos Rocha - Circuito Turístico Serras Verdes do sul de Minas.
Antonio Basaglia - Associação do Meio Ambiente de Extrema (AME).
Pedro Gicliotti Neto - Comércio.
Alcebiades Alves de Almeida - Associação de Meio Ambiente de Extrema (AME).
Luiz Faria - Engenheiro Florestal.
Marcos A. Pereira Rosa - Agrônomo.

INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Coordenador: Paulo Sérgio Solla Kroeff - Prefeitura de Extrema.
Relatora: Maria Luiza Rossi - Psicóloga.
Maria Angélica Oliveira - Associação dos Artistas e Artesãos (CREARTE).
Ivaldo de Brito - Prefeitura de Extrema.
Milena Pilar Quartieri - Polícia Civil.
Horemheb Sueza Figueroa - Comércio.
Neuza Maria da Silva - Assistente Social.
Robison de Andrade Santos - Polícia Militar.

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Coordenador: Antônio Basaglia - Associação de Meio Ambiente de Extrema (AME).

Relator: Paulo Henrique Pereira - Prefeitura de Extrema.

Alcebiades Alves de Almeida - Associação de Meio Ambiente de Extrema (AME).

Anderson Henrique Algarve - Indústria Hutchinson Cestari.

Frederico Guilherme Alves Costa - Instituto Estadual de Florestas (IEF).

João Roberto Miranda - Companhia Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp).

Sandro Chagas - Associação de Meio Ambiente de Extrema. (AME).

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Coordenador: Terezinha Monteiro Onisto - Prefeitura de Extrema.

Relatora: Dulce Frugiuele Romero - Psicóloga.

Luiz Marcos Canto Kraide - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Mateus Naum Aparecido de Lima - Pastoral da juventude.

Celso Luiz de Almeida - Comércio.

Luiz Carlos Bergamin - Prefeitura de Extrema.

Paulo César de Freitas - Pastoral da juventude.

ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Coordenador e Relator: João Batista da Silva - Prefeitura de Extrema.

Djalma Ramos Rocha - Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas.

Cláudio de Almeida - Comércio.

Maria Geralda de Lima - Agência Fazendária.

Liscio Romero de Moraes Freitas - Banco do Brasil.

Jael Ivani Cerqueira dos Reis - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Itapeva e Extrema.

Antonio Pedro de Toledo - Câmara Municipal.

Edson Ferreira do Nascimento - Associação de moradores dos bairros Bela Vista e Morbidelli.

Entidades Participantes



ENTIDADES ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21 DE EXTREMA

Agência Fazendária
Associação Comercial e Industrial de Extrema (ACIEX)
Associação do Meio Ambiente de Extrema (AME)
Associação dos Amigos e Moradores do Bairro da Roseira
Associação dos Artistas e Artesãos de Extrema (CREATE)
Associação dos Moradores do Bairro de Ponte alta
Associação dos Moradores do Bairro do Jardim
Associação dos Moradores do Bairro dos Forjos
Associação dos Moradores do Bairro dos Pessegueiros
Associação dos Moradores dos Bairros Bela Vista / Morbidelli
Associação dos Moradores dos Bairros Jardim/ Juncal
Associação dos moradores e Amigos do Residencial Mantiqueira
Associação dos Moradores e amigos dos Bairros Tenentes e Furnas (ANATEF)
Associação Recanto São Francisco
Caixa Econômica Federal
Banco do Brasil
Banco Real
Câmara Municipal
Capela de Santo Antonio (Roseira)
Capela de São Brás
Capela de São Sebastião (Posses)
Capela de São Sebastião (Salto de Cima)
Capela Nossa Senhora Aparecida (Rodeio)
Capela Nossa Senhora Aparecida (Salto do Meio)
Capela Sagrada Família e São Nicolau (Matão)
Capela Santa Cruz (Forjos)
Casa do Caminho de Ananias
Centro de Educação Futuro
Centro de Reabilitação e Integração do Excepcional CRIE
Centro Educacional Terra
Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas
Comitê dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
Companhia de Saneamento Básico de Estado de São Paulo (Sabesp)
Conselho Tutelar de Extrema
Consórcio dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
Cooperativa das Costureiras
Creche Municipal Maria Aparecida Egídio
Creche Municipal Odila de Azevedo Marques Paiva

Diretório acadêmico "Benedito José de Toledo Filho" - FAEX
E.E.Alfredo Olivotti
E.E.João Batista de Moraes
E.E.Odete Valadares
E.M.Alcebiades Gilli
E.M.Alfredo Olivotti
E.M.Evandro Brito da Cunha
E.M.João Orsi de Moraes
E.M.Oswaldo de Oliveira
E.M.Pde.Adolfo Fabri
Educandário Primeiros Passos
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Extrema FAEX
Fórum de Extrema
Fundação Cloé Misael
Hospital e Maternidade São Lucas
Igreja Assembléia de Deus Ministério Madureira
Instituto Educacional Mantiqueira
Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG)
Movimento Companhia de Teatro
Paróquia de Santa Rita
Pastoral da Juventude
Polícia Civil
Polícia Militar de Minas Gerais
Prefeitura: Assistência Social, Depto da Fazenda, Depto de Cultura e Turismo, Depto de Educação, Depto de Esportes, Depto de Meio Ambiente, Depto de Obras, Depto de Saúde
Primeira Igreja Batista de Extrema
Profissionais liberais
Projeto Integral
Rodeio Futebol Clube
Serviço de Registro Civil
Serviço do 1º Tabelionato de Notas
Serviço do 2º Tabelionato de Notas
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Itapeva e Extrema (SINMEC)
Sindicato dos Produtores Rurais
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Materiais elétricos (SINEXTRE)

Apresentação



Ao iniciar uma nova administração, tenho o privilégio de herdar da sociedade de Extrema um documento que espelha a vontade de construir a sustentabilidade ampliada e progressiva. A construção do desenvolvimento sustentável é uma tarefa para toda a sociedade, não apenas para o governo; assim, o fato da participação da sociedade em sentar-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos e pactuar formas para resolvê-los foi o diferencial no processo da construção da Agenda 21 de Extrema.

A responsabilidade da sociedade com o desenvolvimento sustentável passa atualmente pela adoção da Agenda 21, que deverá balizar a conduta do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor nas próximas décadas.

A rigor, a Prefeitura é a grande executora da Agenda 21, pois a ela cabe tomar as principais decisões de implantação dos projetos, reunir informações, organizar dados e adotar as medidas necessárias para a implantação das propostas elaboradas de forma participativa. A cidade do futuro é aquela que determina as regras estáveis de sua ocupação, planejamento a longo prazo e seus desdobramentos.

O futuro é uma obra que se constrói no presente; cabe a nós o desafio de concretizar estas ações, que irão mudar o perfil da cidade, tornando realidade essa Utopia Concreta que se chama Agenda 21.

A Agenda 21 de Extrema constitui, sem dúvida, uma das mais importantes ferramentas para elaboração do planejamento municipal. E será a essência para a elaboração do Plano Plurianual PPA/2006-2009 Extrema Saudável.

DR. SEBASTIÃO ANTÔNIO CAMARGO ROSSI

Prefeito Municipal de Extrema - MG

Gestão 2005 a 2008

Gestão 1993 a 1996

Introdução



O maior desafio da Agenda 21 é internalizar, nas políticas públicas e, em especial, na definição de suas prioridades, os valores e princípios do desenvolvimento sustentável que busca o equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. O fim último e essencial do desenvolvimento sustentável é, pois, a garantia de vida com qualidade para todos.

Para tanto, é necessário um compromisso coletivo, onde a chave de seu sucesso depende da capacidade de mobilizar, integrar e dar prioridade às ações de caráter estratégico, que concentrem esforços e desencadeiem mudanças que a todos contagiem.

Não há a menor dúvida de que o processo de elaboração da Agenda 21 de Extrema tem se constituído em experiência inédita na história da cidade, onde os diferentes segmentos se organizaram para trabalhar de forma voluntária, produzindo, de fato, um planejamento participativo que originou o presente documento.

A Agenda 21 de Extrema aqui apresentada encontra-se estruturada em seis partes que guardam relação com o seu processo de construção, quais sejam:
Nos dois primeiros capítulos descreve-se o processo de elaboração da agenda, sua

metodologia, forma de consulta à sociedade e às premissas e princípios que nortearam sua elaboração como resultado dos pactos firmados entre os diferentes segmentos da sociedade representados na Comissão da Agenda 21 de Extrema.

O terceiro capítulo é composto pela Agenda de prioridades - Extrema 2020, estruturada a partir da ampla consulta realizada no município de onde foram eleitas pela Comissão as prioridades a serem alcançadas no horizonte de dezesseis anos. As propostas são apresentadas na forma de dezoito linhas desdobradas em ações que visam a atingir cinco grandes objetivos que emanaram dos princípios ético-valorativos, definidos ao longo do processo de construção da Agenda.

No quarto capítulo destaca-se a elaboração do diagnóstico sobre os entraves à sustentabilidade no município que reúne pela primeira vez o conjunto de informações sobre todos os aspectos do desenvolvimento municipal e foi construído de forma participativa e voluntária em grupos de trabalho constituídos no âmbito da comissão da agenda 21 de Extrema.

Finalmente, nos dois últimos capítulos temos o conjunto de ações e recomendações, resultado do amplo processo de consulta realizado em Extrema ao longo dos anos de 2003 - 2004 e são apontadas as possibilidades quanto aos meios de implementação das ações propostas.

As mudanças rumo ao desenvolvimento sustentável só ocorreram, entretanto, dentro de um processo de negociação permanente entre o executivo local e as

instituições da sociedade. Negociar é assumir as diferenças e reconhecer nos conflitos de interesses a essência da experiência e dos compromissos democráticos.

A Agenda 21 deve ter conseqüências práticas para as políticas, programas e projetos de desenvolvimento sustentável do município já a partir do próximo plano de governo, quando a sociedade poderá influir com propostas por todos referendadas.

Agora caberá à sociedade, neste processo que vem sendo liderado pela Prefeitura Municipal, construir os consensos indispensáveis entre todos os setores envolvidos: governamentais, empresariais e sociais, para que se possa evoluir na construção da sustentabilidade.

LUIZ CARLOS BERGAMIN
Presidente da Comissão da Agenda 21 de Extrema
Prefeito Municipal de Extrema - MG
Gestão 2001 a 2004
Gestão 1997 a 2000
Gestão 1989 a 1992

Sumário



1	PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21 DE EXTREMA	17
2	SUSTENTABILIDADE NA VISÃO DA SOCIEDADE	25
	2.1. Premissas e princípios norteadores da Agenda 21 de Extrema	27
	2.2. Princípios ético-valorativos que nortearam a definição da Agenda 21 de Extrema	29
3	EXTREMA 2020: DEFINIÇÃO DA AGENDA DE PRIORIDADES	35
	3.1. Construção da agenda de prioridades : o que se deseja	37
	3.2. Correlacionando objetivos, estratégias e ações	37
	3.3. A agenda de prioridades para Extrema 2020	39
	Objetivo 1 - Reestruturação e dinamização da base econômica	39
	Objetivo 2 - Promoção da cultura e melhoria dos indicadores sociais	44
	Objetivo 3 - Promoção do planejamento de uso e ocupação do território	48
	Objetivo 4 - Promover a conservação dos recursos naturais	51
	Objetivo 5 - Promover o fortalecimento institucional e a gestão democrática	55
4	DIAGNÓSTICO: ENTRAVES À SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO	59
	4.1. Extrema no contexto regional	61
	4.2. O Contexto histórico	62
	4.3. A Dinâmica populacional	64
	4.4. Os Indicadores do desenvolvimento social	66
	4.5. Promoção do desenvolvimento humano	69

4.6. Promoção do desenvolvimento urbano	95
4.7. A gestão dos recursos naturais	113
4.8. Desenvolvimento econômico	121
4.9. Agentes institucionais envolvidos na implementação das políticas públicas no município	141
5 RESULTADO DA CONSULTA À SOCIEDADE: PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	147
5.1. A Promoção da sustentabilidade urbana	149
5.2. A gestão dos recursos naturais	158
5.3. Economia sustentável	166
5.4. A promoção do desenvolvimento rural sustentável	170
5.5. Infra-estrutura para o desenvolvimento social e econômico	173
5.6. Promoção da sustentabilidade do desenvolvimento humano	185
6 MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO: MECANISMOS INSTITUCIONAIS E INSTRUMENTOS	201
Lista de siglas	210



1

Processo de Construção da Agenda 21 de Extrema



A Agenda 21 de Extrema que a Comissão entrega à sociedade representa um esforço que se iniciou em junho de 2003 com a criação da Comissão da Agenda 21 pelo Decreto Municipal nº 1.378 de 26 de junho de 2003, presidida pela prefeitura municipal e composta por quinze membros, paritariamente distribuídos entre a sociedade civil e o governo.

Vale ressaltar que a Agenda 21 de Extrema foi concebida desde seu início como um plano para a ação, composto de estratégias, programas e projetos a serem implementadas de forma cooperada ou partilhada, entre a comunidade e os setores público e produtivo local. O conjunto destas ações configura um cenário de futuro desejável, consoante com os princípios do desenvolvimento sustentável, construído com a participação de todos e que considerou a análise das vulnerabilidades e das potencialidades da base econômica, social, cultural e ambiental do município.

Isto implica possuir também, como objetivo, o desenvolvimento da capacidade de conceber medidas viáveis, de uso prático e simples, que agreguem significado político às aspirações da comunidade local para resolução dos seus problemas.

FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

A primeira tarefa da Comissão foi definir a metodologia do trabalho a ser implementado, e para tal foram definidas seis áreas temáticas, estabelecendo-se a forma de consulta à sociedade. A elaboração da Agenda se iniciou por meio da construção de documentos de referência sobre seguintes eixos temáticos:

- Promoção da sustentabilidade urbana.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável.
- Infra-estrutura para o desenvolvimento social e econômico - Contexto regional.
- Gestão dos recursos naturais.
- Promoção da sustentabilidade do desenvolvimento humano.
- Economia sustentável.

Consoante com o princípio de que a Agenda 21 não é atribuição exclusiva do poder público local, a Comissão definiu a constituição de grupos de trabalho - GT's, para cada tema.

Os grupos de trabalho representavam os diferentes segmentos da sociedade e participaram voluntariamente, discutindo, durante quatro meses, as principais vulnerabilidades e oportunidades para o desenvolvimento sustentável, oferecendo as reflexões sobre a realidade local e as propostas para a construção da sustentabilidade do desenvolvimento do município.

Destaque-se a inovação apresentada pela metodologia, que privilegia a participação dos diferentes segmentos desde o início, transformando a Agenda num processo político auxiliado por informações técnicas, e não técnico, referendado pela participação social.

CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS

O critério adotado pela Comissão para a definição dos temas centrais da Agenda considerou os aspectos que mais bem refletem a realidade sócio-econômica e ambiental do município, e que, em seu processo de discussão, tenham potencial de apresentar questões que contribuam para a formulação e/ou reformulação de políticas públicas convergentes com a estratégia de desenvolvimento sustentável.

A análise das potencialidades, os diferenciais que o município possui para a promoção de seu desenvolvimento em relação aos demais, nos âmbitos regional, estadual e nacional, foram considerados, de modo que, durante a elaboração da Agenda, foram exploradas tanto as vantagens comparativas como as fragilidades locais.

A definição dos eixos temáticos refletiu as preocupações da Comissão quanto aos principais objetivos a serem atingidos na promoção da sustentabilidade de Extrema. Assim, firmou-se posição em relação a outra inovação metodológica da Agenda: romper com a metodologia tradicional do planejamento; ou seja: de trabalhar com temáticas que mantêm as áreas específicas do conhecimento e/ou da estrutura de organização do aparelho de estado.

Outro critério observado foi o necessário rompimento com a temática setorial, que exclui grupos e reforça corporações e, como consequência, conduz a soluções equivocadas. Os debates que ocorrem em grupos divididos em temas como educação, saúde e transportes, por exemplo, levam a proposições pontuais, se consideradas as demandas sociais. As discussões, a partir de eixos temáticos, colocam em destaque os objetivos que se pretende alcançar, como por exemplo, “A economia sustentável” e não “A Indústria e o Comércio”; e assim por diante.

ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA TEMÁTICOS

Os grupos de trabalho adotaram, como estratégia de abordagem, a definição do entendimento do grupo sobre o significado da sustentabilidade em relação ao tema. Pretendeu-se evitar a elaboração de extensos diagnósticos sem estabelecer prioridades e objetivos a serem alcançados.

Assim, os documentos centram-se na definição do objetivo, ou no entendimento sobre o tema, refletindo a visão dos diferentes segmentos sociais, na identificação dos fatores que causam entraves ao objetivo que se pretende alcançar, enfocando o município como um todo sem estabelecer sub-recortes físicos e territoriais.

A montagem dos documentos considerou ainda os programas, relatórios e documentos já existentes e que foram elaborados por outros atores envolvidos no processo da Agenda: governamentais, empresariais etc. Tal expediente possibilitou a redução de custos financeiros e de tempo, permitindo que a tarefa de elaboração dos documentos fosse cumprida em quatro meses com a participação voluntária.

CONSULTA À SOCIEDADE

A Comissão, após a etapa de preparação dos seis relatórios sobre os eixos temáticos, constatou a necessidade de maior envolvimento dos diversos segmentos da população, o que significa ampliar a inserção do processo de construção da Agenda na pauta política do município.

Assim, decidiu consolidar os trabalhos realizados no documento “ Bases para a

Agenda 21 de Extrema”, que foi distribuído aos diferentes segmentos da sociedade local, com vistas a receber sugestões de aprimoramento para discussão num seminário de âmbito municipal.

De fevereiro a maio de 2004 a secretaria executiva da Comissão, através do Departamento de Meio ambiente e de sua Oficina Ambiental, visitou os diferentes bairros, escolas, órgãos municipais, sindicatos e associações, divulgando, organizando e realizando debates para incentivar o envio de propostas de reformulação, exclusão e inclusão de ações constantes do documento original a serem discutidas no seminário municipal.

AMPLIAÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA - REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO

O seminário, realizado em 29 de maio de 2004, teve como objetivo, além de aprimorar o processo de consulta à sociedade quanto às ações a serem incluídas na Agenda 21 de Extrema, a definição de prioridades e compromissos para implementação das ações promotoras da sustentabilidade. O seminário discutiu o conjunto de propostas encaminhadas num total de 148 (cento e quarenta e oito) contribuições oriundas de 30 (trinta) instituições.

Uma análise dos resultados apresentados pelo seminário permite verificar que, em relação às linhas de ação propostas, poucas foram as inclusões e nenhuma supressão, o que ratifica a linha original apresentada pelos GTs. As contribuições, em sua maioria, ocorreram em nível das ações com destaque para os temas de educação, segurança e em relação à matriz do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo em que se destaca o papel da industrialização, recorre-se à necessidade de fortalecimento da agropecuária, além do desejo coletivo de se

estruturar o turismo ecológico.

Outro nível de contribuição advinda do seminário diz respeito às recomendações sobre a forma do documento final da Agenda, qual seja a necessidade de se enumerar, de forma sucinta, os grandes objetivos, e as ações para alcançá-los, de modo a se obter um documento com foco suficiente para se constituir numa bandeira para a sociedade, mobilizando os diferentes segmentos rumo à sustentabilidade.

Foi neste sentido que coube à secretaria executiva da Comissão a tarefa de analisar o material resultante da consulta à sociedade para encaminhar à consideração da Comissão uma Agenda de prioridades, tarefa realizada durante o mês de julho e que resultou no presente documento.



2

Sustentabilidade na Visão da Sociedade



A Agenda 21, ao se constituir no principal instrumento de promoção do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele capaz de conciliar as necessidades de crescimento econômico com equidade social e preservação ambiental, tornou-se um desafio que requer dos agentes sociais envolvidos a pactuação de premissas e princípios capazes de orientar o caminho a ser seguido na definição de estratégias e ações que, de forma progressiva, irão estabelecer a ponte entre os atuais padrões de desenvolvimento e o cenário de futuro desejável.

Esta concepção processual da validação do conceito de sustentabilidade implica assumir que os princípios e as premissas orientadoras para a implementação da Agenda 21 não constituem um rol completo e acabado. Torná-la realidade é antes de tudo um processo de construção social.

Neste capítulo estão organizadas as premissas gerais que orientaram as discussões para a elaboração da Agenda 21 de Extrema no âmbito da Comissão, nas discussões com a comunidade e por fim acordados durante o seminário realizado em maio de 2004. As premissas se organizaram como postulados de construção do processo de elaboração da Agenda, mas também são aplicáveis à sua implementação.

2.1. PREMISSAS PARA A CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21 DE EXTREMA

COMPROMISSO INSTITUCIONAL

O compromisso institucional do governo municipal assegura a inclusão dos princípios do desenvolvimento sustentável em todas as atividades municipais, promovendo a continuidade do processo independentemente das mudanças políticas. Este compromisso foi firmado por meio do decreto de criação da Comissão da Agenda 21 de Extrema e se fortaleceu durante todo o período de sua elaboração, constituindo-se em capital para agregar os demais parceiros do desenvolvimento sustentável em sua implementação.

PROCESSO PARTICIPATIVO

A Agenda 21 de Extrema colocou-se, desde o início, como um processo da sociedade capitaneado pelo governo municipal. Como tal, constituiu-se como exercício de ampla participação em todas as suas etapas, envolvendo representantes dos diversos setores da sociedade na identificação dos problemas, escolha de soluções e priorização para sua implementação, requerendo, conseqüentemente, que todos assumam responsabilidades com a sua continuidade, revisão periódica e, principalmente, implementação das ações.

INTEGRAÇÃO DAS DIMENSÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS

O sistema de tomada de decisão vigente tende a separar os fatores econômicos, sociais e ambientais promotores do desenvolvimento e a Agenda 21 encontra-se voltada para reestruturar o processo de tomada de decisões, de forma a integrar questões sócio-econômicas e ambientais. Esse procedimento influencia as ações de todos os segmentos da sociedade: governos, empresários e a comunidade em geral,

e tem importantes implicações no que diz respeito ao alcance da sustentabilidade do desenvolvimento.

INTEGRAÇÃO INTERSETORIAL

Outra premissa diz respeito ao reconhecimento da necessidade de integração dos diversos setores governamentais de modo a facilitar ações conjuntas, economizando recursos humanos e financeiros e promovendo a cultura da parceria dentro do poder público. É, ainda, um caminho para que os princípios do desenvolvimento sustentável sejam implementados nos programas e projetos já em curso, enquanto transcorre o processo inicial de implementação das novas ações oriundas da Agenda 21.

CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS

Um plano de desenvolvimento sustentável não é uma lista de atribuições a ser cumprida pelo poder executivo local, mas um compromisso entre os diferentes segmentos. Assim, as estratégias de implementação devem, também, incluir o compromisso dos segmentos não governamentais para sua execução. Todos os atores envolvidos na implementação do desenvolvimento sustentável deverão centrar esforços na criação tanto dos meios para soluções múltiplas adaptadas a cada realidade como dos mecanismos de natureza mais abrangente, normativos e financeiros, que irão viabilizar as ações de longo prazo.

COMPROMISSO COM OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

É imprescindível reconhecer a necessidade de recriar os mecanismos político-institucionais para a viabilização das ações de longo prazo, inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável. Esta é uma premissa de competência de todos os segmentos sociais, mas que também requer o reconhecimento da liderança do poder público; ou seja, o comprometimento dos representantes eleitos, que, em

última instância, deliberarão sobre as mudanças institucionais necessárias e votarão o orçamento, alocando recursos para a sua realização, e incorporarão os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e programas em curso. Por outro lado, será o efetivo compromisso da sociedade local com as ações constantes da Agenda que mobilizará o poder público constituído a envidar esforços para sua implementação.

2.2. PRINCÍPIOS ÉTICO-VALORATIVOS QUE NORTEARAM A DEFINIÇÃO DA AGENDA 21 DE EXTREMA

As discussões que resultaram na identificação dos entraves à sustentabilidade do desenvolvimento em Extrema, apresentadas no capítulo 4 deste documento, foram precedidas pela definição do entendimento do conceito de sustentabilidade aplicado a cada eixo temático da Agenda, segundo a visão dos diferentes segmentos sociais representados durante a elaboração dos relatórios dos diversos grupos de trabalho.

A manifestação das diferentes visões sobre a sustentabilidade pode ser enumerada em forma de alguns princípios que nortearam a elaboração das propostas e resumem a preocupação geral dos participantes sobre o que se deseja para a construção da sustentabilidade em Extrema. Esses princípios foram ainda discutidos no seminário e são aqui descritos para contextualizar a Agenda de prioridades - Extrema 2020, a seguir apresentada:

CULTURA, VALORES ÉTICOS E SOLIDARIEDADE

A Agenda 21 estimula novas formas de planejamento e gestão, permitindo que tanto o governo como a sociedade potencialize o capital social existente numa comunidade.

Isto implica a participação cidadã, a afirmação de valores que viabilizem as relações centradas na promoção das liberdades e do bem-viver, a preservação da identidade cultural, o aproveitamento e a implantação de idéias criativas e viáveis provindas de grupos sociais atuantes e conscientes dos seus deveres e dos seus direitos.

A promoção do desenvolvimento humano é imprescindível para que o ser humano tenha consciência de sua real possibilidade de aprimoramento individual em todos os níveis para que passe a usar o direito inalienável de exercer o seu poder e as suas capacidades em favor do bem viver de todos e de cada um.

VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

A consolidação de novos modelos de planejamento e gestão exige a promoção das capacidades individuais e institucionais, respondendo assim, ao difícil problema exposto pelo despreparo de indivíduos e, conseqüentemente, das instituições orientadas para fins públicos, tanto dentro como fora do Estado. Trata-se, portanto, de considerar a relevância do capital humano como fator de desenvolvimento. O capital humano é constituído de forte base educacional amparada em serviços de promoção e proteção social.

GOVERNABILIDADE E GOVERNANÇA

A boa governança recomenda a gestão descentralizada que vem se realizando no país, consolidando novas estruturas e parcerias entre sociedade e governo e que adquire sua feição mais clara no papel que o terceiro setor vem desempenhando na condução de políticas públicas, em especial as de natureza social e ambiental.

Este papel relevante que a sociedade organizada adquiriu é uma inovação em favor da sustentabilidade; não deve ser entendido como um antagonismo às ações primordiais programadas pelo governo.

Não se pode prescindir de governabilidade e para tal o Estado necessita ser aparelhado, dotado de base de informação que possibilite planejamento e gestão integrada, articulada e de atuação transversal, sustentada pela participação social. O desenvolvimento sustentável exige governabilidade com boa governança.

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA CIDADANIA

A educação precisa ser concebida em sua forma ampliada. Não se pode confundir a educação formal com a educação integral do indivíduo.

Educação não é um processo restrito apenas às dimensões cognitivas e práticas. Mais que isso, a educação é o instrumento da construção da consciência, da organização da complexidade humana, contribuindo para o desabrochar da singularidade de cada pessoa. Ela deve, por isso mesmo, fomentar o exercício do pensar com autonomia e a reconstrução das relações humanas, da sensibilidade ética e estética de cada pessoa, bem como a afetividade e a solidariedade entre elas.

Diante dessa premissa, não se pode pensar em Agenda 21 se não percebermos e direcionarmos nossa atenção para os programas educacionais em todos os níveis, considerando a prática da educação como fundamental, básica, insubstituível e inevitável, já que permeia todos os aspectos da promoção da sustentabilidade do desenvolvimento humano.

Este é o momento para o investimento maciço em busca da melhoria no agora

e na sementeira da formação do cidadão de 2020. A criança em idade escolar de hoje é o adulto já formado em sua estrutura de personalidade em 2020. Essa geração carrega a responsabilidade de tornar a vida viável nesse futuro não tão longínquo.

RECURSOS NATURAIS COMO SUPORTE DO DESENVOLVIMENTO

É fundamental que a sociedade se conscientize de que os recursos naturais só estarão disponíveis para a atual e para as futuras gerações se utilizados de modo racional, compatível com a preservação e com os tempos de regeneração e de recuperação dos ecossistemas.

Não se pode esquecer que parte significativa dos chamados impactos ambientais é fruto do desconhecimento ou da negligência dos diferentes atores sociais quanto à capacidade de suporte dos ecossistemas. Cumpra-se que sejam implementados meios de gestão que, promovendo a disseminação e a absorção do conhecimento, assegurem a sustentabilidade do desenvolvimento.

Embora não se disponha de todo o conhecimento técnico necessário, a sustentabilidade do uso dos recursos passa pelo planejamento, pela utilização racional e pela participação dos usuários na definição de responsabilidades para viabilizar a preservação do patrimônio ambiental.

COMPLEMENTARIDADE ENTRE RURAL E URBANO

A sustentabilidade da cidade tem que ser situada na conjuntura e dentro das opções de desenvolvimento do município como um todo. Isto significa reconhecer a inter-relação entre urbano e rural, que deve ser expressa numa concepção de

planejamento territorial amplo, que por sua vez estará sempre condicionada às opções de desenvolvimento econômico assumidas pelo município.

O quadro predominante da urbanização dos grandes centros tende a ocorrer também nas médias e pequenas cidades, uma vez que constitui tendência natural o não estabelecimento de políticas adequadas para a gestão integrada do território, princípio aqui assumido como estruturante da Agenda 21 de Extrema.

SUSTENTABILIDADE DA ECONOMIA

A sustentabilidade econômica é tão cara à Agenda 21 quanto a ambiental e social para destacar apenas as dimensões clássicas da sustentabilidade. O que se deseja é que a sustentabilidade econômica ocorra a partir de opções de desenvolvimento, que considere os impactos econômicos e sociais decorrentes, e que incorpore em seus custos de capital a depreciação desses ativos.

A Agenda 21 de Extrema assume como princípio a análise prévia das potencialidades e vulnerabilidades do município nas três dimensões apontadas, quando forem analisadas as perspectivas econômicas do município.



3

Extrema 2020: Definição da Agenda de Prioridades

As políticas de desenvolvimento sustentável nem sempre são jogos de soma positiva apenas com ganhadores. Ao contrário, durante consulta à sociedade, com frequência surgiram conflitos de interesse. Nesses casos, para que o processo de implementação se viabilize em torno das estratégias e recomendações propostas, é importante estabelecer prioridades e horizontes de implementação de médio e longo prazos, para aliviar as pressões de curto prazo. É o princípio da progressividade atuando em favor do desenvolvimento sustentável.

As ações prioritárias da Agenda 21 de Extrema ressaltam o seu caráter afirmativo, condizente com a legitimidade que adquiriu em virtude de ampla consulta realizada. O compromisso assumido pela Comissão, que congrega as lideranças dos diferentes segmentos sociais com um conjunto de linhas de ação prioritárias, poderá contribuir, de forma significativa, para maior eficácia na implementação da Agenda. De qualquer forma, é importante destacar alguns fatos que, se desencadeados, irão reduzir riscos neste caminho:

- Avanço do nível de consciência ambiental e de educação para a sustentabilidade.
- Posicionamento do empresariado local de forma pró-ativa quanto às suas responsabilidades sociais e ambientais.
- Ampliação da participação da sociedade com incremento do número de iniciativas próprias em favor da sustentabilidade.
- Melhoria do sistema de planejamento governamental com recursos humanos qualificados, com capacidade gerencial e distribuídos de modo adequado nas diversas instituições públicas.
- Identificação das fontes possíveis de recursos financeiros e sua disposição em favor de programas inovadores que implementem as ações propostas pela Agenda.

3.1. CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE PRIORIDADES: O QUE SE DESEJA

As ações selecionadas após o processo de ampla consulta social, uma vez implementadas, devem ser submetidas à revisão, complementação ou mesmo serem substituídas por outras, mais ousadas e atualizadas, como vem sucedendo em diversos países e cidades do mundo.

O ponto de partida para a definição de focos para a Agenda 21 de Extrema foi o esforço de se caracterizar uma listagem de vulnerabilidades que se apresentam como tendências inerciais da realidade do município, entendidas como as linhas de movimento das dinâmicas social, econômica e ambiental que, na ausência de forças ativas em sentido contrário, tendem a ser prevaletentes no futuro próximo.

Estas tendências foram identificadas pelos eixos temáticos, e denominaram-se entraves à sustentabilidade. Discutidas as tendências durante o seminário, foi acordado que a Agenda deveria, além do conjunto de todas as proposições apresentadas pela sociedade, estabelecer prioridades de atuação em função dos objetivos definidos para a promoção da sustentabilidade do município.

3.2. CORRELACIONANDO OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Os objetivos foram definidos a partir da leitura crítica do diagnóstico, identificando-se as potencialidades e vulnerabilidades do desenvolvimento do município. Os objetivos procuram, assim, viabilizar as potencialidades, superando as fragilidades de modo a atingir a promoção do desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, a definição dos objetivos são conseqüências dos princípios ético-

valorativos assumidos pela Comissão quando da definição da metodologia da Agenda e já referidos no capítulo anterior:

- Promover a reestruturação da economia do município de modo a harmonizar os potenciais relativos à industrialização e ao turismo ecológico, para garantir a sustentabilidade econômica e ambiental do município.
- Promover a cultura, a melhoria dos indicadores sociais nas áreas de educação, saúde e saneamento, garantindo a todos o acesso aos serviços básicos, ao conhecimento, ao trabalho e à renda.
- Promover o ordenamento territorial do município, conjugando o uso e a ocupação do solo urbano e rural em consonância com a preservação dos recursos naturais e os potenciais econômicos.
- Promover a conservação dos recursos naturais do município controlando a qualidade ambiental por meio do disciplinamento do uso do solo; o manejo sustentável da biodiversidade e a conservação das bacias hidrográficas, de modo a garantir as características naturais da qualidade de paisagem.
- Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade.

De forma prepositiva, sugere-se que os objetivos sejam alcançados por diretrizes capazes de superar as vulnerabilidades, assegurando as muitas oportunidades detectadas para a promoção do desenvolvimento do município.

3.3. A AGENDA DE PRIORIDADES PARA EXTREMA 2020

Objetivo 1

REESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA BASE ECONÔMICA

Promover a reestruturação da economia do município pela harmonia das potencialidades advindas da industrialização, da agricultura e do turismo, como forma de garantir a sustentabilidade econômica e ambiental do município.

Linha de ação 1

Fortalecendo o desenvolvimento econômico industrial e dos pequenos negócios

Ações:

- Estabelecer política de desenvolvimento econômico para o município em consonância com sua vocação produtiva, considerando a identidade cultural e as especificidades ambientais.
- Estimular a localização de empresas de maior tecnologia e de demanda por mão-de-obra mais qualificada, de modo a incrementar a renda do município sem riscos para o crescimento ordenado do território e da qualidade de vida da população.
- Ampliar o parque industrial de Extrema, utilizando incentivos indiretos de estímulo à instalação de empresas que agreguem tecnologia, com geração de empregos e melhoria da renda *per capita* voltados para atendimento da população de Extrema.
- Definir uma política municipal de estímulo à industrialização, onde estejam

estabelecidos os critérios de sustentabilidade ambiental e social, de modo que se promovam condições para atração e fixação de novas empresas em Extrema.

- Dar apoio, por meio de políticas favoráveis, ao desenvolvimento econômico, cuidando da infra-estrutura que ampara a produção e fortalecendo a capacidade comercial.
- Estabelecer linhas de micro-crédito aos artesãos, aos pequenos produtores rurais, às mães de família, para expansão de seu trabalho pessoal.
- Articular, com instituições e financiamentos regionais e federais, o apoio aos projetos de desenvolvimento econômico do município.

Linha de ação 2

Promovendo a sustentabilidade no campo

Ações:

- Incentivar o incremento da produtividade na pecuária pela difusão de tecnologias modernas, de modo a fortalecer o rebanho e a economia rural.
- Estabelecer uma política de base empresarial para a atividade agropecuária em Extrema, levando em consideração as pessoas moradoras da área rural ao mesmo tempo em que busque otimizar os recursos disponíveis, de forma que se ressaltem as potencialidades e se minimizem as fragilidades.
- Prestar apoio técnico, financiamento, acesso aos insumos e promover meios para facilitar o escoamento da produção, levando em consideração que as atividades a serem escolhidas devem se enquadrar nas oportunidades da micro-região onde está localizado o município.
- Promover o produtor rural, buscando melhoria da técnica empregada na agricultura atual e fortalecendo a agricultura de subsistência, como forma

de diminuir a dependência e promover o turismo rural sustentável.

- Instituir no município a fiscalização do uso e manuseio dos agrotóxicos (EPIs), bem como da destinação final das embalagens de tais produtos.
- Criar, promover e divulgar uma marca que padronize os produtos orgânicos de Extrema, de modo que eles obtenham um diferencial no mercado e contribuam também para fortalecer a imagem de turismo ecológico do município.
- Definir programas de apoio à fruticultura compatível com o solo e clima de Extrema.
- Estabelecer melhoria crescente nos padrões de produção rural (agrícola, pecuária e outros), de modo a ampliar a inserção nos mercados local, regional, nacional e internacional, e promover maior retorno econômico tanto aos produtores como para toda a sociedade.

Linha de ação 3

Valorizando as pessoas para o trabalho

Ações:

- Criar cursos e promover apoio técnico permanente para os pequenos produtores rurais com vistas à melhoria das técnicas agropastoris, visando a sustentabilidade econômica e ambiental da produção rural do município.
- Oferecer, em parceria com entidades do município, cursos de qualificação profissional nas áreas de turismo.
- Capacitar o empresariado da área de serviços para melhor atendimento ao público, com especial atenção aos visitantes, para orientá-lo sobre as atividades da cidade.
- Implantar cursos técnicos em áreas de hotelaria e turismo, computação,

enfermagem e outros, para ampliar a capacitação da mão-de-obra local.

- Promover o aprimoramento contínuo de profissionais nas áreas de gestão administrativa, produção industrial e nas atividades de serviços como os escritórios de profissionais liberais.
- Definir políticas públicas voltadas para trabalhadores desempregados, visando a organizar atividades conjuntas e solidárias como mutirões e cooperativas.
- Incentivar a criação de cooperativa agrícola promovendo oportunidades na geração de empregos, na melhoria da qualidade dos produtos, e na sua comercialização.
- Qualificar, ampliar e valorizar o trabalho artesanal familiar.
- Criar programa de apoio ao primeiro emprego, envolvendo parceria com o comércio e a indústria, por meio de estágios remunerados.
- Fomentar programas de geração de emprego e renda, bem como programas de assistência social de maior abrangência.
- Implantar programa de troca de experiências entre trabalhadores de grandes indústrias, sindicatos e os trabalhadores locais de mais baixa qualificação.
- Criar um balcão único de empregos, para intermediar a oferta e a demanda de empregos no município por meio de cadastramento de pessoas jurídicas e físicas.
- Oferecer condições de trabalho às mulheres; não somente oferta de emprego como também qualificação profissional, proteção à saúde e instalar creches que atendam às crianças durante o período de atividades da mãe.

Linha de ação 4

Priorizando o turismo como estratégia de desenvolvimento sustentável

Ações:

- Articular as atividades do Departamento Municipal de Turismo com as atividades do “Circuito Serras Verdes do Sul de Minas”.
- Sensibilizar a comunidade para a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico.
- Fortalecer e valorizar o turismo voltado para a promoção da cultura local e a regional.
- Estabelecer incentivos por meio do orçamento público para o desenvolvimento do turismo.
- Desenvolver bens e serviços que aproveitem a disponibilidade de matérias-primas locais favorecendo o artesanato e o comércio voltado ao turismo.
- Estabelecer investimentos municipais para infra-estrutura e recepção aos turistas, promovendo a sinalização dos atrativos, o embelezamento de praças e ruas e a defesa do patrimônio histórico (prédios e casas antigas).
- Criar campanhas publicitárias para a promoção do potencial turístico do município.
- Incentivar e realizar fóruns de debates, congressos, campanhas em praças públicas com distribuição de material informativo para envolver mais a comunidade no desenvolvimento turístico.
- Promover estímulos fiscais aos segmentos de promoção do turismo local - artesanato, restaurantes e outros serviços.
- Fortalecer e articular os componentes da cadeia produtiva do turismo rural e ecológico com participação do poder público local e da comunidade;

Objetivo 2 PROMOÇÃO DA CULTURA E MELHORIA DOS INDICADORES SOCIAIS

Promover a cultura, a melhoria dos indicadores sociais nas áreas de educação, saúde e saneamento, garantindo a todos o acesso aos serviços básicos, ao conhecimento, ao trabalho e à renda.

Linha de ação 5 Valorizando a educação

Ações:

- Investir em capital humano, especialmente por meio da valorização dos ensinos fundamental e médio.
- Realizar trabalho de mobilização em torno da educação formal e informal nas comunidades, para estimular o interesse pelo aprendizado e aperfeiçoamento profissional ou pessoal por meio de atividades culturais, pesquisas, debates ou estudos.
- Ampliar a compreensão de que a educação possui caráter de construção da cidadania e da própria evolução do ser humano.
- Fomentar o ensino profissionalizante como forma de desenvolvimento da cidadania.
- Identificar as demandas locais e regionais para criação de cursos e buscar parcerias com instituições e fundações e universidades reconhecidas que possam atender às necessidades específicas.
- Buscar parcerias com órgãos de outros níveis de governo e universidades

para investimento de novas tecnologias de informação, de educação regional e de ensino à distância, para que a região possa se beneficiar com cursos inexistentes em seus domínios.

- Investir na valorização dos professores, seja com referência à remuneração, à qualificação e ao aperfeiçoamento, ou por meio de campanhas de reconhecimento social e de estímulo.
- Articular as atividades de ensino formal desenvolvidas nas escolas, com projetos sociais de promoção e proteção da população.
- Estruturar a educação, visando a atender e a incluir os portadores de necessidades especiais e crianças com dificuldades e distúrbios de aprendizagem.
- Realizar projetos de educação ambiental e de capacitação para viabilização das ações propostas na Agenda 21.

Linha de ação 6

Promovendo a saúde coletiva

Ações:

- Intensificar e universalizar ações de promoção à saúde, de prevenção e controle de doenças e de assistência integral do Sistema Único de Saúde - SUS, com base em programas comunitários - como os de agentes comunitários e os de saúde de família.
- Melhorar a rede de saúde, hierarquizando o atendimento médico em função de sua complexidade, nível de gravidade e de especialização.
- Implantar sistema de saúde que seja preventivo e, progressivamente, envolva o atendimento nos postos de saúde e hospitais.
- Ampliar o Programa de Saúde da Família - PSF, onde o atendimento e o

tratamento possam se dar de forma global a partir da história pessoal de cada paciente, sua hereditariedade, seus vínculos familiares, suas limitações e seus potenciais, havendo o acompanhamento às famílias em caráter eminentemente preventivo.

- Promover e ampliar o Consórcio Regional de Saúde para incluir os produtos farmacêuticos na cesta básica de medicamentos.
- Ampliar a rede de atendimento hospitalar para toda população inclusive nos atendimentos de alta complexidade.

Linha de ação 7

Fortalecendo a solidariedade e a segurança pública

Ações:

- Dar foco à segurança pública, aprimorando, permanentemente, os órgãos encarregados das atividades de polícia ostensiva e de investigação criminal.
- Combater o uso e o tráfico de entorpecentes, especialmente nas escolas.
- Fortalecer o atendimento aos portadores de necessidades especiais (inclusive casos psiquiátricos) e a sua inclusão na escola e na comunidade.
- Desenvolver políticas específicas de inclusão social, com o caráter de promoção e não apenas compensação.
- Sensibilizar a sociedade de Extrema para a necessidade de inclusão social dos grupos vulneráveis como condição para o alcance da segurança pública e do desenvolvimento sustentável.
- Implantar programas, com orientação psicossocial, que promovam o fortalecimento e valorização da mulher e das questões de gênero nas práticas sociais.

- Criar campanhas de reconhecimento da força de trabalho da mulher, tanto nas atividades domésticas como nas atividades profissionais, abrindo a consciência do homem na partilha dos cuidados com a prole e com o lar.
- Promover a integração entre os jovens e os idosos, criando espaços para encontros, onde se possam vivenciar atividades que despertem o interesse em desenvolver atividades novas nas áreas da saúde, do lazer e do conhecimento.
- Instituir programa de voluntariado para idosos, vinculado às atividades de assistência social, com parcerias entre entidades públicas, privadas e religiosas.
- Criar, com o auxílio de parcerias com o setor privado, um centro para reintegração social do detento.
- Ampliar o contingente feminino da Polícia Militar e criar a Delegacia da Mulher, melhorando o atendimento à mulher, à criança e ao adolescente.
- Incentivar o empresariado local para a adoção do princípio da responsabilidade social corporativa.
- Criar a Casa Abrigo para mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência, com apoio psicológico e programas de reintegração social.
- Incentivar o estabelecimento de redes de trabalho solidário nas comunidades de bairro, rurais e urbanas, para gerenciamento dos equipamentos coletivos públicos (pracinhas, parques, quadras de esporte, etc.).
- Implantar políticas e projetos sociais, com ênfase na promoção da educação e saúde, no atendimento ao idoso e aos portadores de necessidades especiais, na qualificação para o trabalho e na geração de empregos nas áreas do artesanato, do turismo e do comércio.

Linha de ação 8

Valorizando a cultura e o esporte

Ações:

- Elaborar um programa de eventos esportivos, culturais e de lazer que contemple toda a sociedade, voltado para o enriquecimento da cultura local, resgatando as tradições religiosas e folclóricas, os hábitos e os costumes que preservem a memória e a identidade dos cidadãos.
- Criar programa de qualificação, valorização e regulamentação dos esportes radicais associados ao desenvolvimento do ecoturismo.
- Fomentar as atividades culturais por meio da valorização e descoberta de novos talentos.
- Articular com o empresariado o patrocínio das atividades culturais e esportivas do município, facilitando aos empresários e aos artistas o acesso às informações e aos incentivos fiscais federais e estaduais de promoção cultural.

Objetivo 3

PROMOVER O PLANEJAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Promover o planejamento territorial do município, ordenando o uso e ocupação do solo urbano e rural, em consonância com a preservação dos recursos naturais e os potenciais econômicos.

Linha de ação 9

Fortalecendo a gestão municipal

Ações:

- Estabelecer parcerias entre a prefeitura, as indústrias, o comércio e a agricultura, para obter recursos destinados a implementar as metas da Agenda 21.
- Regular o uso e a ocupação do solo urbano e o ordenamento territorial, incorporando as inovações do Estatuto da Cidade, e integrando as políticas, programas e ações dos órgãos da administração municipal, por meio da revisão e implementação do plano diretor e da legislação edilícia e urbanística (de uso e ocupação do solo, de parcelamento e loteamento, de perímetro urbano, código de obras e edificações, códigos de posturas, sanitário e de limpeza urbana).
- Coibir a produção e comercialização irregular e ilegal de lotes urbanos e o crescimento desordenado da área de expansão urbana, pela aplicação efetiva dos instrumentos de regulação do solo urbano e rural.
- Fortalecer os mecanismos de vigilância e fiscalização para o cumprimento das normas e procedimentos legais definidos no plano diretor, código de obras e posturas do município.
- Elaborar estudo sobre a implantação do parque industrial, considerando os princípios da sustentabilidade urbana.
- Identificar e promover o patrimônio histórico de Extrema, a partir da catalogação de construções históricas da cidade.

Linha de ação 10

Promovendo o acesso aos serviços de saneamento ambiental e habitação

Ações:

- Promover as condições de acesso à habitação para a população de baixa

renda, usando as ferramentas contidas no Estatuto da Cidade.

- Implementar programas permanentes de arborização urbana e manutenção das áreas verdes.
- Priorizar os investimentos em infra-estrutura urbana, promovendo a universalização do acesso à água, à coleta e ao tratamento dos esgotos.
- Promover planejamento para o saneamento ambiental, envolvendo águas pluviais, resíduos sólidos e saneamento básico (abastecimento de água e esgoto sanitário).
- Melhorar a qualidade de vida e a justiça social pela democratização do acesso aos serviços públicos de qualidade e pelo investimento em infra-estrutura social, especialmente transporte, habitação, saúde e educação.
- Definir como meta primordial (a ser alcançada nos próximos 5 anos), a eliminação de 100% dos esgotos “in natura”, por meio da expansão da rede de coleta de esgotos e o provimento de abastecimento de água para 100% da população.

Linha de ação 11

Melhorando a infra-estrutura de energia, de transporte público e o trânsito

Ações:

- Implantar medidas para aumentar a perenização das estradas rurais e construir bacias de contenção das águas pluviais.
- Promover a racionalização do uso da energia elétrica e de outras formas de energia junto às comunidades, aos setores da iniciativa privada e ao setor público.
- Promover a geração e o uso de fontes de energias limpas.

- Elaborar os planos de transporte e sistema viário em sintonia com o zoneamento urbano e as definições de uso e ocupação do solo rural.
- Promover a participação da população no processo de análise e de formulação de propostas de melhoria no sistema de mobilidade.
- Promover a logística como meio de sustentação e otimização da estrutura de transportes, melhorando a distribuição de produtos.
- Promover a articulação e expansão da malha viária com objetivo de conferir melhor acessibilidade às diferentes áreas da cidade (pontos turísticos, equipamentos públicos), estabelecendo comunicação entre os bairros rurais e urbanos.
- Aperfeiçoar a sinalização do trânsito e instalar o sistema de transporte coletivo, interligando a zona rural e a urbana.

Objetivo 4

PROMOVER A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Promover a conservação dos recursos naturais do município controlando a qualidade ambiental por meio do disciplinamento do uso do solo; o manejo sustentável da biodiversidade e conservação das bacias hidrográficas, de modo a garantir as características naturais da qualidade de paisagem.

Linha de ação 12

Fortalecendo a gestão ambiental

Ações:

- Incentivar o manejo sustentável dos sistemas produtivos, adotando as bacias

hidrográficas como unidades de planejamento e gestão ambiental.

- Combater a poluição do solo e da água e monitorar os seus efeitos sobre o meio ambiente.
- Promover educação ambiental, principalmente das crianças e dos jovens alertando sobre as conseqüências positivas da preservação dos recursos hídricos.
- Implantar políticas públicas para promover a educação ambiental interdisciplinar e transversal visando à construção do desenvolvimento sustentável.
- Adotar medidas em conjunto com os municípios da bacia para ter melhorias regionais da qualidade ambiental bem como participar do Conselho Gestor da APA Fernão Dias, do Consórcio PCJ, e do Comitê PCJ.
- Implantar as medidas preconizadas pelo zoneamento da APA FERNÃO DIAS no tocante à conservação dos recursos naturais, à preservação dos corredores ecológicos, à criação de novas unidades de conservação e à gestão das bacias hidrográficas.
- Estabelecer a política ambiental municipal em consonância com o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e o Sistema Estadual de Meio ambiente SISEMA.
- Implantar o licenciamento ambiental municipal.

Linha de ação 13

Cuidando dos recursos hídricos

Ações:

- Estabelecer a classificação e o enquadramento para os principais cursos d'água do município, definindo padrões de lançamentos e relacionando a

qualidade ambiental dos mananciais à melhoria da saúde da população.

- Estimular a preservação dos recursos hídricos estabelecendo um sistema de remuneração para a quantidade de água produzida em cada propriedade.
- Implementar mecanismos financeiros de compensação ambiental pela proteção dos mananciais do “sistema Cantareira” e de cobrança pelo uso de água.
- Implantar instrumentos de controle, como a outorga, o licenciamento ambiental e as avaliações de qualidade.
- Definir um zoneamento ambiental para a ocupação do solo nas bacias, protegendo as áreas de preservação permanentes (margens de cursos d'água, nascentes, topo de morro).
- Promover a regeneração natural e o reflorestamento das áreas de preservação permanente visando à conservação dos recursos hídricos.
- Implantar medidas para aumentar a infiltração d'água no solo da zona urbana.

Linha de ação 14

Valorizando a biodiversidade

Ações:

- Implementar programas para a conservação da biodiversidade, priorizando estudos e ações que levem ao aperfeiçoamento do manejo sustentável das espécies de interesse econômico e privilegiem a participação das comunidades na gestão dos recursos da flora e da fauna.
- Incentivar parcerias entre o poder público e o setor produtivo com o objetivo de difundir os bancos de sementes e a produção de mudas para fins de florestamento e reflorestamento nas áreas degradadas nos diferentes

ecossistemas.

- Estimular a participação das organizações comunitárias e não-governamentais nas políticas e programas ambientais.
- Recuperar a vegetação nas áreas de preservação permanente e nos corredores ecológicos.
- Instituir a reserva legal no município.

Linha de ação 15

Exercendo o controle ambiental das atividades produtivas

Ações:

- Adotar práticas de manejo de solo que satisfaçam os princípios básicos de controle da erosão, acompanhando o impacto das águas, particularmente a partir dos elevados níveis pluviométricos, o escoamento superficial e construir pequenas bacias de captação, para facilitar a infiltração de água no solo.
- Implantar práticas conservacionistas, incentivando o plantio em nível, o terraceamento, o plantio direto, o plantio de espécies perenes e o uso de irrigação racional com micro-aspersores e gotejamento.
- Regular o uso e a ocupação do solo por meio de métodos e técnicas promotoras da causa ambiental.
- Estimular as práticas de obtenção de certificação de qualidade ambiental nas atividades produtivas (séries ISO 9.000 e 14.000).
- Adotar medidas de controle da qualidade ambiental para mitigar o registro atinente a passivo ambiental.

Objetivo 5

PROMOVER O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Promover o desenvolvimento institucional e fortalecer a capacidade de planejar, organizar, descentralizar e controlar, buscando a gestão democrática da cidade.

Linha de ação 16

Melhorando a atuação governamental

Ações:

- Estimular parcerias intermunicipais e de consórcios para a solução dos problemas comuns e a otimização de recursos humanos e econômico-financeiros.
- Promover o desenvolvimento social e econômico, atentando para conhecimentos que possam ser orientadores à cidade e aos municípios limítrofes, prestando assessoria orientada para o desenvolvimento sustentável.
- Elaborar o planejamento estratégico de gestão municipal, objetivando a reestruturação da máquina administrativa, para atender aos objetivos da Agenda 21.
- Incentivar os esforços para o planejamento e a gestão, buscando o sincronismo com as cidades circunvizinhas.
- Fortalecer a capacidade de articulação institucional da prefeitura com os órgãos e as empresas concessionárias de serviços públicos no âmbito estadual, federal e do setor privado.
- Articular com os municípios da região para elaboração da Agenda 21

Regional, de modo que a região se desenvolva integralmente a partir de objetivos comuns e de colaboração mútua.

- Promover a divulgação de boas práticas de gestão urbana municipal através das práticas preconizadas pela Agenda 21.
- Aperfeiçoar os mecanismos de controle social, de transparência e de acompanhamento dos compromissos públicos assumidos pelos governos.

Linha de ação 17

Compartilhando responsabilidades na promoção do desenvolvimento sustentável

Ações:

- Priorizar o desenvolvimento humano como força propulsora do desenvolvimento econômico e político-institucional do município, por meio de co-responsabilidade entre os diferentes atores sociais em especial do governo e dos empresários.
- Incentivar e buscar parcerias para a promoção do desenvolvimento, estabelecendo o princípio da co-responsabilidade, e conseqüentemente, evitando ações assistencialistas e paternalistas;
- Desenvolver o trabalho em parcerias, promovendo o intercâmbio em que entidades, organismos, instituições e grupos troquem informações sobre os programas e ações, evitando sobreposições e dispêndios de recursos humanos e financeiros.
- Fomentar a organização e o aperfeiçoamento dos movimentos sociais nos bairros, com o objetivo de formar lideranças com mais informações técnicas, incrementando o seu poder de influência na sociedade para formulação de políticas públicas.
- Capacitar os conselhos municipais e racionalizar as suas ações, por meio da

integração dos colegiados e suas ações nas áreas de sua competência, de modo a otimizar os recursos humanos.

- Promover oportunidades de envolvimento da comunidade como um todo na discussão de novas formas de viabilização para o desenvolvimento sustentável.

Linha de ação 18

Consolidando a cultura cívica e os valores éticos da sociedade

Ações:

- Promover junto à população os princípios de solidariedade e valorização ética do desenvolvimento, rompendo com a visão imediatista e reducionista do crescimento inevitável das cidades, combatendo a deterioração dos valores humanos.
- Estimular mudanças culturais que valorizem a moral e a ética.
- Aprimorar as noções de cidadania com a mobilização das pessoas para o aprendizado e o cuidado com o bem público e pessoal;
- Desenvolver o sentimento de pertencimento, valorização do lugar onde se vive, despertando o comprometimento com sua preservação e evolução.
- Fomentar a prática da democracia participativa, o espírito empreendedor e gerencial dos recursos humanos e econômico-financeiros.
- Fortalecer a noção de cuidado e amor pela cidade que nos abriga, seja o morador aqui nascido, ou o que aqui já vive, ou ainda o que está chegando.
- Promover e incentivar as festas populares com um calendário que preserve a tradição das pequenas comunidades.
- Resgatar a história de Extrema e a valorização de personagens históricas por meio de campanhas de sensibilização e estabelecer o calendário para as suas festividades históricas e culturais.



4

Diagnóstico:
Entraves à Sustentabilidade do Desenvolvimento



O diagnóstico constitui-se na sistematização das informações constantes nos seis relatórios referentes aos eixos temáticos produzidos no âmbito dos grupos de trabalho da Comissão já referido no capítulo 1 deste documento. A partir de orientações constantes de um termo de referência único que visava a unificar as abordagens de cada relatório, de modo a facilitar a sistematização, foi procedida uma caracterização da situação atual em cada eixo temático com o objetivo de identificar os obstáculos à sustentabilidade, estando, em última instância, implícita a idéia de construção de um cenário de futuro; ou seja, aquilo que se irá desenvolver sustentavelmente em cada área específica.

4.1. EXTREMA NO CONTEXTO REGIONAL

Extrema situa-se no Sul do Estado de Minas Gerais, compartilhando com as suas vizinhas regionais o privilégio de ocupar posição geográfica extremamente favorável econômica, social e ambientalmente.

O seu vínculo com o entorno é percebido, principalmente, nas relações que envolvem o comércio, a educação e a saúde.

Entre os principais atributos que caracterizam Extrema destacam-se:

- A Rodovia Fernão Dias que margeia a cidade, facilitando o escoamento da produção, onde estão localizados empreendimentos promotores do desenvolvimento sócio-econômico.
- A localização geográfica atrativa para as indústrias que aqui procuram se instalar em virtude de sua qualidade de vida, posição econômica favorável, ao lado do maior mercado consumidor do Brasil, além de contar com os incentivos devidos ao ICMS.
- Atrações próprias que favorecem o turismo, pois além de seus encantos naturais, há também os culturais (culinária, tradições, etc) atraindo visitantes paulistas e de outros centros, abrindo perspectivas promissoras para a indústria turística.
- Disponibilidade de substancial reserva hídrica e energética.
- Redes de tecnologia da informação e da comunicação integradas favorecem o seu desenvolvimento e também o da região.
- Substancial infra-estrutura em estradas, energia, telecomunicações, habitação, distrito industrial instalado e com capacidade de ampliação, reserva ambiental, disponibilidade hídrica e valores culturais proeminentes

garantem o acolhimento e a perspectiva de desenvolvimento sustentável nos moldes preconizados pela Agenda 21 de Extrema.

- Manifesta vontade política para acolher novos investimentos e um bom relacionamento entre o governo e a sociedade, favorecendo as parcerias.

Extrema é assimiladora de culturas externas e destaca-se como pólo regional, onde outras cidades vizinhas costumam recorrer aos serviços médicos e escolares, principalmente devido ao seu desenvolvimento econômico. É uma das portas de entrada do Estado.

A região de Extrema dispõe de potencial para se constituir em importante pólo de desenvolvimento e referência em Minas Gerais, promovendo o turismo e a atividade comercial, acolhendo novos investimentos industriais, cuidando do desenvolvimento humano e protegendo o meio ambiente.

4.2. O CONTEXTO HISTÓRICO

Extrema se desenvolveu numa área limítrofe e de ligação entre as capitais dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo. Brotou daí a sua composição e marcante diversidade cultural, que foi enriquecida pela imigração européia e oriental, além do acolhimento dos nacionais, particularmente, dos paulistas.

A cultura política, social e econômica, que caracterizou o Brasil no ciclo do café, também esteve presente na formação e no desenvolvimento de Extrema. As relações familiares patriarcais, as relações entre o senhor e o colono, a concentração da riqueza e do poder, os traços culturais, as precárias relações trabalhistas, foram configurando o ambiente local e perduraram ao longo do tempo, como padrões marcados firmemente e registrados no seu inconsciente coletivo.

O declínio econômico, com o término do ciclo do café, deixou como herança as marcas do antigo modelo patriarcal e hegemônico registrado em sua história e com perfis sólidos que ainda perduram nas relações políticas em Extrema e na região. As análises, feitas no transcorrer dos trabalhos, confirmaram tais características, que podem ser percebidas pelos habitantes mais atentos à estruturação social do município.

Essas características manifestaram-se na ausência do planejamento como base das ações institucionais e da própria sociedade, as dificuldades da população em desenvolver trabalhos cooperativos pela inabilidade no trato com a diversidade de idéias, a pouca participação dos cidadãos na gestão pública, o número pequeno de associações, de cooperativas e de organizações não governamentais e no restrito voluntariado. O poder público e os cidadãos se relacionam mais no campo político e menos nos programas e projetos sociais, econômicos e ambientais. As políticas públicas ainda não incorporaram o planejamento participativo.

Entre as razões pelas quais o município atraiu a migração estão a sua beleza cênica, o clima, as reservas hídricas e as possibilidades de trabalho favorecidas pelo próspero mercado próximo a São Paulo. Na década de 1990 iniciou-se a duplicação da rodovia Fernão Dias e, conseqüentemente, as indústrias começaram a analisar as condições favoráveis de sua localização geográfica, além dos incentivos fiscais que favoreceram a implantação de unidades industriais.

O comércio de Extrema está em desenvolvimento, a exemplo do que vem ocorrendo em outros municípios da região. Gradativamente, o setor vai evoluindo em busca da atualização mercadológica, com mercado mais intensificado nos finais de semana e feriados. Este setor e o de serviços estão sendo fomentados pelas parcerias entre a Prefeitura, a ACIEX, o sindicato rural, o governo estadual, o

Circuito Turístico Serras Verdes, as ONGs e as associações com o objetivo de implantar uma solidária cadeia produtiva regional de ecoturismo.

Toda essa dinâmica propiciou a elevação da receita municipal que foi também enriquecida pelos repasses, transferências e pelas receitas provenientes de outras fontes que são revertidas em benefício da comunidade. Este quadro favorável permitiu que se avançasse em direção a uma Agenda 21 para Extrema, num cenário de perspectivas alvissareiras, que podem ser incorporadas pelo Poder Público, enriquecendo ainda mais a qualidade de vida dos extremenses.

4.3. A DINÂMICA POPULACIONAL

Os dados estatísticos do Censo-2000 do IBGE registraram 19.219 habitantes em Extrema, sendo que a maior concentração populacional (cerca de 67%) encontra-se no núcleo central do município. A duplicação da Fernão Dias é considerada como fator indutor do crescimento demográfico. O IDH (0.781) é considerado médio e foi estabelecido a nível regional, porém, é privilegiada a sua posição social quando comparada a outros municípios brasileiros.

Considerando os índices referidos do Censo-2000 e mais os colhidos pelo levantamento cadastral de imóveis rurais realizado pela Prefeitura no ano de 2002 constata-se o crescimento demográfico da cidade e também a elevação do IDH que na última década evoluiu de 0.701 em 1991 para 0.781 em 2000.

Constata-se, ainda, que, nos últimos três anos, houve um acelerado crescimento populacional, despertando a atenção para a qualidade de vida que deve elevar-se como decorrência do desenvolvimento econômico, obrigando que haja os investimentos correspondentes nas áreas do desenvolvimento humano e ambiental.

A concentração urbana deve continuar crescendo no futuro próximo, seja pelas dificuldades dos moradores da área rural em permanecerem em suas áreas, devido à especulação imobiliária, seja pela instalação de indústrias no município, criando oportunidades de emprego na cidade.

Dos 4250 imóveis rurais do município a Prefeitura cadastrou 70% e identificou que apenas 101 imóveis estão sendo aplicados em suas atividades pertinentes, ao passo que os aplicados em lazer e como residência somam quase 2500. Os demais imóveis foram considerados não produtivos economicamente.

A renda familiar ainda é baixa; há falta de qualificação profissional, principalmente entre aqueles com mais de 40 anos. O nível de escolaridade é baixo, embora a evolução do IDH seja devida, substancialmente, ao desenvolvimento educacional da última década.

A população tem acesso aos recursos básicos de saúde, refletindo na redução, entre 1991 e 2000, da taxa de mortalidade infantil em 7,83%; no mesmo período constatou-se um aumento de 2,64 anos na vida média dos extremenses atingindo a expectativa média de vida é de 69,6 anos. A taxa de crescimento familiar reduziu de 3,0 para 2,6 filhos, cedendo espaço para o contingente populacional mais maduro, repetindo o quadro que se apresenta a nível nacional.

O censo apontou a elevação da renda per capita naquele período, atingindo em agosto de 2000 o montante de R\$ 277,58, assim como a redução da pobreza.

A ascensão social via desenvolvimento profissional é baixa, o mesmo ocorrendo no desenvolvimento do potencial criativo, manifestado através das artes, dos esportes ou da cultura. Os limites restritos ao auto-aperfeiçoamento e ao

desenvolvimento de competências, aliados ao baixo poder aquisitivo, contribuem para a manutenção do paternalismo, situação cristalizada e muito comum entre os nacionais, onde a carência de cidadania insiste em manter os seus grilhões ao longo da nossa formação histórica.

O quadro é paradoxal: de um lado o desenvolvimento industrial, o turismo demandando mão-de-obra qualificada, assimilando profissionais advindos de outros centros. Por outro lado há o contingente dos desempregados locais. Requer-se a profissionalização mais apurada para as funções nos níveis intermediário e superior, muitas vezes ocupadas pelos de procedência externa, ficando reservado aos nativos os trabalhos “mais simples” com níveis salariais mais reduzidos.

Esta condição assumida da menor qualificação profissional em nível local, culturalmente vai deixando as suas raízes, fazendo com que mesmo os profissionais com curso superior deixem Extrema e procurem outros mercados, e, até mesmo, busquem estágios em outras empresas da região, pela baixa auto-estima e pouca credibilidade atribuída aos profissionais. Isto implica o deslocamento de parte da força de trabalho para outros centros, principalmente, aquela oriunda das famílias de maior renda, prejudicando a absorção de sua mão-de-obra qualificada e criando entraves ao desenvolvimento humano da cidade.

4.4. OS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Há poucos dados disponíveis para se ter melhor visão da distribuição e concentração de renda em Extrema. Apesar de apresentar alguns dados satisfatórios de IDH, há necessidade de investimentos continuados na área social, em função das tendências de crescimento e migração já apontadas anteriormente.

Os Indicadores de renda, pobreza e desigualdade fornecidos pela Fundação João Pinheiro, colhidos entre 1991 e 2000, apontam crescimento na renda per capita de 26,63%; a pobreza diminuiu 35,09% e a desigualdade social passou de 0,52 em 1991 para 0,50 em 2000 conforme avaliação do índice Gini.

A duplicação da Fernão Dias teve impacto econômico favorável; foram instaladas várias indústrias, houve crescimento substancial do mercado imobiliário na zona urbana e intensa negociação na área rural, que abre espaço às residências de lazer, aumentando a população flutuante de fim- de- semana, principalmente, a procedente de São Paulo.

Esta realidade pode, numa primeira análise, denotar uma elevação na qualidade de vida da população, mas quando melhor aferida não implica, necessariamente, uma melhor distribuição de renda no município. A especulação imobiliária, o êxodo rural, a diminuição da produção agro-pecuária, além de outros fatores, certamente, ampliam o fosso entre os mais pobres e com profissionalização restrita e os de maiores níveis de renda e de escolaridade.

Entretanto, o município apresenta índices reduzidos no tocante à chamada pobreza absoluta. Não há mendicância, não há crianças e nem pedintes idosos e não há favelas, graças à política social desenvolvida em Extrema.

Nos estudos promovidos na elaboração da Agenda 21 ficaram patentes as necessidades dessas adequações. Elas permeiam as relações sociais urbanas e as rurais, a questão da saúde, da educação, as práticas comerciais e industriais, no tratamento público elevado, além das atualizações mercadológicas exigidas e a melhor utilização da terra. As limitações detectadas atentam contra essa demanda requerida, mas abrem novas perspectivas para esse mercado promissor.

É importante destacar que há uma força intensa de trabalho familiar, nos aspectos formal e informal, nas áreas urbana e rural, e sobre esta não há dados estatísticos, devido ao limitado reconhecimento e valorização dessa atividade.

O trabalho infantil está diretamente vinculado à economia familiar, principalmente, na área rural. Apesar das dificuldades por que passa a população de baixa renda, não se tem notícia de que o trabalho infantil seja expressivo, mas deve se atentar para os cuidados que o caso requer.

A necessidade de aperfeiçoamento, capacitação e qualificação profissional para a utilização de mão-de-obra local é condição “*sine qua non*” para atender ao mercado de trabalho em expansão e às qualificações exigidas nos seus diversos segmentos.

A proximidade de São Paulo e o crescente fluxo de visitantes recebidos nos finais de semana e nos eventos festivos, ainda não foram suficientes para promover avanços como o da moderna atividade comercial em Extrema.

Não há fontes de informações adequadas, principalmente, não se atenta para a maior freqüência de pessoas nos finais de semana. Não há plantonistas em nenhum setor e não há a prestação de serviços públicos ou turísticos adequados. Predomina a informalidade, o cunho familiar nas relações, a ausência de profissionalização e padrões limitados para atender à necessidade atual.

É imprescindível a busca de alternativas para minimizar o desemprego. A baixa escolaridade, o enxugamento das empresas, as dificuldades ligadas ao primeiro emprego, as limitações do mercado de trabalho para absorver a mão-de-obra adulta a partir da meia-idade, as conseqüências advindas da economia globalizada, são alguns obstáculos que penalizam os extremenses. Apesar das

dificuldades atuais as expectativas são favoráveis, podendo afetar positivamente o mercado de trabalho futuro. O que falta é a qualificação e a adaptação à uma nova realidade social.

A educação é fundamental e requer tratamento especial para que sejam atingidos os objetivos e totalmente integrada à Agenda nos programas e ações de curto, médio e longo prazos. As questões relativas ao trabalho e ao emprego exigem atenção permanente já que as conseqüências devidas ao desemprego são imediatas, desestimulando o trabalhador, baixando a sua auto-estima, gerando a injustiça social, intensificando a má distribuição de renda, agravando os problemas de acesso à educação, e culminando com a questão da segurança que é afetada seriamente quando o ser humano sofre pressões psicológicas graves como a provocada pelo desemprego, por exemplo.

4.5. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

4.5.1. SAÚDE

A saúde tem sido um dos focos principais da atual administração, refletidos nos indicadores de qualidade de vida da população. Profissionais liberais de várias especialidades fazem o atendimento ambulatorial, apesar, ainda, da carência de equipamentos, para que dêem maior consistência aos seus diagnósticos, e muitas vezes obrigam o deslocamento dos pacientes para outros centros (São Paulo, Campinas, Bragança Paulista ou Pouso Alegre).

O Censo-2000 revelou que, na última década, houve aumento na expectativa de vida, embora o IDH tenha mostrado que os indicadores de longevidade estão bem abaixo do desejado. O Relatório de Gestão 2002 do Departamento de Saúde,

que contém todos os procedimentos e resultados detalhados atinentes à saúde, apresentou subsídios para os trabalhos da Agenda 21 e que foram ressaltados, anteriormente, quando se destacou a melhoria dos indicadores sociais requeridos para Extrema.

Programas desenvolvidos pela Prefeitura Municipal:

- Programa de Atenção Básica de Saúde desenvolvido pelo Centro de Saúde, pelo PSF, pelas Unidades Móveis que atendem aos bairros rurais, campanhas de vacinação para prevenção das doenças infecto-contagiosas, assistidas também a nível estadual e federal pela farmácia básica.
- Programa de Saúde da Família (PSF) com procedimentos abrangentes para as famílias atendidas em caráter eminentemente preventivo, com visitas domiciliares, palestras educativas, campanhas de vacinação, higiene e limpeza, combate aos piolhos, além de todas as campanhas implantadas pelos outros programas; atende-se e faz-se o acompanhamento de crianças com carências nutricionais e dos idosos.
- Programa de saúde da mulher que atende às gestantes, e promove orientações sobre o controle familiar e exame preventivo Papanicolau.
- Programa de exame do pezinho que realiza coletas diárias no Centro de Saúde e que são enviadas ao NUPAD, Núcleo de pesquisa em apoio diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG em Belo Horizonte, para análise.
- Programa de controle da AIDS com exames anti-HIV para todas as gestantes, conforme rotina preconizada pelo Ministério da Saúde; exames de confirmação de diagnóstico, executados em laboratório de referência em Pouso Alegre; fornecimento de medicamentos e de preservativos masculinos; apoio psicológico e visitas domiciliares aos portadores soropositivos.

- Programas de controle da tuberculose e da hanseníase, ambos com a distribuição de medicamentos gratuitos, avaliações médicas, exames clínicos e visitas domiciliares.
- Programa de controle da hipertensão arterial que, além dos procedimentos de rotina, fornece medicamentos e faz reuniões mensais com equipe multidisciplinar (médico, enfermeira, nutricionista e psicólogo).
- Programa de controle aos portadores de diabetes com os procedimentos de rotina para o atendimento e o acompanhamento médico e exames laboratoriais. Os medicamentos são fornecidos com orientação para o seu uso pela enfermeira, bem como orientação alimentar pela nutricionista.
- Programa de saúde bucal que promove atendimento odontológico no Centro de Saúde, nas escolas e nas unidades móveis.
- Programa de vigilância sanitária para o controle das zoonoses, análise das águas em nascentes e na zona urbana, inspeção em estabelecimentos comerciais e industriais, atendimento às denúncias de poluição ambiental, dedetizações e outras atividades referentes à saúde pública.
- Programa de controle ao mosquito da dengue com campanhas e atuações de caráter preventivo.

Esses programas são levados a efeito através do centro de saúde, ampliado em março de 2004, com dois ônibus que atendem à zona rural e 3 PSF na zona urbana. O Centro de Saúde possui um laboratório para os exames de rotina.

A mortalidade no município é maior entre os idosos nos meses de junho e julho, principalmente devido aos problemas cardio-respiratórios. Quanto à mortalidade infantil, esta vem decrescendo anualmente, pela implantação de ações preventivas e de esclarecimento junto à população. Entre os anos de 2001, 2002, 2003 e 2004 apontaram-se, respectivamente, 21, 7, 4 e 1 mortes infantis na cidade.

Infra-estrutura de saúde no município:

A rede de saúde de Extrema é considerada um pólo de referência em termos de assistência, com grande resolutividade em relação aos demais municípios do extremo Sul de Minas Gerais.

O município possui boa infra-estrutura física, com um hospital e maternidade com 50 leitos, que atende a 3.500 consultas/mês do SUS, e interna 210 pacientes/mês. Sua rede atende aos pacientes de outros municípios, em função dos convênios celebrados com os planos de assistência médica. O Departamento de Saúde¹ dispõe de médicos e profissionais de diferentes especialidades. A oferta dos serviços de saúde é considerada como de excelência, se comparada a de outros municípios da região. Atendimentos de média e alta complexidade que não são realizados no município são enviados para centros mais avançados. Há serviço organizado para o transporte de pacientes.

¹ DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE

Centro de Saúde Aldo Olivotti tem: médicos moradores de Extrema e médicos que vem de Bragança Paulista, São Paulo, Jundiá, Atibaia para prestar atendimento em nosso município.

Profissionais que trabalham no Departamento Munic. de Saúde: 2 pediatras, 3 ginecologistas, 8 clínicos gerais, 2 otorrinolaringologistas, 1 oftalmologista, 1 ortopedista, 1 psiquiatra, 1 neurologista, 1 dermatologista, 1 proctologista, 1 cirurgião geral, 1 endoscopista, 1 endocrinologista, 1 cardiologista, 2 psicólogas, 4 dentistas, 1 cirurgião bucomaxilo, 1 cirurgião dentista, 4 dentistas, (Uni-móvel) 5 auxiliares de odonto, 2 fisioterapeutas, 2 fonoaudiólogas, 2 enfermeiras, 1 enfermeira (PSF) 2 enfermeiros (Uni-móvel) 2 auxiliares de enfermagem (Uni-móvel), 4 auxiliar de enfermagem, 5 agentes comunitárias de saúde, 6 agentes comunitários de saúde (zona rural), 1 aux. Enf. No PSF, 2 prof. Administrativos, 3 farmacêuticas-bioquímicas, 1 técnica de laboratório, 1 auxiliar de laboratório, 1 técnica de enfermagem, 1 nutricionista, 1 Aux. de fisioterapia e farmácia, 2 recepcionistas, 1 vigilante sanitário, 1 médico veterinário, 3 agentes de combate a dengue, 2 prof. de limpeza, 5 motoristas.

O SUS destaca Extrema em atendimentos técnicos especializados conforme o registro no quadro abaixo:

ESPECIALIDADE MÉDICA	EXTREMA	TOLEDO	MUNHOZ	ITAPEVA	CAMBUÍ	CAMANDUCAIA	TOTAL	TOTAL GERAL
OFTALMOLOGIA	21	0	0	0	0	0	C.S. 12 HOSP. 12	24
ORTOPEDIA	50	20	0	8	0	0	C.S. 40 HOSP. 38	78
OTORRINOLARINGOLOGIA	37	6	0	10	0	0	C.S. 30 HOSP. 23	53
PROCTOLOGIA	4	2	1	1	0	3	HOSP. 11	11
PSIQUIATRIA	63	9	10	0	33	0	C.S. 115	115
CARDIOLOGIA	84	25	0	0	0	0	HOSP. 109	109
DERMATOLOGIA	15	4	0	4	0	11	C.S. 17 HOSP. 17	34
NEUROLOGIA	30	3	0	0	0	0	C.S. 15 HOSP. 18	33
TOTAL	304	69	11	23	33	14	C.S. 229 HOSP. 228	457

Tabela - Quadro de referências para Extrema - SUS - Pactuado em 2000

A lista de profissionais do Departamento Municipal de Saúde ilustra a grande oferta de serviços a nível público (SUS) existentes no município, e não é típico na região, pois em nenhuma outra cidade de Minas ao sul de Pouso Alegre é encontrada tal qualificação.

Se acrescentarmos que também o hospital dispõe de equipe considerável, equipamentos, exames diagnósticos, pronto atendimento, centro cirúrgico e maternidade, é natural o fato de Extrema merecer referência especial de saúde na região.

A assistência à saúde do trabalhador conta com a TRABMEDIC, que presta atendimento às empresas locais e às de outros municípios (no momento às empresas de Itapeva), fazendo o exame de admissão, promovendo o retorno ao trabalho, a troca de funções e o exame demissional através do PCMSO Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional para os empregados nas empresas. Além deste há o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), o PPP - (Programa de Perfil Profissiográfico) e exames tais como audiometria e espirometria.

Já foi celebrado o CONSUEXSUL, constituído pelos municípios de Extrema, Estiva, Paraisópolis, Cambuí, Itapeva, Toledo, Consolação, Munhoz, Senador Amaral, Córrego do Bom Jesus e Camanducaia com o objetivo de estabelecer uma rede integrada de assistência, mas o consórcio ainda não está ativo. Outra idéia dos consorciados é contratar especialistas para atender aos municípios que não os possuam. Camanducaia será a cidade-sede onde se realizarão os exames de alta complexidade e foi escolhida por sua relativa equidistância dos demais municípios membros.

SAÚDE: Principais entraves à sustentabilidade

- A centralização foi considerada a questão maior nas atividades de saúde em Extrema, assim como a carência de transporte para o paciente rural para as consultas matutinas. As pessoas chegam a pé na cidade, e o atraso, às vezes, impede que os trabalhadores rurais sejam atendidos.
- Há muitos pacientes com queixas psicossomáticas, advindas e agravadas por problemas sócio-econômicos. Não há programas de atendimento à saúde mental, uma vez que Extrema ainda não conseguiu instalar o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), ao contrário de outros municípios vizinhos.
- A despeito do bom número de profissionais que trabalham na área de saúde ainda são necessários investimentos para o melhor atendimento dos pacientes.
- A avaliação do indivíduo precisa dar-se de forma integral para que se consiga maior eficácia durante os tratamentos.
- É necessário investir na administração hospitalar para ficar bem caracterizada a dicotomia entre a estrutura hospitalar privada e a estrutura pública municipal de saúde, uma vez que os vínculos aparentes entre elas confundem os pacientes; por exemplo, as ambulâncias do Posto de Saúde atendem aos pacientes do hospital.
- O setor de saúde arca, muitas vezes, com o atendimento, principalmente, o emergencial, de pessoas dos municípios vizinhos, comprometendo os serviços locais. A revitalização do consórcio regional de saúde passa por assuntos desta natureza.

Os problemas da área da saúde no município seguem, praticamente, os mesmos que se detectam a nível nacional: prendem-se aos fatores de desigualdade

social e à distribuição de renda, limitando o acesso das classes menos favorecidas ao sistema de saúde pública e também a participação em planos de saúde, restritos a poucos; a falta de saneamento básico, a cultura do homem do campo, a falta de informação são fatos que necessitam ser encarados e analisados para buscar soluções em que se torne imprescindível a gestão participativa da comunidade.

4.5.2. EDUCAÇÃO

O desenvolvimento do sistema educacional é fundamental para reverter os indicadores de pobreza e minorar as desigualdades sociais. A educação herdou pesada herança colonial que afetou, negativamente, o conhecimento e cristalizou padrões das submissões e atrofia nas perspectivas humanas do nosso povo.

Crescentes esforços estão sendo empreendidos para reverter o quadro atual. As soluções, todavia, estão além da capacidade do Estado e requerem a mobilização dos múltiplos atores sociais, não podendo restringir-se à formação escolar, devendo integrar o cidadão e prepará-lo para o mercado de trabalho e principalmente para a evolução de sua consciência para uma qualidade de vida eleita sobre valores éticos reais.

Entre as providências requeridas para dar novo direcionamento à questão educacional, agravada pelos problemas sociais sobejamente conhecidos, é necessária a abordagem sistêmica, que deve considerar a indispensabilidade do fortalecimento dos vínculos e a integração entre a escola, o aluno, a família, a comunidade e o poder público.

Quanto à educação infantil, as creches e as pré-escolas são restritas a poucas

crianças e ainda não devidamente assimilada e compreendida pela maior parte da comunidade.

São desenvolvidos projetos de reforço escolar, alimentação, esporte, atividades de artesanato e música. Há também o Centro de Reabilitação e Integração do Excepcional de Extrema - CRIE² para portadores de necessidades especiais.

A Prefeitura Municipal desenvolve Projeto Integral com intuito social, para que 190 crianças e adolescentes de 7 a 16 anos tenham oportunidades de receber reforço escolar (duas professoras contratadas), alimentação, esporte (aulas de educação física, recreação, capoeira), atividades de artesanato (macramê e arraiolo) e música (coral).

Cerca de 120 alunos fazem curso superior em Bragança Paulista, sendo que os cursos mais procurados são os de Direito (cerca de 80 alunos), Hotelaria e Turismo, Educação Física, Farmácia, Odontologia, Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Letras. Um micro-ônibus também dá apoio aos alunos que estão matriculados em Itatiba nos cursos de Engenharia Civil, Psicologia e Engenharia da Computação.

Na área do ensino profissionalizante, o SENAI ministrou cursos para os alunos de Extrema e da região; em 2003 foram oferecidos os seguintes cursos a 222 alunos

² Centro de Reabilitação e Integração do Excepcional de Extrema - CRIE: atende 76 crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais, incluindo outros municípios (no momento 5 clientes de Itapeva e 2 de Toledo). Oferece atendimentos no setor clínico e no educacional, objetivando desenvolver habilidades, viabilizando a inclusão dos mesmos na sociedade com engajamento de suas famílias, através do crescimento e da realização de todos os envolvidos.

extremenses:

- Qualificação profissional: mecânica geral, mecânica de manutenção, eletrônica, eletricitista de manutenção, desenhista em auto cad, programador de máquinas e ferramentas cnc.
- Aperfeiçoamento: informática básica, auto cad 2d e 3d, leitura e interpretação de desenho mecânico, efficientização energética , cnc, torno e fresa, internet, hidráulica e pneumática e eletrohidropneumática.

Outra dificuldade na área educacional é que os professores, comumente, cumprem jornada dupla de trabalho para a complementação de renda. Isso prejudica o aprimoramento profissional e, praticamente, inviabiliza as suas participações em cursos complementares e indispensáveis à atualização profissional, afetando a auto-estima dos educadores e com repercussões negativas na formação dos alunos.

Infra-estrutura educacional:

A importância de repensar a educação, visando à sustentabilidade, remete à necessidade de analisar a infra-estrutura de educação em Extrema e a sua inserção no contexto regional.

A rede escolar supre as necessidades locais quanto à pré-escola, 1º e 2º graus. Há no município seis escolas municipais de 1º grau com cerca de 3.327 alunos, duas creches que atende a 360 crianças.

Três escolas estaduais com cerca de 2 100 alunos cursando entre a 5ª série do 1º grau e a 3ª série do 2º grau. Cinco escolas particulares, atendendo cerca de 1345

alunos; cursando desde a pré-escola até a 1º série do 2º grau; uma escola supletiva com 798 alunos sendo 486 do ensino fundamental e 312 do ensino médio, sendo que 20% destes alunos vêm de outros municípios: Vargem, Atibaia, Bragança Paulista, Itapeva, Monte Verde, Joanópolis e até mesmo São Paulo (geralmente pessoas que têm chácaras em Extrema e aproveitam para estudar, esporadicamente, quando estão no município). Isto é possível porque o curso supletivo oferece horário flexível de acordo com a disponibilidade do aluno.

Há também uma instituição de ensino superior com cursos de Administração e de Ciências Contábeis. Entre os 140 matriculados 45 % são alunos provenientes de outras cidades da região.

EDUCAÇÃO: principais entraves à sustentabilidade

- Os cursos superiores implantados não atendem às metas prioritárias do município como a do turismo, por exemplo.
- Faltam cursos de qualificação profissional para permitir e facilitar a ascensão social, cultural e profissional.
- O baixo poder aquisitivo de grande parcela da população dificulta o acesso das pessoas aos cursos profissionalizantes e superiores particulares; cursos ministrados por entidades reconhecidas como SENAC, SENAI, SEBRAE são de custos elevados.
- Falta classe especial com atendimento psicopedagógico, para atender à demanda de crianças cursando as séries do 1º grau com dificuldades na assimilação do aprendizado escolar.
- As estradas intermunicipais nem sempre facilitam o acesso a pólos de referência em educação.

- A sociedade ainda não assimilou as noções de cidadania e de participação social; a escola deve ser promotora desses conceitos.
- Pouca articulação entre a escola de ensino médio e do setor formativo com a vida profissional e social.
- Necessidade de aproveitamento dos espaços sociais nas associações comunitárias, nos clubes, na prisão, no hospital, para servirem a ações educativas e atuarem como canais de transmissão de conhecimentos e de informação.
- Falta maior aperfeiçoamento dos jovens no ensino médio público, principalmente no tocante ao ensino de línguas e da informática.
- O ensino profissionalizante necessita se adaptar, rapidamente, às mudanças contínuas presentes no mercado de trabalho.

4.5.3. CULTURA, ESPORTE E LAZER

É possível constatar, ao longo da história de Extrema, transformações referentes ao lazer, ao esporte e à cultura. No passado as atividades de lazer estavam ligadas aos piqueniques nas cachoeiras, às festas religiosas, aos bares e ao futebol. Pouco se falava e poucas pessoas praticavam qualquer outra atividade esportiva ou de lazer.

A atividade esportiva mais consolidada é a prática do futebol. Extrema conta com 6 campos de futebol, 4 privados com concessão de uso: Klimp, Fronteira, Jardim e Juncal e 1 campo municipal no Parque de Eventos e o campo do Estádio Sebastião Comanducci, o melhor campo do município onde são realizadas as finais dos campeonatos. Construído há mais de trinta anos e adequando-se às demandas surgidas com o tempo, hoje o Estádio é uma entidade privada e possui além de

campo de futebol, duas piscinas e um ginásio poliesportivo; dispõe também de uma escola de futebol.

A cidade possui 8 quadras (algumas até com *playground*) espalhadas pelos bairros, com tabelas de basquete, rede de vôlei e trave de futsal. Nessas quadras poliesportivas, em média duas vezes por semana, um organizador de quadra leva material esportivo para as crianças brincarem e ensina à garotada cuidar desse patrimônio público. Esses organizadores estão levantando para o Departamento de Esportes, o número de crianças e jovens que freqüentam o local. E ainda, a Prefeitura está iluminando todas as quadras para que os adultos possam freqüentá-las após o trabalho.

Em 2001, foi inaugurado o Parque de Eventos da cidade onde existem 3 quadras poliesportivas, 1 pista de skate, 1 de bicicross, 1 grande *playground* e 1 campo de futebol. Terá pista de atletismo, uma cancha de bocha e uma de malha. Mesas de concreto para jogos de dama, xadrez, dominó e tênis de mesa também são projetos a serem instalados.

No parque também ocorrem os grandes eventos populares como a festa do peão e as festas juninas que, este ano, saíram das escolas para um espaço coletivo. Também vêm acontecendo encontros de várias modalidades esportivas plurais, como o “*Extrema Adventure*”, iniciativa privada do setor de esportes de aventura.

A cidade possui duas rampas de asa-delta, no alto da serra do Lopo, onde se realizam campeonatos dessa modalidade.

O Centro Municipal de Esportes, Educação e Cultura “Gumercindo Luiz Pinto Monteiro” possui 1 ginásio poliesportivo com capacidade para 7.000 pessoas, 1

quadra poliesportiva externa, 2 quadras de vôlei de areia, 1 mini-quadra de futebol de areia, 1 piscina semiolímpica, 2 piscinas infantis e 1 *playground*. Ali são ministradas aulas semanais gratuitas de natação, vôlei, fut-sal e basquete para crianças de 7 a 15 anos.

Essas atividades vêm sendo implantadas desde o início do ano pelo Departamento de Esportes e Lazer; criado este ano, o calendário de atividades esportivas e de lazer procura atingir as diferentes idades.

A escola de futebol particular, as academias de artes marciais e outros centros esportivos cobram de seus alunos para cobrir os seus custos; a população de baixa renda, sob pressão das dificuldades econômicas que atravessamos, tem dificuldade para cobrir custos com as atividades esportivas.

As atividades culturais são menos priorizadas que as de esporte, e a cidade carece de eventos culturais mais consistentes e constantes. Há o grupo Movimento Cia de teatro que tem sido solicitado nas campanhas municipais de conscientização social. Extrema promove, anualmente, a festa do peão, sendo importante registrar também as apresentações da Banda do Bem, formada, dirigida e mantida pelo conhecido “seu Bem”, iniciador musical e instrumental de algumas gerações de extremenses. As atividades culturais dispõem do salão social C.L.R.E. para os encontros e bailes da cidade.

Os bairros mantêm as festas de seus padroeiros tradicionais ao longo do ano. A tradicional Festa da Padroeira ocorre na praça da Matriz.

As áreas públicas inseridas na zona de urbanização consolidada dispõem de tratamento paisagístico. Alguns bairros da periferia, por falta de planejamento,

não dispõem de áreas públicas de lazer e a Prefeitura planeja agregar áreas adjacentes, quando houver outros loteamentos para tal fim.

Os principais recantos públicos para o lazer são: clube literário; Extrema Futebol Clube; biblioteca pública, que está sendo transferida para local mais apropriado, ginásio poliesportivo, parque de eventos, bares, restaurantes, hotéis fazenda, pousadas, locais para pescaria (pesque e pague). Estão em fase de planejamento outras áreas que serão usadas para tal fim como: a Serra do Lopo, o Parque Fernão Dias, ao longo da Avenida Nicolau Cessarino e o Parque do Barreiro.

Está sendo construído o Cine-teatro, no Parque de Eventos, com ativação prevista para o primeiro semestre de 2005. Este será mais um impulsionador para as artes em Extrema.

CULTURA, ESPORTE E LAZER: Principais entraves à sustentabilidade

- O principal entrave para o maior dinamismo das atividades de cultura e lazer é o fator econômico; o Departamento de esporte e lazer tem limitações orçamentárias. O alto custo dos diversos materiais esportivos contribui para dificultar a expansão de projetos, bem como o custo de mão-de-obra especializada para a construção das quadras.
- O Centro Municipal de esportes é utilizado diariamente para abrigar o Projeto Integral, de atendimento aos alunos carentes, limitando a sua utilização para a formação e o treino de equipes das várias modalidades esportivas.
- O estádio “Sebastião Comanducci”, com boas e amplas instalações, poderia ser revitalizado para ser utilizado não só para o esporte, mas para a cultura e o lazer. Entretanto, não tem havido interesse em ampliar o seu quadro de sócios ou em dinamizar a sua administração, voltando-se, quase que

exclusivamente, às atividades futebolísticas.

- Não há o patrocínio das empresas e do comércio para subvencionar o esporte, à exceção do futebol e do incentivo a um atleta pedestrianista. Quanto à cultura, o empresariado comparece para colaborar nas festas populares e nas escolares.
- Os professores estão locados nas escolas públicas e muitos também trabalham nas particulares, sendo impedidos, legalmente, de exercerem mais de duas funções; há poucos professores de educação física em atividade no município; são também poucos os professores de artes plásticas, cênicas bem como pouquíssimos os artistas plásticos.
- Os espaços físicos não são adequados para a prática da cultura, com exceção da biblioteca municipal que está sendo reinstalada no subsolo do C.L.R.E. (atualmente em obras) e que contará com auditório, videoteca, sala de projeções e cyber-café.
- Foi demarcado o estacionamento de autos na praça central da cidade, o que desfigura o espaço e o torna um grande estacionamento arborizado, deixando de ser usado como área de lazer urbano; a praça além da Matriz conta com outros edifícios que precisam ser restaurados, preservados e reutilizados; não é pertinente a alegação de prejuízo dos comerciantes, uma vez que as vagas para o estacionamento, na realidade, na maioria das vezes, são utilizadas pelos próprios, prejudicando o seu visual.
- Há um calendário para as atividades esportivas, de lazer e de cultura que foi elaborado por departamentos municipais mas sem a participação comunitária, contrariando o espírito de parceria e a delegação de competência.

4.5.4. A REDE DE PROMOÇÃO SOCIAL

Em Extrema e região existem muitos trabalhos, projetos e entidades sociais cujo objetivo é assegurar o acesso de todos aos direitos fundamentais e a inserção dos excluídos, compreendendo atendimento integral às crianças e famílias em situação de risco pessoal e social, aos carentes, aos idosos e aos deficientes, visando à sua valorização e reinserção na sociedade.

Entre as várias instituições que desenvolvem atividades sociais temos:

- Pastoral da Criança que atua no combate à desnutrição infantil.
- Conselho Tutelar do Menor e do Adolescente cuja função é proteger as crianças em situações familiares e sociais de risco.
- Associação Recanto São Francisco, que ampara crianças e adolescentes que estão sem suas famílias temporária ou definitivamente.
- Centro de Reabilitação e Integração do excepcional de Extrema - CRIE, que assiste aos portadores de necessidades especiais.
- Associação São Vicente de Paula que presta assistência aos idosos.
- Casa do Caminho de Ananias que faz distribuição de cestas básicas e de sopa, às quintas-feiras.
- Programa de Segurança Alimentar.
- Cooperativa de Costureiras do Bairro Bela Vista.
- Associações de Bairro.

Os Grupos Vulneráveis

A sociedade brasileira, marcada com traços contundentes pelas desigualdades, pela renda reduzida, pelo desemprego, pelas violências e impunidades, deságua todo esse passivo com mais força sobre os grupos vulneráveis. Os portadores de deficiências, os negros, os índios, os idosos, as mulheres e crianças, os doentes crônicos e os homossexuais são seres discriminados, que sofrem violências físicas ou psicológicas decorrentes da falta de conhecimento, baixa auto-estima, reduzida consciência social e dificuldades de toda ordem que impedem o acesso a melhores condições de vida. Os químico-dependentes e os alcoólicos integram grupo vulnerável particular, muito embora sejam também discriminados, independentemente de sua condição social, idade ou sexo.

Embora a cidade conte com algumas entidades que atuem em projetos para abrigar pessoas desse grupo, ainda há carência de participações e pouco conhecimento para reverter o quadro atual. Tudo ainda é muito personalizado e o atendimento supre as necessidades imediatas. Impera ainda o amadorismo e reina certa indiferença no trato dos grupos vulneráveis, prova incontestada da discriminação mencionada.

A maior dificuldade está no preconceito e na estreita visão social caracterizada pelo machismo. Nas relações humanas, a posição do homem é predominante, ficando a mulher em patamar inferior e esse padrão é assumido com naturalidade; as desigualdades e as opressões são comuns: social, cultural, religiosa e financeiramente a mulher é discriminada e tem sua competência diminuída. Embora haja o reconhecimento da sua força de trabalho, ainda sofre o peso da jornada dupla de trabalho, é menos remunerada do que o homem, tem acesso reduzido ao rendimento do seu trabalho, sofre maus tratos e é discriminada se

romper com os laços conjugais, para citar apenas alguns fatos.

Com referência ao idoso, não há movimento consistente de apoio aos da terceira idade. Eles não são aproveitados e nem favorecidos. Na área rural, o velho trabalha praticamente até o limite de suas forças e isto é fruto da cultura vigente.

O CRIE, em parceria com a prefeitura através da Oficina Ambiental, está desenvolvendo o Projeto CRIE VERDE, profissionalização em jardinagem de jovens especiais. Esta experiência bem sucedida encontra dificuldades em conseguir outros parceiros para o desenvolvimento de suas atividades.

A homossexualidade permeia a sociedade, mas ainda é discriminada e tratada com indiferença. Em Extrema não se faz a inclusão social dos homossexuais, e essa realidade é ignorada.

PROMOÇÃO SOCIAL: Principais entraves à sustentabilidade

- O desemprego na região é indutor da emigração para São Paulo e para outras cidades maiores, embora Extrema também acolha pessoas de outros municípios; sempre que há disponibilidade de empregos há atração de pessoas de outros centros que chegam à cidade, desenvolvendo pressão adicional sobre os serviços, uma vez que os candidatos às vagas ofertadas são superiores aos empregos disponíveis.
- Falta integração entre os municípios da região para formar uma rede de informações e troca de experiências.
- Há pouca funcionalidade nas políticas sociais. Tanto no nível público como no privado, ainda tem prevalecido o assistencialismo, reproduzindo, mecanicamente, as políticas sociais que mantêm as desigualdades sociais, visto que a sua atuação é emergencial.

- Há falta de integração e cooperativismo regionais na implementação de políticas sociais.
- Há ausência de políticas voltadas à promoção social na zona rural.

4.5.5. A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

A Segurança Pública é uma função de competência do Estado, mas não exime a sociedade de se ausentar, ou de omitir-se, fixando-se nas críticas ao sistema, esperando que as carências sejam tratadas a nível superior, esquecendo-se de que a participação social em todos os níveis é fundamental para reverter o quadro atual. A população, através de seus órgãos representativos, pode e deve exercer seu poder de participação, trazendo idéias viáveis e dispondo-se a colaborar no aprimoramento dos serviços.

A violência vem se banalizando, narcotizando nossa consciência, que é bombardeada, diariamente, através da mídia que, muitas vezes, promove o sensacionalismo barato e propicia a visualização de toda a violência em seus programas diários, como se fora a apresentação de um filme ou de uma novela, onde os personagens são expostos como transgressores que devem ser punidos, isentando-nos da responsabilidade com a degradação social assimilada naturalmente. Esta situação de certa indiferença com a realidade do nosso dia a dia, que se apresenta em nossa casa, nas nossas escolas, no nosso trabalho só será revertida com o investimento maciço na educação e nas políticas sociais.

Os problemas da violência e a limitada segurança pública presentes em todo o Brasil já começaram a se manifestar em Extrema, e tem o seu núcleo motivador nas graves questões sociais presentes em todo o país. Sabe-se que a falta de trabalho e a

baixa renda são propulsores de violência.

O acolhimento de pessoas em Extrema com problemas de desemprego, de desestruturação familiar, de distanciamento e de indiferença em relação aos valores éticos tende a agravar a violência no município.

Constata-se o aumento dos usuários de drogas e de álcool, principalmente na geração mais jovem. A juventude extremense não dispõe de atividades ocupacionais fora do horário escolar, permitindo que, muitas vezes, esses jovens fiquem à mercê da abordagem para o vício e a marginalidade.

Também a violência sexual contra as crianças e os adolescentes vem aumentando, inclusive dentro da família. Há também, pelas condições sociais já expostas e pela mentalidade machista arraigada, bastante violência contra a mulher.

O Conselho de Segurança Pública e o Conselho Tutelar estão se reestruturando para atuarem com maior eficácia, mas ainda falta a percepção real e a mobilização para colher subsídios e aprofundar a consciência sobre as questões que lhe são pertinentes.

A ação policial, feita pela Delegacia Seccional da Polícia Civil e pela Companhia da Polícia Militar, defronta-se com as dificuldades costumeiras:

- O contingente é pequeno para atender à demanda de serviço, aliada à dimensão territorial de Extrema, que é considerável;
- A ação policial fica quase que totalmente voltada para apuração das infrações e dos delitos, sem condições para atuar em caráter preventivo, a não ser pelo policiamento ostensivo.

Nas áreas do entorno das indústrias e nos bairros rurais, devido às extensas áreas com baixa densidade demográfica, a prestação do serviço de segurança é dificultada pelos meios convencionais, fazendo com que a população faça a sua própria segurança preventiva por meio da instalação de sistemas de alarme.

Extrema não possui guarnição de Corpo de Bombeiros, mas conta com uma equipe de defesa civil que atua principalmente nos períodos de queimadas durante a seca; não são frequentes os incêndios nas áreas residenciais.

A infra-estrutura de segurança:

O município vem buscando parcerias para atuar na segurança pública, firmando convênios com a PMMG, que através da 116ª Cia PM, tem boa e salutar integração com o poder público municipal, com os demais órgãos de segurança e entidades de serviço público e privado, além da boa convivência com a comunidade.

A Polícia Civil, através da 23ª Delegacia Seccional de Segurança Pública, é responsável pelas apurações de infrações penais de crimes, pela guarda da cadeia pública e pela expedição de documentos como carteiras de identidade e documentação de trânsito.

A estrutura de proteção social conta também com o Conselho Municipal de Segurança Pública (CONSEPE) e o Conselho Tutelar de Extrema (CONTUEX), cujas atuações estão irmanadas com as da polícia, seja na prevenção e no fornecimento de informações sobre as violências.

A Polícia Civil registra aumento no abuso sexual infantil e de adolescentes

(estes dados informativos coincidem com o início do funcionamento do Conselho Tutelar).

Na última década, a segurança pública é uma das principais demandas sociais requeridas pela sociedade nas diferentes esferas de governo, além das responsabilidades atinentes aos poderes judiciário e legislativo. O crescimento da violência e da criminalidade é um fato incontestável que amedronta o cidadão e agita a sociedade, mesmo nas localidades onde os índices de criminalidade são baixos, como é o caso de Extrema.

Está em elaboração o projeto para a instalação de sistemas de câmeras em locais estratégicos, monitoradas por um sistema central interligado a banco de dados local e de outros municípios. Isso será estratégico para a melhoria do sistema de segurança e fundamental para a liberdade social.

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: Principais entraves à sustentabilidade

- A promoção do desenvolvimento humano sustentável da cidade nos remete à necessidade de compreendermos sistemicamente os seus problemas.
- A violência é um fato nas relações humanas e também presente nas ações predatórias contra os bens públicos e recursos naturais.
- O aumento do tráfico de entorpecentes é agravado pela falta de informantes; a falta de informações facilita as atividades do traficante e impede a apreensão das drogas; tem havido aumento no consumo de bebidas alcoólicas pelos menores em locais públicos.
- Há ocorrência de furtos praticados principalmente pelas pessoas residentes em bairros de baixa renda; a prostituição infanto-juvenil é acompanhada pelo consumo de drogas.

- O roubo de cargas na região tem decrescido desde 2001 pela atuação policial.
- A burocracia dificulta a solução dos casos e é grande o fluxo de cartas precatórias; as diligências passam pelas Polinters estaduais que não conseguem dar pronta resposta aos interessados.
- Falta material, equipamentos e recursos financeiros para o trabalho da polícia civil.
- A cadeia pública não possui adequadas condições de segurança; tem capacidade para abrigar 18 presos e está lotada com 70, pois recebe infratores da região; não há recursos financeiros para a manutenção dos equipamentos de segurança, nem quantidade adequada de policiais para a vigilância.
- A localização, próxima de São Paulo, atrai bandidos e infratores e a rodovia Fernão Dias facilita o acesso e a saída de infratores.

4.5.6. ATUAÇÃO DOS DIFERENTES ATORES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A participação da comunidade extremense na promoção do seu desenvolvimento social é perceptível por meio de diferentes ações em curso. Algumas associações representativas de segmentos sociais buscam reciclar e abrir espaços para repensar as suas atuações com a colaboração do SEBRAE e do SENAR.

Em setembro de 1997, o SEBRAE-MG fez um levantamento que resultou no diagnóstico municipal, com sugestões gerais para a atuação tanto do poder público quanto do setor privado, trabalho esse que destacou as necessidades substanciais

quanto ao desenvolvimento humano do município e que são atuais, embora passados sete anos.

As ações da sociedade civil são poucas, proporcionalmente às possibilidades existentes. A mobilização da sociedade é insipiente, ainda é limitada, sem impulso para inovações e mesmo renovações. As instituições apresentam atuações isoladas e desarticuladas. Falta ainda uma participação mais ativa, compreendendo e transformando o uso indevido do poder que se faz através delas.

O terceiro setor desenvolve-se com limitações e luta com dificuldades para a manutenção dos serviços já existentes. A comunidade não assumiu ainda a prática do voluntariado, e isso restringe a participação social.

As parcerias com as empresas privadas são trabalhosas e com resultados pouco estimulantes. As poucas iniciativas particulares voltadas para o serviço social, ou dependem financeiramente do apoio do poder público municipal, ou ficam enclausuradas nas disputas do poder personalizado, com dificuldades para se abrirem e buscarem novas relações nos âmbitos estadual e federal, terem novos contatos, trocas de experiências, firmarem com organismos da cidade ou externamente. Tais práticas não são apropriadas para o momento atual.

Não haverá sustentabilidade enquanto não houver a percepção do ser humano como um ser-relação, que é parte indissociável dos seus ambientes mais próximos, como a família, a escola, a igreja, com o lugar onde trabalha, o seu ambiente social, com a sua relação cidadina, com o seu país, com a natureza da qual é dependente.

A organização social do município precisa ser revista. A própria sociedade necessita ter a coragem de se ver e se reestruturar, saindo do egocentrismo e da

forma arcaica de ver o mundo.

Para a promoção do desenvolvimento humano na cidade, há que se pensar em utilizar todos os recursos disponíveis para o aprendizado de uma nova organização dessa mesma sociedade.

Os responsáveis pela cidade, em qualquer época, precisam perceber que, o que dificulta, muitas vezes, o desenvolvimento e o sucesso do empreendimento em todas as áreas da administração pública, é a falta de formação básica e a capacitação técnica das pessoas.

Torna-se imprescindível propor e proporcionar o constante aprimoramento do conhecimento técnico-operacional e humanista dos responsáveis pela administração da cidade, incluindo aí os legisladores, sob pena do nosso capital humano não acompanhar os paradigmas dos novos tempos.

A democracia, o cooperativismo, as redes solidárias vêm sendo incentivadas pelos mais variados setores sociais, sejam os produtivos, financeiros, empresariais e mesmo os governamentais. É um processo que amadurece com o tempo. Estamos atrasados na percepção clara e no aprendizado desse novo cenário e, conseqüentemente, retardando a sua implantação.

Também não há convite e estímulo para que a sociedade organizada traga a sua contribuição para a implementação de novas idéias ou sugestões que induzam o poder público para sair do tradicional, do velho, da forma conhecida e já tão gasta de administrar bens e recursos; a mentalidade reinante da política brasileira resiste às descentralizações do poder, e, a nível municipal, o prefeito é o representante dessa situação padronizada nacionalmente.

Em contrapartida, a sociedade e os seus organismos representativos sentem-se alijados por serem esquecidos muitas vezes pelo poder decisório, acomodam-se e vão ficando inertes, submetendo-se a pequenas barganhas de interesse pessoal, deixando de fazer a sua parte no processo, acomodando-se com indiferença e desencanto pela coisa pública, pela atuação dos seus representantes na Câmara, pelo seu direito de fiscalizar e acompanhar o emprego dos recursos, acomodando-se nos velhos jargões “isso nunca vai mudar”, “salve-se quem puder”, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, e com isso, alienando-se do contexto social a que pertencem.

Falta uma consciência mais ampla do panorama atual para sairmos das querelas pessoais e buscarmos soluções para os problemas que afligem a comunidade. Existe carência de espírito cívico nas relações.

Não haverá promoção à sustentabilidade do desenvolvimento humano, se tudo o que foi pensado, refletido e trabalhado até aqui e aquilo que vier - permanecer no papel como letra e isso inviabilizaria as perspectivas promissoras para a Extrema 2020, que é tarefa de todos. No desenvolvimento humano repousa a qualificação da Vida em todas as suas manifestações.

4.6. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

A urbanização no Brasil tem se caracterizado pela tendência à deterioração dos recursos naturais, pela ausência de infra-estrutura, pelo desordenamento na ocupação do solo, características agravadas pela heterogeneidade social e estimuladas por interesses econômicos imediatistas e individualistas. A predominância desses desequilíbrios são freqüentes na maioria das nossas áreas urbanas.

Este quadro, que se observa nas metrópoles, tende a se reproduzir nas médias e pequenas cidades, uma vez que há carências no estabelecimento de políticas adequadas para o planejamento e gestão urbana. A tendência natural é a repetição dos modelos inadequados que ainda não foi possível serem revistos, perdurando o antigo modelo da ocupação territorial feita de forma descuidada.

Extrema, todavia, apresenta em sua urbanização aspectos positivos, embora também apresente pontos críticos na construção da sustentabilidade urbana. O crescimento populacional é significativo nos últimos anos e é tendência natural que esse quadro se mantenha nos próximos 16 anos devido a:

- Aumento da população de baixa renda que chega à cidade à procura dos empregos gerados pela forte industrialização.
- Pessoas que chegam à cidade, principalmente oriundas de São Paulo, que encontram em Extrema condições favoráveis à sua permanência, e que procuram na zona rural local aprazível para que tenham suas chácaras de lazer, fazendo com que o homem extremense do campo desloque-se para a cidade.
- Profissionais liberais e empresários que chegam à procura das novas oportunidades propiciadas pelo crescimento local.
- Aumento da população flutuante, atraída pelas facilidades de hospedagem nas chácaras de lazer de amigos e pelo turismo, que, naturalmente, vai assumindo o destaque que lhe é pertinente pelas condições ambientais favoráveis em Extrema.

4.6.1 O PLANEJAMENTO E A GESTÃO URBANA

Como eixo estruturador das políticas voltadas para a transformação e a consolidação de Extrema em uma cidade sustentável, o planejamento e a gestão

urbana devem buscar o modelo adequado para o desenvolvimento do município e região, fundamentado no uso racional dos recursos naturais, de forma a orientar, facilitar, estimular e planejar as ações corretivas e expansionistas, buscando o desenvolvimento orientado e sustentado que priorize a qualidade de vida dos cidadãos e dos visitantes locais, garantindo a repartição justa dos benefícios alcançados.

A sustentabilidade de Extrema com o seu rico patrimônio natural e, portanto, com vocação turística (montanhas, recursos hídricos e paisagens naturais excepcionais) terá que conviver com muitos desafios:

- Alta taxa de flutuação populacional provocada pelo lazer e turismo.
- Congestionamento das vias de acesso e serviço.
- Problemas com a segurança pública, podendo comprometer a qualidade de vida dos extremenses.

A ocupação de áreas vem se dando de forma ilegal ou informal, não cumprindo o que está formalizado na legislação. Tais práticas provocam degradação ambiental, sobrecarregam a infra-estrutura, reduzem a oferta e a qualidade da habitação e dificultam o acesso à terra e à moradia em função da valorização imobiliária.

Este cenário atual é agravado pela ausência ou insuficiência de normas que regulem o mercado imobiliário, que vai crescendo à margem do planejamento local, como ocorre também regionalmente, podendo minimizar os resultados auferidos no município, em função dos seus esforços, para a sua emancipação econômico-financeira, com resultados que podem comprometer a sustentabilidade urbana em Extrema.

4.6.2. O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

As leis que disciplinam o uso e a ocupação do solo são fundamentais à sustentabilidade urbana, pois além de normatizar as questões pertinentes ao desenvolvimento econômico e a função social da propriedade, orientam o processo de ordenação do território e buscam garantir a sustentabilidade urbana. Além disso, orientam incentivos promotores do desenvolvimento, ordenam processos migratórios e cuidam do meio-ambiente, garantindo a qualidade de vida adequada à população, através do zelo, por todos os vetores que promovem a sustentabilidade.

O uso e a ocupação do solo em Extrema não se vem dando de forma apropriada e os projetos residenciais de casas populares e a implantação do distrito industrial descuidaram dos aspectos importantes referentes ao desenvolvimento econômico-social com o equilíbrio ambiental.

Os processos de parcelamento de imóveis na área rural têm sido inadequados e muitas vezes irregulares, prevalecendo o interesse material e os resultados imediatos decorrentes; a falta de planejamento, as leis que não atendem ao mercado atual operam à vontade e propiciam resultados imediatos.

Este quadro produziu e vem produzindo “deseconomias” para a sociedade (perdas e desperdícios de tempo, de energia, de recursos naturais e financeiros), num processo que favorece poucos e prejudica muitos.

A ocupação do solo prioriza as vias de acesso e o crescimento imobiliário em detrimento das áreas ciliares. O rio passa ao fundo das propriedades e não vem sendo cuidado, facilitando a ocorrência de enchentes.

Está em elaboração o projeto de lei com a finalidade específica de regularizar os desmembramentos irregulares, corrigindo os desvios ou estabelecendo compensações e ações mitigadoras.

A urbanização em Extrema é caracterizada pelo seguinte quadro:

- Região central - área urbanizada cujo crescimento irá obrigar a ocupação vertical, necessitando ser analisado para reorientar o processo de ocupação do solo.
- Regiões periféricas (bairros) - áreas não totalmente urbanizadas, em expansão desordenada em direção aos arredores desocupados.
- Arredores - áreas não urbanizadas com forte vocação para serem incorporadas pelas regiões periféricas.
- Áreas pseudo-rurais - com características urbanas e atmosfera rural;
- Áreas rurais tradicionais - áreas menos acessíveis, mas com demanda crescente de infra-estrutura urbana.
- Assentamentos sociais (casas populares) - localizados fora do perímetro urbano.
- Distrito industrial.

4.6.3. A HABITAÇÃO

A habitação, direito e necessidade da população, deve atender às necessidades humanas e sociais do cidadão, proporcionando-lhe vida urbana com qualidade e justiça, viabilizada pela exploração sustentável de suas riquezas, preservando os seus recursos naturais e valorizando o seu patrimônio cultural.

O município tem procurado responder às demandas habitacionais através de definição de áreas de expansão urbana, disciplinando o uso do solo e empreendendo programas habitacionais à população de baixa renda.

Os projetos dos bairros do Matadouro, da Vila Esperança, Bela Vista, Residencial Mantiqueira e Roseira são exemplos da política que amenizou consideravelmente a pressão social mas não foi suficiente para zerar o déficit habitacional de Extrema.

Os principais entraves podem ser citados entre os seguintes detectados:

- Baixa renda de parte da população e aumento no custo de aquisição do terreno e da construção.
- Migração da área rural em direção à área urbana devido à venda das glebas que vão se transformando em chácaras e promovendo a exploração imobiliária.
- Desenvolvimento industrial que provoca um incremento demográfico na cidade.
- Ausência de planejamento.
- Instrumentos de desenvolvimento urbano insuficientes, predominando o desrespeito à legislação em vigor.

Mesmo nessas condições o município não possui favelas e o índice de ocupações informais em locais inadequados é baixo. A infra-estrutura urbana que respalda a qualidade de vida vem sendo implantada, mas ainda existe o passivo decorrente dos tempos em que predominou a improvisação na gestão urbana do município.

O desafio agora é se antecipar às demandas futuras previsíveis devido ao

desenvolvimento econômico de Extrema, excedendo aos padrões históricos de outros tempos.

Constata-se que o município está acima da média nacional no tocante à qualidade habitacional dos extremenses, mas o rápido desenvolvimento econômico trouxe situações pontuais preocupantes. São necessárias ações vigorosas, planejadas e coordenadas entre os diversos agentes responsáveis pelo desenvolvimento, para que haja correções rápidas de rumo a partir da constatação dos desvios para que tudo ocorra dentro dos princípios da sustentabilidade.

4.6.4. A INFRA-ESTRUTURA URBANA

A cidade está localizada em terreno de topografia acidentada, com grandes desníveis, dificultando sobremaneira a implantação e a operação de atividades atinentes à infra-estrutura. Esta condição repete-se na área rural. Apesar de não possuir distritos, Extrema conta com núcleos organizados, mas que estão mais distantes do seu centro. É um fato que demanda uma análise mais detalhada, pois esse distanciamento implica em custos adicionais relativos à implantação, manutenção e gestão da infra-estrutura.

A infra-estrutura de energia:

Possibilitar o acesso à energia é condição indispensável para a inclusão social; o governo federal deseja ver implantada a energia elétrica integralmente em todo o país. Todavia, algumas questões devem ser consideradas antes que todos possam ter acesso à energia, por exemplo: quais as fontes de energia que são consideradas mais adequados do ponto de vista ambiental?. Devemos sempre estar desenvolvendo a eficiência? Novas formas de produção ou devemos investir em pesquisa para

melhorar a eficiência? O racionamento de 2002 proporcionou uma revisão dos padrões de consumo da população, e o consumo caiu 12% na região.

Extrema beneficia-se por estar próxima de um dos centros de distribuição de energia elétrica mais antigo do país. A Empresa Elétrica Bragantina³ é uma concessionária de energia com 100 anos de operação, pertencente ao grupo REDE e responsável pela distribuição energética no município.

Extrema consome 34% do total da energia distribuída e Bragança Paulista 50%. Os 16% restantes são consumidos pelos demais municípios. O parque industrial de Extrema possui grandes eletro-consumidores.

A rede de transmissão que atende ao município de Extrema possui capacidade instalada de 80MVA e atende a uma demanda de 44MVA. Além dessa margem de 36MVA, a REDE deve concluir em 2009 um projeto de expansão. São obras que aumentarão a capacidade instalada em mais 80MVA. A empresa trabalha com uma taxa de crescimento anual de 12% na sua área de competência. A instalação de novas empresas às margens da Rodovia Fernão Dias justifica esses investimentos adicionais. A nova rede será uma reserva alternativa no caso em que houver interrupção no fornecimento através da linha existente.

O município tem cobertura de energia elétrica em 96% de sua área, restando

³ Em Bragança encontra-se a sede da empresa responsável por atender os municípios de: Bragança Paulista, Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Córrego do Bom Jesus, Estiva, Extrema, Itapeva, Munhoz, Pedra Bela, Pinhalzinho, Senador Amaral, Toledo, Tuiuti, e Vargem.

cerca de 50 residências na zona rural que ainda não foram alcançadas pela rede. Ao todo são 8.566 consumidores que, somados, consomem 12.573Mw/h. O valor médio das contas mensais entre os diversos consumidores é de R\$ 200,00.

A diversificação da matriz energética é fundamental para o desenvolvimento sustentável, devendo se analisar tecnicamente a adequação do uso das fontes exauríveis e o das renováveis.

A multiplicação dos agentes econômicos e dos atores sociais envolvidos no processo de tomada de decisões e de planejamento, na operação e na fiscalização dos investimentos feitos na infra-estrutura, exige que se estude a possibilidade de se estabelecer parcerias, que poderão redundar na redução de custos e na otimização dos resultados.

O encaminhamento de soluções para esta questão capital deve passar por um estudo da situação para se propor a solução mais adequada, após considerar as indicações, os interessados e ouvidas as representações locais nas várias etapas do processo decisório.

A matriz energética de Extrema é predominantemente de procedência hidrelétrica, caracterizada por considerável nível de perdas entre a etapa de geração e o consumo final, reduzindo a quantidade de energia útil final colocada a disposição da sociedade. Outra fonte importante está baseada no petróleo e a distribuição é feita pelos postos de combustíveis e pelos distribuidores de gás de cozinha e o industrial.

A baixa renda da população rural em alguns casos impede o acesso à energia. É dispendioso o custo para instalação de linha na zona rural. A população tem pouca informação sobre as fontes energéticas e as possibilidades de fontes alternativas.

O ICMS cobrado na conta de energia elétrica é de 30%, e essa carga tributária representa um enorme custo a ser coberto pelo assalariado e pelo micro e pequeno produtor.

A Infra-estrutura em saneamento ambiental:

Fornecimento de Água

É importante ressaltar que a consciência do cidadão, a sua responsabilidade quanto ao uso da água é fundamental para a construção da sustentabilidade. A abundância desse recurso natural, principalmente em Extrema, faz com que o cidadão não o valorize adequadamente.

O uso desse recurso é crescente e descontrolado, e devido à essa abundância de que dispomos não nos sensibilizamos com a escassez existente em São Paulo que depende da água do nosso município.

Atender à demanda de água do município de maneira sustentável pressupõe a utilização devida desse recurso natural importante para o desenvolvimento social e econômico, procurando retornar ao meio ambiente os benefícios auferidos pela água captada, realimentando e enriquecendo o ciclo ambiental.

Se houver queda na qualidade da água captada, ocorrerá um custo adicional no tratamento, que poderá até comprometer o consumo futuro seja financeira, seja ambientalmente. O Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá é um esforço para a integração dos municípios pertencentes e contribuintes dos recursos hídricos da bacia.

A demanda de água de Extrema é atendida através de convênio com a estatal COPASA, criada pelo Decreto 14/1974 e atende atualmente a 400 municípios em Minas Gerais.

Pelo Rio Jaguari, na altura de Extrema, passam 10.000l/s na época da seca. A demanda atual do município é de 50l/s, atendida por um sistema de captação instalado no rio. Esta demanda pode ser considerada pequena diante da oferta do Jaguari, mas é preciso considerar que o rio atende a diversos outros municípios em seu curso, disponibilizando recurso inclusive para São Paulo, através do Reservatório Jaguari, que integra o sistema Cantareira.

A água é retirada e usada no município e o que retorna é inferior ao estado original. A água do Rio Jaguari é captada como classe 2 e abastece toda a cidade que usufrui de todos os benefícios e retorna com o esgoto não tratado.

A retirada de água dos rios é controlada pela ANA Agência Nacional de Águas que, através de um sistema de outorga, determina o volume permitido para cada empresa concessionária. A COPASA tem uma outorga da ANA em relação a Extrema, permitindo a retirada de 150l/s bem superior a atual demanda.

Há 5.500 ligações residenciais de água; em 1980 eram apenas 800. O ritmo atual de crescimento da rede é de 30 ligações novas por mês, e mantido esse ritmo, em 16 anos, o crescimento seria de 100%, ou seja, mais de 5.760 novas ligações residenciais. Se considerarmos o aumento percentual à partir de 1980 até hoje, que foi de 687,5%, e projetássemos esse crescimento para 2020 teríamos naquele ano 37.812 ligações para uma nova demanda de 393,7 l/s, bem acima da outorga hoje referendada pela ANA em 16 anos, Extrema teria 37.812 ligações residenciais.

Ano	Ligações	Aumento porcentual	Demanda
1980	800	687,5%	
2003	5.500		50l/s
Projeção para 2020	11.260	104,7%	102,3l/s

Fonte: COPASA

É provável que, entre essas duas possibilidades, deve-se monitorar e controlar o crescimento desordenado da demanda. A demanda pode ser incrementada pelo desenvolvimento industrial, estimativa que deve ser considerada quando da instalação de novas indústrias em Extrema. Poderá ser comprometedora para toda a região se houver aumento desmensurado no consumo, que poderá vir a ocorrer e comprometer a sustentabilidade, se não se racionalizar o uso d'água e cuidar dessa fonte que é renovável, mas que pode se exaurir.

A COPASA possui duas fontes de captação: uma que atende ao distrito sede e outra de uso exclusivo da REXAM, indústria fabricante de latas de alumínio e grande consumidora de água. Esta segunda unidade tem capacidade de 15l/s. Está previsto o seu desligamento, quando a ramificação da rede que atende à cidade chegar até a indústria, passando pelo bairro da Roseira. Esta nova rede está sendo implantada para atender a 600 novas ligações. O bairro Vila Rica, por exemplo, ainda não é atendido pelo reservatório da cidade.

A expansão da rede segue duas premissas básicas: de um lado, a demanda de novas ligações e, de outro, a rentabilidade em relação ao custo das novas redes. Até 2004, a COPASA prevê um investimento de R\$ 4.500.000, para elevar a capacidade da rede de distribuição instalada para 115l/s. Desse plano já foram investidos em obras R\$ 1.200.000; o restante será aplicado até dezembro 2005.

A dificuldade no relacionamento entre os agentes públicos e a sociedade, quadro que se repete em outros municípios, limita a compreensão sobre a sustentabilidade hídrica. A população local não está bem ciente de qual a real situação dessa fonte fundamental de vida que nasce na região, e é abastecedora há muitos anos das cidades mineiras e de São Paulo.

Coleta e tratamento de esgoto

A rede de esgotos atende a toda a área urbana, zona central e os bairros periféricos. Não há estação de tratamento e os dejetos são lançados no Rio Jaguari. A estação de tratamento está projetada e sendo analisada pelos órgãos competentes do Estado, com localização prevista entre a Av. Nicolau Cesarino e o Rio Jaguari, do lado oposto ao trevo de acesso à Vila Esperança.

Nas áreas em expansão, o esgoto será tratado individualmente e coletado pela rede pública. A solução encontrada para o entorno das indústrias e para os bairros rurais é a utilização de tratamentos individualizados (fossa séptica e filtros anaeróbios), e os sumidouros que absorvem o esgoto. As coletas ocorrerão em pontos selecionados e complementarão o projeto.

Há ligações clandestinas de esgoto na rede pluvial e também de ligações pluviais na rede de captação de esgotos. Esta é preocupante, pois há risco de

comprometer todo o sistema de tratamento de esgoto a ser implantado. A instalação futura da estação de tratamento de esgoto vai exigir uma revisão total no sistema de captação da cidade, para regularizar e certificar a origem de cada tipo de efluente, seja o das residências, seja o dos demais usuários.

Drenagem pluvial urbana

O crescimento não planejado e a falta de investimentos estão entre os responsáveis pela questão referente à coleta e ao escoamento das águas pluviais. Entretanto, a situação atual não gera grandes riscos; é preciso atentar para o crescimento urbano e suas conseqüências.

Na zona rural, estão sendo construídas bacias de decantação. Para a região central e a periférica, são necessárias duas ações: separar o esgoto das residências que tem canalizadas as águas pluviais e intensificar o esforço atual para ampliar a canalização. A maior atuação em 2003 foi direcionada para a rede de coleta de esgoto, e tal providência foi muito positiva, melhorando consideravelmente a situação das sub-bacias urbanas.

Resíduos sólidos

A coleta diária de lixo é de cerca de dez toneladas/dia. Ela é feita em todo o município, inclusive na zona rural. Deste total 60% é matéria orgânica, 30% matérias recicláveis e 10% são produtos que precisam ser descartados adequadamente.

O município possui aterro sanitário com licença ambiental, previsto para operar até 2020; há coleta seletiva nos pontos de entrega voluntária (PEV) e domiciliar.

É necessário intensificar a coleta seletiva dos materiais recicláveis e desenvolver programas de educação ambiental nas escolas e na comunidade com a proposta dos 3 Rs (reduzir, reutilizar e reciclar) para diminuir a quantidade de resíduos aterrados e aumentar a vida útil do aterro. É básico alertar para a necessidade de diminuir o desperdício de alimentos e implantar a usina de compostagem de matéria orgânica (60%). É prioritário que se reduza o percentual dos resíduos que não podem ser reaproveitados (10%), dando destinação apropriada fora da bacia hidrográfica do município.

A infra-estrutura de transportes:

Sistema Viário

A malha viária de Extrema em sua parte antiga é anacrônica devido à forma de desenvolvimento da cidade. Há pouca articulação na malha viária, sem padronização quanto à dimensão das vias públicas e a não distinção entre as vias principais, secundárias e terciárias.

As edificações, via de regra, dão pouco espaço às calçadas, agravando e inviabilizando o possível alargamento das ruas. As vias são pavimentadas e exigem manutenção constante.

Nos bairros rurais, a malha viária é extensa e o meio físico é acidentado. Em sua maior parte são vias que foram abertas sem planejamento e que foram nascendo naturalmente. Apesar de bem mantidas, o seu traçado é inadequado, técnica e ambientalmente.

Toda a área urbana do município, a zona central, a periferia, as áreas de

expansão e a zona rural, apresentam limitações para permitir o livre trânsito das pessoas, principalmente se considerarmos o seu uso pelos cidadãos da terceira idade, as crianças e aqueles que carecem de atenção especial.

A topografia acidentada e a forma espontânea como ocorreu o traçado das vias nos primórdios são aspectos capitais que dificultam o aprimoramento do sistema viário. Temos calçadas estreitas invadidas por terrenos íngremes com degraus construídos entre os imóveis e a ausência de manutenção.

Culturalmente, a população oferece resistência às mudanças, dificultando a implementação de ações para melhorar o sistema viário. Vias estreitas, veículos ocupando as calçadas, estacionamentos permitidos em quaisquer vias são costumes julgados pertinentes; a população reage contra o aperfeiçoamento técnico recomendado.

Trânsito e Transportes

O relevo acidentado é limitador de mobilidade. A zona urbana cresceu sem planejamento e adequou-se às necessidades de outros tempos.

O trânsito na área central tem limitações devido à precária articulação da malha viária e ao comportamento despreocupado dos motoristas. Atualmente, o fluxo de veículos não está comprometido, pois a taxa de ocupação da malha viária ainda é baixa. Entretanto, esta situação vem se agravando e vai atingir o seu limite.

No entorno das indústrias e dos bairros rurais, o trânsito flui bem e não há registros significativos de dificuldades. Entretanto, na maioria dos parcelamentos de solo ocorridos na área rural, constata-se que as vias não foram dimensionadas

adequadamente. Este fato aliado ao crescimento histórico natural é um problema pontual que deve ser solucionado.

O transporte público é limitado e sofre com a precariedade da articulação viária e com as características topográficas que dificultam a gestão do transporte público.

O transporte público está sendo efetuado com linhas particulares de ônibus nas áreas urbana e rural. O executivo, procurando aperfeiçoar o sistema viário, recomendou o emprego dos micro-ônibus para o transporte público urbano, providência que está em andamento.

A iniciativa privada, buscando a sua rentabilidade, tem que ter a sua logística apropriada para atender à população sem esquecer dos seus resultados indispensáveis.

O terminal rodoviário atende aos usuários e poderá no futuro ser aperfeiçoado, se o crescimento municipal assim o determinar.

INFRA-ESTRUTURA URBANA: Principais entraves à sustentabilidade

As limitações técnicas, a falta de investimentos, a ausência do ordenamento territorial e inadequações para atender ao marco legal definido pelo estatuto das cidades são alguns dos obstáculos importantes a serem resolvidos para enfrentar os problemas apontados nos levantamentos feitos pela Comissão da Agenda 21.

Entretanto, tão importante quanto dispor de equipe qualificada é a adoção de uma abordagem política, econômica e técnica integradas para a elaboração do planejamento e a implementação das ações programadas, ainda carentes no município.

Quadro resumo da situação de infra-estrutura urbana de Extrema em 2003.

SISTEMAS DE INFRA-ESTRUTURA	TIPOLOGIAS URBANAS			
	Centro	Periféria	Entorno das indústrias	Área rural
1. SANEAMENTO AMBIENTAL				
Água potável	Atendida pela Copasa	Atendida pela Copasa exceto em alguns locais mais altos	Captação própria e qualidade não garantida	Captação própria e qualidade não garantida
Saúde	Atendida	Atendida	Atendida com unidade móvel periódica	Atendida com unidade móvel periódica
Esgoto (coleta)	Atendida	Em fase de conclusão	Insuficiente	Insuficiente
Esgoto (tratamento)	ETE	ETE	Fossa e filtro	Fossa e filtro
Drenagem pluvial	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente
Coleta de lixo	Atendida	Atendida	Atendido	Atendida
2. COMUNICAÇÃO E ENERGIA				
Energia elétrica	Atendida	Atendida	Atendida	Atendida
Telefonia básica	Atendida	Atendida	Atendida	Atendida
3. SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE				
Malha viária	Inadequada	Inadequada	Atendida	Inadequada
Trânsito	Inadequado	Inadequado.	Atendida	Atendida
Transporte público	Em implantação	Em implantação	Em implantação	Em implantação
Malha viária - pedestres	Inadequada	Inadequada	Inadequada	Inadequada
4. SEGURANÇA E LAZER				
Segurança	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente
Defesa civil	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente
Áreas públicas	Em processo de adequação	Em processo de adequação	Em processo de adequação	Em processo de adequação
Locais de convivência	Atendida	Atendida	Atendida	Atendida
Cinema	Em implantação	Em implantação	Não atendida	Não atendida
Teatro	Em implantação	Em implantação	Não atendida	Não atendida

4.7. A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

4.7.1. GESTÃO AMBIENTAL

Por gestão ambiental entende-se o conjunto de princípios, estratégias, ações e procedimentos para proteger a integridade dos meios físico e biótico, bem como a dos grupos sociais que deles dependem. São atividades da gestão ambiental o monitoramento, o controle, a fiscalização do uso dos recursos naturais, bem como o processo de estudo, avaliação e eventual licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.

Vale destacar, ainda, a normatização de atividades, definição de parâmetros físicos, biológicos e químicos dos elementos naturais a serem monitorados, assim como os limites de sua exploração e/ou as condições de atendimento dos requerimentos ambientais em geral.

Para o sucesso no processo de gestão ambiental devem ser consideradas como premissas:

- A interdisciplinaridade da abordagem da gestão dos recursos naturais, promovendo a inserção ambiental nas políticas setoriais.
- O desenvolvimento da capacidade institucional.
- A descentralização.
- A disseminação e o acesso à informação.

A gestão ambiental em Extrema, em especial as atividades de licenciamento, vem sendo desenvolvida pelo poder público e pela iniciativa privada, em

cumprimento da legislação em vigor. O município está inserido totalmente na Área de Proteção Ambiental (APA) Fernão Dias, que é uma unidade de conservação estadual e gestão diferenciada, para que se cumpram os propósitos da sua criação.

O poder público municipal vem se estruturando com o objetivo de executar as políticas públicas de meio ambiente. O município conta com o CODEMA Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental, órgão normativo e deliberativo, e o Departamento de Serviços Urbanos e Meio Ambiente que é o órgão executivo. Em 2003, o poder público, com a promulgação da lei nº 1829/03 (mil oitocentos e vinte e nove de dois mil e três), normatizou o licenciamento ambiental municipal.

Hoje se faz a gestão dos resíduos sólidos; foi implantado o aterro sanitário licenciado e a coleta seletiva do lixo. Também há programas para o monitoramento dos principais cursos d'água do município através do projeto de sub-bacias hidrográficas, utilizando-se imagens de satélite.

A iniciativa privada, principalmente as indústrias, vem se destacando pela suas práticas de gestão ambiental buscando a certificação como as das séries ISO 9.000, 14.000 e 18.000.

4.7.2. RECURSOS HÍDRICOS

O Rio Jaguari é estratégico para o desenvolvimento de Extrema e também para o Brasil, uma vez que é um dos principais mananciais de abastecimento público do país; é necessário investir na melhoria da qualidade e na quantidade de suas águas. As ações a serem adotadas necessariamente resultarão em restrições ao

uso e às ocupações do solo, principalmente as agrícolas e outras atividades econômicas, que deverão fazer a compensação com recursos financeiros aos usuários a jusante.

Estas são medidas necessárias à conservação dos cursos d'água e também ao desenvolvimento social e econômico dos proprietários rurais e do bem estar da população. O manancial é de qualidade e indispensável para o desenvolvimento do município, além de suprir, parcialmente, a grande São Paulo e ser contribuinte importante da bacia do Piracicaba.

O Rio Jaguari, principal curso d'água, corta todo o município; é o manancial de abastecimento de toda a zona urbana e é também receptor do esgoto ainda sem tratamento. Sua nascente está localizada no município de Sapucaí Mirim, passando por Camanducaia e entrando em Extrema através do bairro do Salto de Cima. Entre os seus principais contribuintes estão o Rio Camanducaia que vem dos municípios de Camanducaia e Itapeva, o Ribeirão do Juncal procedente de Itapeva e os córregos que nascem na área do município, entre os quais se incluem o Salto de Cima, Posses, Forjos, Furnas, Tenentes e Matão.

A bacia do Jaguari tem uma vazão média anual de 30 m³/seg e um rendimento específico de cerca de 30 litros / seg / km²; é a principal contribuinte do Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de 9 (nove) milhões de pessoas da grande São Paulo. O Jaguari, principal contribuinte do Rio Piracicaba, é um rio federal. Em 2003 foi instalado o Comitê Federal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e foi o terceiro a ser formado no Brasil.

Tem-se constatado que a quantidade e a qualidade dos cursos d'águas vêm piorando ao longo do tempo; em alguns casos inserem-se na classe IV.

O município vem trabalhando para reverter o quadro da poluição provocada pelos esgotos domésticos; o projeto para a construção da estação de tratamento de esgoto (ETE) está em processo de licenciamento ambiental e a aquisição da área para a sua implantação está em tramitação.

As principais indústrias possuem licenciamento ambiental e têm as suas estações de tratamento de esgoto, ainda que operando com algumas limitações.

4.7.3. SOLO

O solo é o recurso natural fundamental para a sustentação da produção agrícola, para a produção de água e para a manutenção do homem no campo. Como a água, o solo é recurso natural finito e não renovável na escala de intervenção humana. A manutenção do seu equilíbrio dinâmico encontra-se nas atividades de infra-estrutura e agrícola para que a sua estrutura física, química e biológica seja preservada.

O solo é a base para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, um bem de valor inestimável para a produção de alimentos saudáveis e para o bem-estar do homem do campo. A prática da agricultura vem diminuindo ao longo dos anos em Extrema; até a década de 70, a agricultura era a principal fonte de desenvolvimento; a partir dos anos 80 houve o início do processo de industrialização que veio se fortalecendo nos últimos 20 anos e hoje constitui a nossa principal sustentação.

O solo agrícola do município é composto pelo latossolo vermelho - amarelo, podzólico e os solos aluviais, que aparecem nas planícies dos rios e córregos.

A degradação do solo provocada pela prática da agricultura intensiva é baixa, mas o seu uso irracional pela agricultura, ou por outras atividades, pode resultar na degradação desse recurso, com dramáticas conseqüências para a sociedade. Torna-se vital, portanto, concentrar esforços na gestão desse recurso natural no seu uso racional, eficiente e produtivo, de modo a satisfazer às necessidades das atuais e futuras gerações.

A perda de solos afeta a capacidade produtiva e os demais recursos naturais, principalmente dos recursos hídricos. Além disso, suas conseqüências têm, muitas vezes, repercussões que extrapolam as áreas onde ocorrem. Assim, por exemplo, a erosão hídrica acelerada resulta no assoreamento e na poluição de cursos e dos reservatórios de água que abastecem mais de 9 milhões de habitantes da grande São Paulo.

Há a ocorrência de processos erosivos pelo uso inadequado (agrícola e não-agrícola) do solo, provocando vários níveis e graus de degradação. Este recurso tem sido afetado também pelas atividades não-agrícolas, incluindo-se a mineração, as obras de infra-estrutura, os assentamentos urbanos e industriais, e principalmente, pela instalação de chácaras de recreação e veraneio. A mineração ocupa áreas pequenas como a exploração de granito no bairro do Juncal. As obras de infra-estrutura, especialmente a duplicação da rodovia Fernão Dias BR 381, podem ser consideradas como grandes causadoras da degradação do solo. Nas estradas vicinais também se verifica a ocorrência freqüente de sulcos, resultantes de planejamentos inadequados ou da falta de manutenção.

O uso não-agrícola do solo precisa do tratamento sistematizado, com informações sobre as suas fragilidades e sobre as repercussões no meio ambiente pelo seu uso indevido. A mesma atenção deve ser prestada aos proprietários agrícolas.

4.7.4. FAUNA E FLORA

A fauna e flora estão distribuídas por um mosaico de formações de florestas. As características fisionômicas primitivas da região se modificaram, em função da ocupação humana. O restabelecimento de composições florestais e o ordenamento do uso do solo serão condição *sine qua non* para garantir a sobrevivência das espécies, a manutenção do material genético e a melhoria da qualidade de paisagem.

A formação mais alterada foi a da floresta estacional semidecidual, mas pelas aferições do material cartográfico, as formações nativas de hoje são mais expressivas que as da década de 70.

A regeneração natural dos ambientes é fundamental para a manutenção da flora e das comunidades faunísticas regionais, incluindo as espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção.

Extrema encontra-se em zona de tensão ecológica entre as florestas tropicais montanas e submontanas, conforme Rizzini (1979); de acordo com o IBGE (1993) está entre as formações da floresta ombrófila densa, ombrófila mista e estacional semidecidual. Está inserida no bioma da Mata Atlântica protegida pela Constituição e pelo Decreto Federal 750/93. Dependendo das condições edáficas e climáticas, muitas vezes relacionadas a gradientes topográficos e de relevo, predomina uma ou outra tipologia vegetal ou, em alguns casos, misturam-se aspectos de mais de um tipo como: floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista, floresta estacional semidecidual, mata ciliar, capoeiras, formações florestais artificiais.

4.7.5. PRINCIPAIS ENTRAVES À SUSTENTABILIDADE

Entre os problemas encontrados na gestão das unidades de conservação APA FERNÃO DIAS, destacam-se:

- Falta de ação do Estado para o gerenciamento da APA e o cumprimento dos planos de manejo e aprovação do zoneamento.
- Ocupação de áreas restritas de uso como as das áreas de conservação da vida silvestre.
- Falta de divulgação da importância da criação e implementação da APA FERNÃO DIAS.

O sistema de licenciamento ambiental (SLA) detectou os seguintes problemas principais:

- Desentrosamento na execução das políticas públicas e de fiscalização entre o Estado e o Município.
- Desestruturação dos órgãos ambientais em termos qualitativos e quantitativos pela carência de recursos humanos.
- Limitações para o acompanhamento das atividades licenciadas e de monitoramento.
- Reduzida participação da sociedade.
- Não internalização das questões ambientais nas empresas.
- Despreparo da administração superior e dos seus quadros técnicos para o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental, incluindo-se o licenciamento ambiental.
- Ausência de um sistema de informações ambientais para esclarecer os

empreendedores e o público interessado sobre as necessidades inerentes a cada tipo de licenciamento e a situação de qualidade ambiental nas áreas de influência dos empreendimentos pleiteados.

Recursos Hídricos

As principais ameaças à qualidade e à quantidade de água da bacia do rio Jaguari são as seguintes:

- A proximidade da região metropolitana de São Paulo, a duplicação da Rodovia Fernão Dias e o valor baixo da terra aumentaram a pressão imobiliária nos últimos 20 anos, causando a ocupação e o parcelamento excessivo do solo na zona rural.
- A construção de barramentos e aberturas de poços subterrâneos sem a devida outorga.
- A falta de infra-estrutura básica como o tratamento de esgoto na zona urbana e rural.
- Os efluentes industriais e a utilização de insumos agrícolas do receituário agrônômico e técnicas agrícolas inadequadas.

Solo

- Ocupação irregular e o parcelamento do solo.
- Falta de incentivos ao homem do campo para estimular o uso de técnicas agrícolas apropriadas a queimadas.
- A falta de critérios técnicos na abertura, manutenção e conservação das estradas vicinais.
- Supressão da vegetação rasteira em áreas de preservação permanente.

Fauna e Flora

A pressão antrópica sobre as áreas nativas, advinda da expansão urbana, deve-se às condições aprazíveis e de beleza cênica da região. Este tipo de ocupação tende a remover a vegetação, a abertura de vias de acesso, etc, o que impacta fortemente os ambientes remanescentes.

É importante salientar que uma das principais causas da extinção da fauna é a destruição dos seus habitats. Considerando que a fiscalização é mecanismo importante no processo de proteção à biodiversidade, a sua falta é responsável pela degradação da vida silvestre. Entre os fatores levantados estão:

- Ausência de política abrangente e integrada entre o Estado e os Municípios para a conservação ambiental; o desconhecimento da sociedade e dos seus governantes sobre a importância ambiental e econômica da biodiversidade restringe o desenvolvimento de uma política governamental respeitando-se os recursos naturais.
- Falta de treinamento de pessoal especializado e carência de pessoal com formação técnica a ser utilizada na área ambiental.
- Carência de dispositivos legais a nível municipal e de infra-estrutura para respaldar a área ambiental e falta de informações sobre a biodiversidade.
- Mecanismos mais eficientes de controle.

4.8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Muito se fala em economia sustentável, mas é necessária a conscientização e o entendimento real sobre o significado do desenvolvimento econômico sustentável,

promovendo-o em harmonia e respeito aos ecossistemas e seus recursos naturais, respeitando-se o quadro social.

Promover a economia sustentável em Extrema é uma tarefa que requer articulação com o plano regional. É necessário desenvolver o processo de conscientização sobre a importância do tema e a necessidade de estabelecer parcerias para se atingir os resultados requeridos.

4.8.1. BASES LEGAIS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A administração pública municipal ainda não possui legislação específica para tratar da instalação de empresas na cidade e dos respectivos incentivos fiscais. Nas décadas de 80 e 90 algumas empresas instalaram-se em Extrema, beneficiando-se de incentivos, mas sem as normas gerais que as orientassem.

A lei de responsabilidade fiscal dificultou a concessão de isenções, pois o novo dispositivo exige que o poder público, ao conceder quaisquer benefícios de natureza tributária deve demonstrar como obterá os valores compensatórios. É recomendado propor, se necessário, alterações na legislação tributária municipal para equilibrar suas contas públicas, fornecendo os meios que compensarão a renúncia de receita.

Extrema também não dispõe de secretaria específica para tratar de assuntos pertinentes ao desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário. Diante da expansão prevista para os próximos 16 anos, horizonte com o qual o município vem trabalhando, é necessário planejar este novo cenário, promulgando leis que orientem o seu desenvolvimento econômico.

A reforma tributária e as suas regulamentações devem ser bem conhecidas para que o processo de planejamento e a implementação das ações programadas façam-se de forma sustentável.

O município conta com o atrativo do ICMS, implicando menor carga tributária e favorecendo a instalação de empresas em Minas Gerais.

Ao se criarem novos instrumentos legais é importante levar em conta que as empresas já instaladas devem ser consideradas e beneficiadas com os incentivos que forem dados às novas empresas.

A Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita necessita de análise acurada. O município, em seu processo de tomada de decisões, pode conceder o benefício fiscal, mas deverá dispor dos meios compensatórios. Isso requer cuidados especiais: para se conceder, por exemplo, um benefício fiscal da ordem de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a uma empresa que deseja instalar-se em Extrema, a compensação desse benefício equivale a aumentar a carga tributária do IPTU em 50%. O benefício desse montante em São Paulo custaria menos do que R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por contribuinte.

4.8.2. SETORES DINÂMICOS DA ECONOMIA E AS CADEIAS PRODUTIVAS

Indústria

O setor secundário expande-se rapidamente e é a principal fonte de receitas do município, empregando cerca de 3.017 pessoas, segundo dados do IBGE, ou 38%

dos postos de trabalho, segundo pesquisa do IBGE em 2000. É a principal fonte de arrecadação municipal, permitindo que o poder público aplique essa receita nas áreas da saúde, educação e infra-estrutura.

A industrialização é, hoje, o setor mais dinâmico da economia, seguida pelo comércio, agricultura e pelo turismo. Esta conjuntura favorável merece ser acompanhada de perto para facilitar o processo de tomada de decisões sobre a economia em Extrema.

O setor industrial desenvolve-se ao longo da rodovia Fernão Dias; é diversificado e possui indústrias representativas do parque nacional. A posição geográfica de Extrema é favorável, estando próxima do maior mercado do país. A produção das principais empresas como Kidd Yanes (fabricadora de extintores de incêndio, principalmente para automóveis), FRUM e FAGOR (metalurgia de peças) Rexam Cam do Brasil (fabricadora de latinhas de alumínio), Bauduco (biscoitos e panetones) e Hutchinson Cestari (mangueiras para autos), está ligada ao setor automotivo. Com grandes montadoras instaladas em Belo Horizonte e em São Paulo, a Fernão Dias favorece o acesso àqueles centros.

Cerca de 80% das máquinas importadas vêm da Europa e dos Estados Unidos. Extrema está próxima das matérias-primas necessárias à produção; a compra de minérios procedentes do interior de Minas Gerais pela rodovia favorece o recebimento desses produtos.

Cerca de 20% da produção industrial é exportada para os Estados Unidos, Espanha, Canadá e para os países integrantes do Mercosul.

A rodovia facilita o transporte para a distribuição da produção, porém, devido

ao tráfego intenso, exige manutenção constante e isso não é uma prática corrente. A atividade para o escoamento da produção exige mão-de-obra especializada, e esta é encontrada na cidade.

As empresas não costumam estocar os seus produtos trabalhando no sistema *just-in-time*: ou seja: o que se produz é repassado imediatamente ao consumidor.

Extrema carece de um departamento específico para fomentar o desenvolvimento industrial e estabelecer uma política de longo prazo em prol do desenvolvimento industrial.

Serviços, comércio e turismo

Os setores de serviços e o de comércio são os que mais criam postos de trabalho, com 4.070 pessoas empregadas (dados IBGE 2000), e é a segunda maior fonte de renda do município.

Há em Extrema a CREAARTE Associação dos Artistas e Artesãos de Extrema - que congrega artistas e artesãos, objetivando defender os direitos da categoria, criar oportunidades de trabalho, divulgar os diversos trabalhos e produções artísticas, viabilizar financeiramente esta produção, dando-lhes condições de se firmarem profissionalmente. Além de oferecer local para a exposição e a venda do artesanato produzido, uniu esta classe de trabalhadores e oferece cursos para aperfeiçoamento e formação de novos artistas e artesãos. Através da CREAARTE, o SEBRAE desenvolve trabalho através de oficinas com o objetivo de resgatar traços que enalteçam a identidade local, trabalhando a questão psicológica para fortalecer a motivação e a união; faz pesquisa temática e define a vocação a ser trabalhada usando como matérias-primas a bucha, a taboa e o barro.

O potencial turístico é considerável pelo excepcional clima de montanhas, belíssimas cachoeiras e diversos pontos relevantes para o desenvolvimento deste importante componente econômico. Em 1992, foi sancionada a Lei Municipal nº 941, concedendo isenção tributária aos hotéis e pousadas e em 13 de abril de 1999 foi sancionado a lei nº 1.410/99 que concede isenção da taxa de licença para a emissão de alvarás de funcionamento aos estabelecimentos voltados para a prestação de serviços de hospedagem. O turismo goza, portanto, de benefícios tributários anteriores à promulgação da lei de responsabilidade fiscal.

O poder público e a iniciativa privada pouco têm investido para a promoção do turismo, cujo desenvolvimento planejado poderia representar significativo reforço para a base econômica de Extrema.

Atividades rurais

A agricultura não conta com incentivos públicos ou privados. As entidades existentes não conseguem fomentar, de forma eficiente, a agricultura local para que os trabalhadores da área rural possam produzir com mais qualidade, elevando-a do nível de subsistência para o de mercado, gerando mais renda e emprego.

O setor primário, apesar de não representar fonte importante de receita do município, é necessário para fixar o homem no campo e propiciar-lhe oportunidades se houver a profissionalização e a ampliação do mercado. Pelos dados do IBGE de 1970, a área rural contava com 6.501 pessoas, correspondendo a 72,96% da população; em 2000 tinha 6.310 pessoas e perfazendo 32,93% da população. Todavia, em 2000 apenas 850 pessoas estavam empregadas no campo.

A migração ocorre por dois fatores principais:

- A localização geográfica; situada na divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, à margem da rodovia Fernão Dias e próxima a São Paulo, propicia a especulação imobiliária por ser grande a procura por imóveis rurais.
- Redirecionamento econômico com o processo de industrialização, surgindo a Fundação Brasileira na década de 70, atualmente Fagor Fundação Brasileira Ltda., primeira fábrica a ser instalada, inicia-se a industrialização e a agropecuária foi ficando em segundo plano.

Essa mudança de cenário fez com que muitos proprietários vendessem as suas áreas rurais e optassem pela vida urbana, passando a viver com os rendimentos da poupança, com a renda de aluguéis ou trabalhando nas indústrias instaladas em Extrema ou nas cidades vizinhas.

Atualmente, a zona rural conta com pequenas propriedades, muitas chácaras e vários loteamentos. O setor agropecuário é pouco desenvolvido. O produtor dispõe de poucos recursos. O avanço técnico da agricultura é limitado e com pouco aproveitamento na área de cultivo, resultando em baixa produtividade e com limitações na qualidade. A produção está mais voltada para a subsistência, sendo mínima a comercialização.

Uma característica marcante da zona rural é a transformação de perfis - do “agricultor tradicional” para o de “sitiante”; este quer o desenvolvimento de sua propriedade rural, mas deseja o lazer e o contato mais próximo com a cidade.

Além do lazer, muitos siantes têm interesse na elevação técnica de sua atividade agrícola, e a maior disponibilidade financeira lhes permite fazer investimentos e buscar melhores alternativas para a produção.

Normalmente falta conhecimento e experiência na atividade rural e não se encontra apoio técnico adequado no município. Há ausência de cooperativismo, dificuldade no escoamento, falta de mão-de-obra qualificada, e a atividade agrícola desenvolvida, muitas vezes, não é própria para a região. Com as terras inclinadas, ácidas, fragmentadas e compactadas, o retorno financeiro é limitado. Todavia, há valorização dos imóveis rurais pelas razões expostas acima.

O desenvolvimento imobiliário é considerável, fragmentando cada vez mais as propriedades rurais. Os loteamentos e o desenvolvimento industrial em direção à propriedade rural são fatores agravantes. O nível salarial das indústrias e do comércio nem sempre é suficiente para cobrir os aluguéis da cidade, forçando os trabalhadores a buscarem na área rural o espaço para a sua moradia, devido aos preços mais acessíveis.

Os imóveis rurais estão se valorizando e o mercado aberto para o turismo rural pode conduzir a um cenário futuro que provoque diminuição da área, reduzindo a atividade do produtor rural.

O grande atrativo da área rural é a beleza da região e pode ser afetado. O sitiante, que investiu no município devido à beleza do campo, pode se deparar futuramente com uma área rural degradada.

Respeitando-se os valores do trabalhador rural, deve-se incentivar e apoiar as atividades rurais que acrescentem um maior valor agregado ao município e o ecoturismo rural poderá ser um balizador para essa expansão.

O sitiante promotor do lazer deveria ser incentivado para outros objetivos como:

- Promover o turismo.
- Conservar e aumentar a área verde.
- Preservar as nascentes, as matas ciliares, as matas de encostas e as de topos de morro.
- Buscar a profissionalização em novas oportunidades de mercado.

Principais entraves à sustentabilidade

- A topografia acidentada e as pequenas propriedades dificultam a produção em larga escala, tornando-se imperiosa a escolha de culturas que se adaptem a este cenário.
- Falta de motivação aos produtores rurais que não dispõem de novas técnicas para o aumento da produção.
- Inexistência de órgãos de assistência aos produtores.

Ecoturismo rural:

Os entraves para o seu desenvolvimento advêm da falta de liderança, que estimule a participação da sociedade para alavancar o desenvolvimento rural desejado, atendendo as condições específicas de Extrema. Algumas limitações foram detectadas:

- O desconhecimento sobre o potencial do ecoturismo rural por parte dos moradores rurais.
- A ausência de mão-de-obra qualificada, bem como a assistência técnica direcionada para cada atividade a ser desenvolvida.

- A ausência de cooperativas limitando as iniciativas desenvolvidas pelos novos moradores rurais.
- A falta da cultura de produtos agrícolas apropriados às características climatológicas e topográficas do município.
- O difícil escoamento da pequena produção rural, visto que não se tem economia de escala para chegar aos grandes centros e nem mesmo a variedade requerida para o comércio local.
- O desenvolvimento industrial nem sempre condiz com as metas do ecoturismo e precisa ser equacionado.

Setor Secundário:

- Concentração de renda.
- Desorganização da classe trabalhadora e baixo nível salarial.
- As indústrias beneficiaram-se com os incentivos fiscais e com a mão-de-obra barata e desenvolvem de forma insuficiente a política de responsabilidade social.
- Recebimento de mão-de-obra pouco especializada, com aumento populacional e o aumento de problemas sociais.

Setor Terciário:

- Evasão de divisas do comércio, sobretudo no varejo e na construção civil.
- Pouco envolvimento da população local no processo de desenvolvimento turístico do município.
- Dificil percepção da verdadeira identidade de Extrema.

4.8.3. RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A capacitação de recursos humanos adequada à realidade do município é fundamental para o crescimento econômico sustentável do município nas diferentes cadeias produtivas (turismo, indústria, comércio e agropecuária).

Os recursos humanos carecem de qualificação e de especialização, e de quadros compatíveis às exigências do mercado. A maioria das grandes empresas busca mão-de-obra qualificada advinda de outros centros, por falta dos recursos humanos locais. A pouca especialização de mão-de-obra para atender a diferentes setores que exigem qualificações específicas, muitas vezes não é encontrada internamente.

O mercado de trabalho, principalmente nas grandes indústrias, até 1999 era ocupado principalmente pelos homens; a partir de 2000, empresas como a Bauduco & Cia Ltda., que fabrica biscoitos e panetones, tem a sua principal força de trabalho nas mulheres.

A Rexam Can do Brasil Ltda oferecia trabalho nas linhas de produção somente aos homens e hoje essas vagas também são preenchidas pelas mulheres. Existem várias empresas de pequeno porte que oferecem trabalho às mulheres.

Extrema possui, no tocante à infra-estrutura de apoio à produção, o SENAI, que forma mão-de-obra especializada para as indústrias locais. As fábricas de usinagem, por exemplo, têm todo o seu pessoal formado no município.

Com a ativação da Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis - FAEX a área administrativa das empresas ficou mais bem assistida, evitando a

evasão de jovens do município, com essa possibilidade de estudo em Extrema.

A municipalidade deve orientar o processo de alocação de mão-de-obra em prol da população local, e não havendo no município a qualificação requerida pelo mercado, que sejam implementados os programas necessários, através das entidades competentes, para atender à referida demanda.

4.8.4. INFRA-ESTRUTURA DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS

A energia e a água são fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico; é importante conhecer e administrar as disponibilidades hídricas e energéticas do município para promover o desenvolvimento de forma sustentável, que incorpora as ações de proteção ao meio ambiente e de promoção da justiça social.

A infra-estrutura de comunicações é suprida pelo sistema de comutação operado a partir da Central Trânsito de Itajubá, que gerencia todas as ligações feitas pelo código 35 e encaminha para os seus destinos em outras centrais. Esta Central tem capacidade para atender à grande demanda e as ligações são feitas com qualidade, rapidez e eficiência. Sendo equipamento moderno, possui potencialidade de upgrade e ampliação.

A telefonia é eficiente e dispõe de padrões de qualidade internacionais. Atualmente, a velocidade de expansão geográfica da área urbana central não vem sendo acompanhada pela Telemar na expansão da ATB (área de tarifa básica). Isto significa que o pretensu usuário localizado em torno da área central é requisitado a pagar parte da ampliação da rede de cabos, e assim o consumidor é onerado.

Há zonas de sombra no atendimento telefônico na zona rural. Nosso problema na telefonia está na cobertura de regiões distantes da zona rural, com baixa densidade populacional e localização geográfica desfavorável. A cobertura destas zonas depende de implantação de equipamentos, inclusive pela telefonia celular e tais investimentos somente serão efetuados quando viabilizados comercialmente.

O sistema de transmissão através da rede ótica, última palavra em tecnologia de transmissão, tem potencial suficiente para atender à demanda. A Rodovia Fernão Dias, eixo de interligação entre São Paulo e Belo Horizonte, possui diversas redes óticas de reduzida aplicação atualmente.

O município é atendido por internet discada e por rádio. Existem 2 provedores que somam cerca de 900 linhas. Estes dois sistemas representam um funil na velocidade de transmissão de dados (limite de 64 Kbps). Para os grandes consumidores, a disponibilidade de cabo ótico atende às necessidades. Porém, para os pequenos negócios e para o consumo residencial, a velocidade é insatisfatória. Segundo a Telemar, prover um sistema de alta-velocidade para Internet depende da maior concentração de clientes; há uma previsão de atendimento satisfatório em 2005.

A alternativa adotada pelo poder público é a instalação de telefones públicos com custos subvencionados em parceria com a Telemar e a própria população. No que se refere à Internet, Extrema precisa resolver o problema de lentidão de conexão e operação na Internet, pois nosso provedor funciona com somente 64 kbps e é muito lento.

4.8.5.O TURISMO COMO UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA EXTREMA

Extrema, bem como os demais municípios da região, é dotada de enorme potencial para o desenvolvimento turístico: os seus belos atrativos naturais, a proximidade de grandes metrópoles brasileiras, a rodovia federal de fácil acesso, uma pequena rede hoteleira e infra-estrutura que necessita ser fortalecida para acolher os turistas que vêm à cidade como opção de lazer e que encontram neste ambiente condições naturais favoráveis durante o ano todo.

O desenvolvimento turístico começou em 1990, com os trabalhos do Conselho Municipal de Turismo, quando se iniciou a conscientização da comunidade e dos empresários sobre o potencial e as vantagens do turismo em Extrema. Pousadas, hotéis e restaurantes instalaram-se, o artesanato artístico foi se desenvolvendo e passou a ser uma nova expressão. O turismo começou a despontar como opção de desenvolvimento econômico, associado à qualidade de vida e à valorização cultural e ambiental.

A partir de 2000, com nova orientação estadual, o turismo dilatou as suas fronteiras, indo além das cidades históricas e das estâncias hidrominerais. A nova política turística abriu novos horizontes para outros projetos promissores, ampliando o mercado de trabalho e elevando a renda. A comunidade começou a despertar para a necessidade de formatar a cadeia produtiva dos serviços de turismo; essa nova concepção demonstrou que a regionalização das cadeias seriam diferenciadas, uma vez que a cadeia produtiva do turismo de montanha, saúde ou histórico-cultural é riquíssima e com possibilidades amplas de alternativas que vão além daquelas do turismo de praia e de sol.

O turismo mediterrâneo, o situado entre terras, é mais complexo, pois oferece ampla diversidade de atrativos num vasto espaço geográfico. A cadeia produtiva desse turismo inclui muitas opções atrativas, requerendo transporte, hospedagem, alimentação, prestação de serviços turísticos e comercialização, que exigem profissionalismo e ampla estrutura logística.

A Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais, em 2000, iniciou o trabalho de criação dos Circuitos Turísticos Mineiros, conscientizando os municípios sobre a importância do turismo como atividade econômica e sobre a necessidade de os municípios se agregarem, somando forças para o desenvolvimento turístico sustentável.

Com a criação dos Circuitos, Minas iniciou em 2001 a construção de política pioneira e inovadora, com a participação da sociedade no planejamento descentralizado e regionalizado das prioridades para o desenvolvimento da atividade turística. Outro fator importante que está despertando é o desenvolvimento sustentável que vai se incorporando ao turismo, não só como gerador de emprego, mas como nova opção para o aumento da renda, a partir do resgate, da valorização e da preservação do patrimônio histórico, cultural e natural de Minas Gerais.

Objetiva-se que cresça a conscientização turística como atividade não predatória, seguindo as orientações da Organização Mundial do Turismo, que recomenda a sustentabilidade em três aspectos:

- Ambiental, que assegura a compatibilidade do desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente, respeitando-se a biodiversidade.
- Social, assegurando que o desenvolvimento seja compatível com o aumento da qualidade de vida, respeitando-se a cultura e os valores da nacionalidade,

promovendo o cidadão em sua comunidade.

- Econômica, propiciando as condições materiais para a promoção humana.

Com o estudo das cadeias produtivas foram concebidos, de forma regional, os Circuitos Turísticos de Minas Gerais:

“Os Circuitos Turísticos são formas de organização social, de caráter privado, sem fins lucrativos, contando com a participação do Poder Público Municipal, da sociedade civil organizada e dos empresários do setor. Os Circuitos Mineiros são constituídos por municípios que apresentam semelhanças em suas características geográficas (atrativos naturais), culturais e artísticas e que estejam próximos um dos outros num raio de aproximadamente 80 km. Compreendem determinada área caracterizada pela predominância de importantes ícones da cultura, da história e da natureza, que são fortes elementos de sedução para os turistas. A finalidade maior da união dos municípios, além da integração entre as comunidades, é a complementaridade dos atrativos e equipamentos turísticos, com o objetivo de ampliar o fluxo e aumentar a permanência dos turistas na região. Os Circuitos são administrados por um gestor, devidamente capacitado para gerir as necessidades e demandas do setor turístico dos municípios associados.”

Em maio de 2003, através de Decreto, o Governador do Estado de Minas Gerais reconheceu os Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

Através de Resolução, o Secretário de Estado do Turismo de Minas Gerais instituiu a certificação dos Circuitos Turísticos Mineiros.

Para divulgar o turismo em Minas Gerais, a Secretaria de Estado do Turismo, em parceria com o SENAR, criou o portal de turismo, www.descubraminas.com.br com o propósito de impulsionar o setor, resgatando e preservando valores históricos, culturais e naturais do Estado.

Extrema e o Circuito Serras Verdes do Sul de Minas

Desta política de Estado, foi criado no extremo sul de Minas Gerais O Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas, com sede no município de Extrema, situado no bosque municipal Leonardo Lupetti, s/n centro.

No setor administrativo, o Circuito Turístico Serras Verdes conta com os trabalhos da gestora, do secretário executivo e do mobilizador dos cursos capacitantes através de parceria com o SENAR/MINAS.

O Circuito Turístico Serras Verdes é constituído por um Conselho Curador e por uma Diretoria Executiva. O Presidente do Conselho Curador, o Diretor Presidente da Diretoria Executiva e a gestora são os responsáveis pela administração do Circuito.

Este Circuito é constituído por dezessete municípios: Bom Repouso, Bueno Brandão, Cambuí, Conceição dos Ouros, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Estiva, Gonçalves, Itapeva, Inconfidentes, Munhóz, Paraisópolis, Sapucaí-Mirim, Senador Amaral, Toledo, Tócos do Mogi e Extrema.

O Circuito Turístico Serras Verdes recebeu este título devido às verdes montanhas da Serra Mantiqueira. Os municípios do Circuito Turístico Serras Verdes oferecem belíssimas cachoeiras, trilhas, paisagens exuberantes, montanhas

com altitudes que variam de 1.300 a 2.060 metros, mirantes com visão de 360 graus.

A culinária é típica mineira, sendo que alguns municípios se destacam pelo primor e qualidade na cozinha mineira, outros, tendem para uma cozinha mais européia, como os fondes e crepes suíços, muito saboreados pelos turistas. O estilo da culinária varia de acordo com o estilo do turista, desde os botecos mineiros com os famosos torresmos até os refinados bistrôs.

O turismo de aventuras e o ecoturismo estão se destacando na região, devido à nossa geografia que oferece várias opções de aventuras. Bueno Brandão é hoje considerada a cidade das cachoeiras, pela beleza ímpar de suas mais de 30 cachoeiras, sendo que Bom Repouso, cidade vizinha, está sendo descoberta também por suas mais de 40 cachoeiras catalogadas e inexploradas e pela imagem de Nossa Senhora das Graças, com mais de 23 metros de altura, visitada por peregrinos de várias partes do Brasil.

Destaque também para o turismo religioso e místico, que se consolidou no Circuito com a criação do roteiro “Caminho da Fé”, que atravessa 07 (sete) municípios do Circuito, sendo: Bom Repouso, Inconfidentes, Tocos do Moji, Estiva, Consolação, Paraisópolis e Sapucaí Mirim.

Também em destaque o turismo de compras, oriundo do lado oeste do Circuito, mais precisamente na cidade de Inconfidentes, que, pela proximidade com a região das malhas, tem se desenvolvido muito neste setor, sendo que os municípios de Bom Repouso, Bueno Brandão, Tocos do Moji, Estiva, Senador Amaral, Toledo e Munhoz poderão ser beneficiados por esta integração com setor de malharia das cidades circunvizinhas de Monte Sião, Ouro Fino e Jacutinga.

Já a cidade de Gonçalves deve ser ressaltada pelo seu turismo ecológico, pelo modelo de preservação ambiental e pela qualidade de vida de seus habitantes, que primam pela preservação cultural, com ênfase à música. Gonçalves se destaca no Circuito como a pérola da Mantiqueira, com suas mais de 27 pousadas aconchegantes e charmosas. O cinturão verde existente em Gonçalves já foi destaque na revista TERRA.

Paraisópolis é o centro da preservação do patrimônio arquitetônico, por suas belíssimas mansões, por seus casarões antigos, tombados e preservados pelo Patrimônio Histórico e Cultural. É um exemplo de preservação da cultura para os demais municípios.

Já a cidade de Conceição dos Ouros tende para o turismo rural, com fazendas históricas belíssimas e também se destaca pelas famosas urnas funerárias indígenas encontradas na região e pelo museu do índio.

Sapucaí Mirim é a segunda entrada principal do Circuito pois se situa às margens da rodovia que liga Campos do Jordão ao sul de Minas. A topografia da cidade é destaque pela beleza.

A cidade de Córrego do Bom Jesus destaca-se pela sua excelente culinária no estilo de “bares e petiscos”, que atrai, além dos turistas, pessoas das cidades vizinhas; pelo turismo religioso tradicional e pelo turismo de aventuras que hoje já é o forte na região, que é belíssima e abriga o pico mais alto do sul de Minas, a 2.060 metros de altitude.

Cambuí se destaca como o centro do Circuito, geograficamente falando, e a maioria das reuniões do Circuito foram lá realizadas pela fácil localização e

deslocamento dos demais municípios.

Itapeva acompanha o estilo das cidades vizinhas de Extrema e Camanducaia, sobressaindo-se com excelentes hotéis, resorts e pousadas.

A calorosa hospitalidade dos nativos da região agrada aos turistas que sempre retornam.

Estrategicamente situado na entrada principal do Estado de Minas Gerais, ou seja, às margens da BR 381, e estando a somente 100 KM de distância da capital paulista, o Circuito Turístico Serras Verdes se destaca por ser a porta de entrada de Minas, tendo a cidade de Extrema como o “Portal de Minas”.

Extrema é hoje, sem dúvida, um exemplo de crescimento e sustentabilidade para os demais municípios do Circuito. A proximidade com o maior pólo emissor de turistas da América Latina contribui para o desenvolvimento da região, de forma considerável.

Além de fazer parte do Circuito Turístico Serras Verdes, Extrema criou o Departamento Municipal de Turismo e Cultura, que planeja e executa ações para o desenvolvimento turístico do município, seguindo orientações da atual política para o setor. Atenção especial tem-se dado ao calendário de eventos turísticos, promovido pela Prefeitura Municipal. Para defender o patrimônio histórico-arquitetônico, o Departamento Municipal de Cultura e Turismo, com o incentivo do Circuito Turístico Serras Verdes, criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Extrema e desenvolve projetos para angariar recursos públicos e privados para atender às ações de proteção desse acervo.

Principais entraves ao desenvolvimento turístico

- Carência em infra-estrutura para receber turistas. Faltam hotéis, restaurantes, artesanato típico, sinalização e proteção dos atrativos.
- Indisponibilidade de planos para o desenvolvimento turístico e de conselhos municipais. Formá-los já representaria importante passo para a mobilização da comunidade, como instrumento da participação democrática e promotora de iniciativas renovadoras.
- Pouca conscientização sobre as vantagens do desenvolvimento turístico.
- Falta de recursos humanos qualificados para as atividades profissionais requeridas pelos hotéis e restaurantes.
- Os atrativos turísticos estão mal cuidados (trilhas, mirantes, parques, sítio arqueológico, portais, etc.), faltando sinalizações adequadas, trabalho com guias turísticos e a participação atuante do Conselho Municipal de Turismo.
- Falta de integração entre o Circuito Serras Verdes e o Departamento Municipal de Turismo.

4.9. AGENTES INSTITUCIONAIS ENVOLVIDOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO.

Parcerias, convênios e consórcios

É importante que se compreenda que crescer em conjunto é tornar-se mais forte. Consórcios e parcerias são oportunidades para se empreender esforços conjuntos para resolver conflitos. Quanto aos convênios é importante que haja a noção clara sobre os projetos em execução e buscar firmar novas formas sustentadas

para a execução de projetos futuros, seja no nível federal ou estadual.

Extrema é um município que, orientado pelas últimas gestões administrativas, volta-se freqüentemente à busca de parcerias, e, sempre que possível, participa de convênios oferecidos pelos governos estadual e federal, objetivando melhores condições de desenvolvimento.

Governo Federal

O governo federal descentraliza créditos para operacionalizar projetos com recursos de contrapartida municipal ou mesmo banca totalmente os meios para cumprir as ações programadas.

A Prefeitura Municipal dispõe de bolsa alimentação e de bolsa escola cujos recursos são provenientes de convênios firmados com a União.

O Departamento Municipal de Saúde firmou convênio com contrapartida municipal para implantar o Programa de Saúde da Família, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, o Programa de Combate a Dengue, o Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, além de outros como o de prevenção ao câncer de colo de útero.

Extrema, em conjunto com outras cidades da região, tem procurado incentivar a adesão ao Programa de Segurança Alimentar e acompanha a política em desenvolvimento do programa “Fome Zero”. O Serviço Social da Prefeitura tem utilizado os benefícios oriundos do Governo Federal e Estadual através da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) para assistir às pessoas carentes.

Governo Estadual

O município beneficia-se do ICMS ecológico, destinando recursos para a manutenção do aterro sanitário e do ICMS cultural destinando recursos este ano para a 1ª Mostra de Teatro.

Na área de segurança, firmou-se convênio com a Secretaria de Segurança Pública Estadual para atender à manutenção e à aquisição de equipamentos para a Polícia Militar, Civil e Florestal. Convênio com o DETRAN permite que parcela do valor das multas e do IPVA retorne para os cofres públicos municipais para serem reinvestidos no trânsito municipal.

Governos Municipais

O município firmou parcerias com o Circuito Turístico de Serras Verdes do Sul de Minas, integrado por municípios da região, objetivando o desenvolvimento turístico regional, ou seja, Extrema crescendo em consonância com as outras cidades da região, formando uma união forte, segura e próspera.

Na área de meio ambiente também há parceria fixa com o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá orientada para o desenvolvimento regional. Este Consórcio, integrado pelas cidades das bacias, cuida das águas desde as suas nascentes, para garantir a qualidade de vida, conservar os recursos naturais e promover o saneamento básico.

Setor produtivo

Em Extrema há também associações como o Sindicato dos Produtores Rurais

de Extrema e ACIEX (Associação Comercial e Industrial de Extrema) que trabalham para o município e para a região. O Sindicato Rural, representando os trabalhadores rurais de Extrema, Toledo, Itapeva, Munhoz e Camanducaia dispõe de agrônomos e realiza cursos especializados para promover a atividade rural. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Material Elétrico de Extrema (SINEXTRE) representando também os trabalhadores de Camanducaia e Itapeva e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Itapeva e Extrema (SINMEC), estão sediados no município.

Firmou-se convênio entre o SINMEC, o SENAI e a Prefeitura em que esta oferece o prédio para o desenvolvimento de projetos em prol da população (profissionalização e treinamento). O SENAI deverá ampliar a sua participação oferecendo cursos gratuitos.

Destacam-se, ainda, iniciativas das empresas como as da Rexam que utiliza seu ICMS para a Cultura (Lei Rouanet) e em benefício do Conselho Municipal da Infância e Adolescência de Extrema, subsidiando o Conselho Tutelar, além de desenvolver atividades como a do Projeto Integral.

Parcerias estão sendo feitas com o SESI / FIEMG com o objetivo de oferecer cursos à comunidade. O objetivo principal é apoiar as mulheres, os jovens, além de atender a outros segmentos sociais.

Algumas parcerias com o SEBRAE estão ocorrendo na área de artesanato, com atenção especial para a área comercial. Também há interesse em iniciar negociações com o SENAC, em fase de articulação, visando a promover o desenvolvimento de Extrema e da região. O custo destes cursos muitas vezes é dispendioso e pode-se

buscar solução alternativa para a qualificação profissional a custos menores, uma vez conhecida a necessidade de promover o desenvolvimento social.

Academia e terceiro setor

A Prefeitura Municipal também firmou parcerias com a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema (FAEX), cedendo o prédio para o uso do estabelecimento de ensino e recebendo, em contrapartida, bolsas de estudo para alunos pobres e, principalmente, para a promoção do desenvolvimento cultural. O Governo Municipal utiliza-se também do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para repassar recursos a fim de subsidiar cursos à comunidade.

Há novas parcerias em andamento para ampliar os serviços do SENAI: a implantação de cursos promovidos pelo do SESC, SENAC e SESI em Extrema ainda não se viabilizou devido aos seus preços excessivos.

Para concluir, podemos afirmar que é necessária a ampliação de uma visão institucional no âmbito da região, para viabilizar a promoção do desenvolvimento. A ausência de espírito cooperativo entre os municípios tem dificultado o estabelecimento de novas parcerias. Opta-se pelo trabalho particularizado de cada município devido à articulação e à solidariedade entre os municípios.



5

Resultado da Consulta à Sociedade: Propostas para Construção da Sustentabilidade



Este capítulo apresenta o resultado da consulta feita à sociedade de Extrema durante o processo de elaboração da Agenda 21. A consulta, como já explicitado no início deste documento, foi realizada a partir de seis eixos e ocorreu em duas fases: na primeira, os grupos de trabalho apresentaram suas sugestões, criando um documento capaz de promover a ampliação das discussões para um público mais diversificado. A secretaria executiva da Comissão discutiu e colheu propostas junto às diferentes associações, empresas, sindicatos, escolas e instituições do município, sendo discutidas e referendadas no seminário público realizado em maio de 2004.

Construídas com esta legitimidade, este conjunto de propostas constitui material de consulta obrigatória durante a elaboração de programas e projetos de desenvolvimento municipal a serem empreendidos por instituições públicas ou privadas, comprometidas com a sustentabilidade de Extrema.

5.1. A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE URBANA

A promoção da sustentabilidade pressupõe a efetiva gestão e ordenamento do uso do solo nas áreas urbanas.

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

O fortalecimento do processo de planejamento em todos os níveis é condição para o alcance do desenvolvimento sustentável e implementação da agenda 21 de Extrema.

Ações:

- Elaborar o planejamento urbano, compatibilizando-o com o plano municipal de desenvolvimento sustentável que dispõe dos diversos temas eleitos, que são básicos para o zoneamento ecológico-econômico e a posterior ordenação territorial, fundamentais para promover a sustentabilidade dos projetos e atividades a serem empreendidas em unidade e harmonicamente.
- Promover a atualização da legislação em vigor, pois a adequação dos meios legais é fundamental para prover as melhores condições à sustentabilidade de todo o processo a ser empreendido, além de consolidar a reformulação das políticas públicas para as intervenções no município.
- Desenvolver as atividades de planejamento, organização, controle, descentralização e delegação de competência para garantir a eficiência na execução dos programas. A estruturação administrativa é fundamental para o cumprimento das metas.
- Integrar a unidade gestora para atingir os seus objetivos, potencializar a sinergia e aprimorar a capacidade executiva para a melhor implementação

- das ações propostas no planejamento, racionalizando os gastos e os investimentos públicos.
- Mobilizar a sociedade organizada em torno do chamado “Esforço de Projeto para a Sustentabilidade”, uma vez que a unidade, a coordenação e o objetivo único são fundamentais à sustentabilidade urbana, buscando o equilíbrio no intercâmbio das atividades, para reduzir as desigualdades sociais.
- Fortalecer a fiscalização para garantir o cumprimento da legislação em vigor; os mecanismos de vigilância e de fiscalização são fundamentais para o cumprimento das normas e dos instrumentos legais em vigor; eles são necessários e importantes para dar estabilidade ao processo em curso, alimentando expectativas favoráveis na sociedade, garantindo-lhe a sustentabilidade ética em todo o curso do processo.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A promoção da sustentabilidade pressupõe a efetiva gestão e ordenamento do uso do solo nas áreas urbanas.

Ações:

- Elaborar o estatuto do uso e da ocupação do solo; Departamentos de Planejamento e de Obras da Prefeitura Municipal devem elaborar e propor à sociedade um documento que venha regulamentar e complementar as leis vigentes, sob a visão do macro-planejamento, observando-se a égide da sustentabilidade proposta pela Agenda 21. A regulamentação deve ser consolidada e cognominada *Estatuto do Uso e da Ocupação do Solo de Extrema*. Esse estatuto deverá contemplar as diversas configurações da urbanização e guardar coerência com os planos de desenvolvimento.
- Elaborar o macro-planejamento municipal através de um plano de ação, definindo objetivos, créditos orçamentários necessários e prazos para o correto uso e ocupação do solo, contemplando todos os aspectos inerentes e interferentes.

- Identificar e definir o enquadramento legal das não conformidades no uso e na ocupação do solo.
- Fortalecer a capacidade de fiscalização para o cumprimento da legislação em vigor. A Prefeitura, com a anuência e o apoio da população, deve empenhar esforços para que a fiscalização consiga coibir os abusos e desrespeitos à legislação em vigor.
- Revisar a legislação e fiscalizar o seu cumprimento, cabendo à Prefeitura dispor dos meios à sua efetividade.
- Criar grupo de trabalho para propor a adequação da legislação urbanística existente - o grupo definido para trabalhar o planejamento estará elaborando e discutindo os projetos de lei que melhor atendam aos objetivos da sustentabilidade.
- Elaborar o Plano de Correção de Desvios Urbanos (PCDU).

HABITAÇÃO

As dificuldades no acesso à terra e a má distribuição de renda estão entre os principais responsáveis pelo déficit habitacional. Extrema é um município privilegiado em termos habitacionais, porém reclama providências saudáveis para reduzir o impacto sobre os pesados encargos impostos à sociedade na questão moradia.

Ações:

- Viabilizar o acesso à habitação para a população de baixa renda que é, sem dúvida, um dos graves males que assola a sociedade, agravado pelo custo habitacional; as pessoas perdem a auto-estima quando não têm onde morar.
- Procurar reduzir o custo de acesso à terra, usando as ferramentas contidas no Estatuto da Cidade, criando um grupo de trabalho com a orientação de

- planejar e fomentar os loteamentos sociais, em parceria com a iniciativa privada e com os proprietários de terras.
- Reduzir o custo da construção civil, buscando novas alternativas para a construção, novos materiais, aproveitamento de materiais salvados, otimização de mão de obra, etc.
- Buscar incentivos para a habitação, atentando para os financiamentos a custos mais acessíveis.
- Elaborar plano para a fixação da população na zona rural; a migração da zona rural para o centro urbano decorre da baixa renda e também da falta de infra-estrutura e de oportunidades na zona rural.
- As habitações e os adensamentos existentes, que apresentam desvios e distorções quanto ao uso e a ocupação do solo e aos demais aspectos da sustentabilidade urbana, deverão ser objetos de um plano a ser elaborado integrando o macro-planejamento.
- Os instrumentos a serem utilizados para conter as desconformidades de uso do solo e das habitações devem constar do Plano diretor, realizado com base no estatuto da cidade. Pode-se ainda lançar mão de projetos-de-lei para estimular e facilitar a condição para que cada habitante possa efetuar as correções e melhorias necessárias.

SANEAMENTO AMBIENTAL

Apesar de Extrema ter boa disponibilidade para atender aos serviços de água, estes precisam ser estendidos a todo o município; o esgoto sanitário não é tratado, o que constitui um desafio à política pública municipal; há coleta de lixo em todo o município e na cidade faz-se a coleta seletiva.

Ações:

- Elaborar o plano de águas e esgotos do município, envolvendo a Prefeitura, os municípios vizinhos e a COPASA.
- Água tratada e disponibilizada para todo o município, seguindo um plano que deve ser elaborado para as águas pluviais.
- Eliminar todo o esgoto “in natura” nos rios e nos córregos e expandir a rede de coleta.
- Incluir no programa de macro-planejamento (área rural e urbana) o saneamento básico, visando a eliminar todos os esgotos “in natura” e tratá-los.
- Aumentar a fiscalização sobre as edificações particulares com a responsabilidade de se instalar fossa séptica e filtro anaeróbico onde forem imprescindíveis; melhorar a orientação na implantação e manutenção de sistemas domiciliares de tratamento de esgoto, identificando e implantando as redes nos pontos onde o esgoto tratado requer coleta municipal.
- Reformular e ampliar o programa dos 3Rs (reciclar, reduzir, reutilizar), e construir a usina de compostagem e implantar a coleta seletiva na zona rural com caçambas de recicláveis; implantar um programa para o saneamento ambiental.

SISTEMA VIÁRIO E DE TRANSPORTES

Apesar de Extrema não ter maiores conflitos em relação ao sistema, importa buscar uma solução inteligente para a questão viária, principalmente na área mais antiga e central da cidade, evitando-se o confronto entre essas duas épocas, buscando harmonizar interesses das partes.

Ações:

- Elaborar o plano diretor viário em consonância com o plano de uso e a

- ocupação do solo; importa considerar a hierarquia viária, definir as áreas de estacionamento, os corredores de transporte, os vetores de expansão bem como estabelecer uma solução para o transporte coletivo; o plano deve ser revisto periodicamente.

COMUNICAÇÃO E ENERGIA

A energia elétrica é considerada limpa se comparada às emissões despendidas por outras fontes poluidoras; o desafio é dilatar o consumo energético com um resultado econômico e social satisfatório, minimizando os impactos ambientais. A comunicação deve ser estimulada, mas é preciso atentar para os impactos provocados, por exemplo, pelas ondas energéticas da telefonia celular. A comunicação humana deve ser preservada e não deve ser afetada pelo desenvolvimento tecnológico insustentável.

Ações:

- Atender à totalidade do município e implantar programas de eficiência energética.
- A Prefeitura deve articular-se com as concessionárias de serviços públicos para adequar o plano de expansão aos objetivos do plano diretor.
- Negociar com o Departamento de Planejamento da TELEMAR os planos de expansão na área de comunicação e fazer a avaliação dos serviços em execução.

SEGURANÇA E LAZER

Com futuro promissor no campo do turismo e com amplas possibilidades de

desenvolvimento, a segurança passa cada vez mais a ser parceira importante nesse processo, garantindo qualidade de vida.

Ações:

- Elaborar e implementar o plano de segurança.
- Implantar um sistema de alta tecnologia para capacitar e estimular as ações de segurança preventivas, incluindo a comunicação de dados e de voz, câmaras e sensores de vigilância, banco de dados sintonizados com os de regiões vizinhas, de forma a capacitar os órgãos responsáveis a efetuarem um monitoramento ágil e eficiente.
- Criar um órgão de defesa civil e instalar o grupamento de contra-incêndio.

ECONOMIA URBANA

A economia é básica para o estabelecimento da política de desenvolvimento sustentável, e este jamais será alcançado se o desenvolvimento econômico for desconsiderado.

Ações:

- Desenvolver o macro-planejamento, focalizando o meio ambiente, a sociedade e a economia, respeitando-se as fontes naturais, promovendo a potencialidade e a vocação regional e do município, voltadas para o cidadão (melhor distribuição da renda), e não degradar os recursos naturais e a qualidade de vida.
- Fortalecer os mecanismos de participação; o sucesso de qualquer planejamento está ligado ao retorno social, por a sociedade participar direta e indiretamente de sua elaboração, garantindo assim a sustentação legal e s

- social do planejado, além de consolidar ou reformular as políticas públicas com suas intervenções no território e nas áreas urbanas.
- Implementar a incubadora de riquezas, capacidades e negócios.
- Montar uma estrutura gerencial capaz de desenvolver e fomentar a exploração sustentada das riquezas e vocações de Extrema com base no macro-planejamento e na Agenda 21.
- Desenvolver e direcionar a capacitação profissional, firmando convênios com instituições, empresas, sindicatos, órgãos de classe, cooperativa, SESI e assemelhados, governos estaduais e federais, partidos políticos, ONGs e outros.
- Aumentar e promover a atividade comercial, considerando as aberturas de mercado que poderão advir com o turismo sustentável; fortalecer o mercado com a produção local a partir das micro e média empresas e familiares.
- Fomentar o desenvolvimento turístico do município; é mister que seja adotada uma prática extremamente profissional neste segmento, desde a contratação de assessorias e consultorias experientes, até a implementação eficiente da infra-estrutura turística.
- Desenvolver a área rural para propiciar aumento de riqueza; o macro-planejamento deve considerar a questão da renda, buscando novos investimentos que favoreçam instalações de micro-indústrias, de atividades comerciais e de empresas prestadoras de serviços para o pessoal do meio rural.
- Estimular as fontes de renda familiar através do extrativismo, dos produtos naturais, do artesanato e de outros, com o objetivo de melhorar a renda e fixar o homem no campo.

- Administrar o crescimento do parque industrial, procurando estimular e dar prioridade às empresas de maior tecnologia e que demandam mão-de-obra qualificada, promovendo o cidadão e melhorando a renda familiar.

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Detectados os pontos fundamentais atinentes ao planejamento e a gestão urbana, cumpre serem propostas ações para atender ao elenco de questões levantadas:
- Estruturar a Diretoria de Planejamento e de Obras da Prefeitura de Extrema a curto prazo e definir as suas atribuições.
- Promover e organizar o envolvimento da sociedade no debate do macroplanejamento e das mudanças legislativas que vierem a ser necessárias a curto prazo e suas responsabilidades.
- Fortalecer a capacidade de normatização e de fiscalização da Prefeitura a curto prazo e a sua abrangência.
- Participar e orientar os esforços para o planejamento e a gestão a nível regional, em sincronismo com as cidades circunvizinhas.
- Montar grupo técnico de análise a curto prazo para a regularização dos loteamentos existentes.
- Criar um conselho municipal com representantes da sociedade, para atuar no apoio e acompanhamento da implementação das ações planejadas.
- Criar um grupo de trabalho direcionado para a habitação com a incumbência de viabilizar moradias para os mais pobres.
- Organizar as agências incubadoras nos três segmentos: capacidades, riquezas e negócios, a curto prazo; caberá às agências incubadoras propor

- iniciativas promissoras para a dinamização da economia local.
- Fortalecer o Departamento de Turismo e Cultura a curto prazo.
- Fortalecer a capacidade de articulação institucional da prefeitura com a Copasa, Telemar e Rede, o Corpo de Bombeiros e outras Instituições.
- Fortalecer o sistema de segurança, reforçando-o com a criação da Guarda Municipal para propiciar maior segurança à população.

5.2. A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental integrada passa pela questão institucional; a administração pública fragmentada não trouxe os resultados econômicos, sociais e ambientais desejados. O grande desafio desta época é integrar esforços, harmonizar o desempenho das atividades e ter meta institucional que promova a sustentabilidade que todos desejamos.

Ações:

- Regular o uso e a ocupação do solo por meio de métodos e técnicas de planejamento ambiental; implantação do zoneamento proposto para a APA FERNÃO DIAS, visando à conservação dos recursos naturais, à preservação dos corredores ecológicos, à criação de novas unidades de conservação e à gestão das bacias hidrográficas.
- Apoiar a elaboração do zoneamento e da ordenação territorial.
- Recuperar, revitalizar e conservar as bacias hidrográficas.
- Implantar os corredores ecológicos.

- Implementar e ampliar as unidades de conservação.
- Identificar os indicadores de sustentabilidade.
- Desenvolver pesquisas para subsidiar a gestão dos recursos naturais.
- Desenvolver estudos para a definição de novos indicadores de uso sustentável dos recursos naturais.
- Desenvolver técnicas para a recuperação de ambientes degradados.
- Realizar inventário sobre as poluidoras.
- Estabelecer os princípios do desenvolvimento sustentável em todas as ações.
- Definir um modelo de política ambiental em consonância com o SISNAMA e SISEMA.

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Desenvolver instrumentos para gestão dos recursos naturais.
- Implantar o licenciamento ambiental municipal.
- Implantar o sistema de informações geográficas.
- Estimular as práticas de obtenção de certificados das séries ISO 9.000, 14.000 etc.
- Implantar o sistema de monitoramento ambiental, buscando a melhoria da qualidade ambiental do município.
- Incentivar a participação da sociedade civil organizada nas decisões das políticas públicas envolvendo questões ambientais.
- Promover a educação ambiental como instrumento preservacionista.

RECURSOS HÍDRICOS

A água é um recurso natural finito e que é afetado pela ausência de saneamento e pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais, sem quaisquer tratamento, podendo o quadro de abundância de hoje ser representado, paradoxalmente, como escassez em futuro não muito distante.

Ações:

- Estabelecer medidas de controle da qualidade ambiental dos recursos naturais e o disciplinamento do uso do solo; a implementação dessas estruturas implicará o desenvolvimento de atividades de monitoramento, de fiscalização e de orientação das atividades.
- Estabelecer a classificação e o enquadramento para os principais cursos d'água do município, definindo padrões de lançamentos, relacionando a qualidade ambiental dos mananciais à melhoria da saúde da população.
- Implantar instrumentos de controle, como a outorga, o licenciamento ambiental e as avaliações de qualidade.
- Fazer o zoneamento ecológico-econômico para o conhecimento do solo e orientar a sua ocupação, proteger as áreas de preservação permanente (margens de cursos d'água, nascentes e topo de morro).
- Adicionar à receita municipal os recursos de medidas compensatórias pelo uso da água formadora do Sistema Cantareira e dinamizar as áreas rurais banhadas por cursos d'água com as atividades de aquicultura e a exploração de água mineral, além da promoção da irrigação sustentável.
- Melhorar a drenagem urbana e a rural.
- Promover o saneamento básico.

- Construir fossas e fazer o tratamento de esgoto na zona rural para impedir a contaminação dos mananciais, particularmente nas creches e nas escolas rurais com a participação do Departamento de Educação.
- Promover programas de educação, de disseminação de tecnologias sustentáveis, debates e outras atividades que conscientizem a população dos padrões devidos de consumo e de reaproveitamento da água.
- Estabelecer regras que objetivem a preservação de zonas de risco ambiental e o incremento das atividades fiscalizadoras, fazendo cumprir a lei, principalmente, na área da APA Fernão Dias.

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Implantar políticas públicas, elegendo a educação ambiental em todos os níveis como básica para o desenvolvimento sustentável.
- Fortalecer os instrumentos legais, as instituições públicas e os conselhos; promover a organização da sociedade civil para participar do processo de tomadas de decisões do poder público.
- Implantar instrumentos para o monitoramento de parâmetros relativos à qualidade e à quantidade d'água e também às ações que forem implementadas.
- Adotar medidas em conjunto com os outros municípios da bacia para ter melhorias regionais da qualidade ambiental bem como participar do Conselho Gestor da APA Fernão Dias, Consórcio PCJ e Comitê PCJ.
- Trabalhar junto ao Comitê PCJ para a implantação do sistema de cobrança pelo uso da água.
- Implantar medidas para o controle da infiltração de água na zona urbana, manter em bom estado as estradas rurais e construir bacias de contenção

- para as águas pluviais.
- Implantar práticas conservacionistas de água como o plantio em nível, o terraceamento, o plantio direto, o plantio de espécies perenes, o uso de irrigação racional com micro-aspersores e gotejamento.
- Implantar estações de tratamento de esgoto doméstico e industrial.
- Incentivar a regeneração natural e o reflorestamento nas áreas de preservação permanente para preservar os recursos hídricos.
- Adotar medidas de controle de qualidade ambiental para mitigar o passivo ambiental, advindo do parcelamento irregular.

USO E MANEJO DO SOLO

O solo é susceptível à erosão, influenciado pelas condições climáticas, relevo e pelo seu tipo característico. Os relevos mais acidentados são os mais sujeitos à erosão. O uso sustentável da terra é importante à sua preservação, devendo ser respeitada a sua aptidão natural; o seu uso econômico deve estar, efetivamente, a serviço da sociedade e em consonância com a conservação dos recursos naturais.

Ações:

- Estabelecer medidas de controle da qualidade ambiental dos recursos naturais e o disciplinamento do uso do solo; a implementação dessas estruturas implicará o desenvolvimento de atividades de monitoramento, fiscalização e de orientação e atividade econômica.
- Conservação do solo com aplicação técnica orientada.
- Uso de culturas apropriadas respeitando o clima, a topografia e o solo da região.

- Reflorestar as áreas de preservação permanentes (topo de morros, nascentes e margens ciliares).
- Perenizar as estradas rurais e recuperar as áreas terraplenadas.
- Controlar o parcelamento do solo rural e do urbano.

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Implantar políticas públicas elegendo a educação ambiental, em todos os níveis, como básica para o desenvolvimento sustentável.
- Fortalecer os instrumentos legais, as instituições públicas e os conselhos; incentivar a sociedade civil para participar do processo de tomadas de decisões do poder público.
- Adotar medidas em conjunto com os outros municípios da bacia para promover melhorias regionais da qualidade ambiental bem como participar do Conselho Gestor da APA Fernão Dias.
- Implantar medidas para aumentar a perenização das estradas rurais e a construção de bacias de contenção das águas pluviais;
- Implantar práticas conservacionistas de uso do solo como o plantio em nível, terraceamento, plantio direto, plantio de espécies perenes e a irrigação sustentável.
- Incentivar a regeneração natural e o reflorestamento nas áreas de preservação permanente para a manutenção dos recursos hídricos.
- Implantar o zoneamento ecológico-econômico.
- Fazer o monitoramento das áreas depositárias de resíduos sólidos.

USO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS DA FAUNA E DA FLORA

A proteção da biodiversidade, além de um compromisso assumido pelos atores sociais durante o processo da Agenda 21 de Extrema, é condição para a promoção do turismo sustentável.

Ações:

- Promover o manejo sustentável da biodiversidade para garantir as características naturais de qualidade de paisagem, a manutenção das espécies e os recursos genéticos das espécies nativas do município.
- Implementar programas de conservação da biodiversidade, priorizando estudos e ações que levem ao aperfeiçoamento do manejo sustentável das espécies de interesse econômico, e privilegiem a participação das comunidades na gestão dos recursos naturais.
- Buscar o conhecimento sobre os recursos naturais de Extrema, promovendo a exploração e produção sustentável para assegurar o estoque e a preservação da espécie explorada; os dados sobre a sobrevivência da espécie no seu ecossistema e o estabelecimento de limites para a exploração dos recursos.
- Incentivar parcerias entre o poder público e o setor produtivo com o objetivo de difundir os bancos de sementes e a produção de mudas para fins de florestamento e reflorestamento das áreas degradadas nos diferentes ecossistemas.
- Implementar programas permanentes de arborização urbana e manutenção das áreas verdes.

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Participação das organizações comunitárias e não-governamentais nas políticas e programas preservacionistas.
- Revegetar as áreas de APP e os corredores ecológicos.
- Explorar os recursos naturais de forma sustentável.
- Definir o espaço referente à reserva legal no município.
- Elaborar programa de interligação dos “fragmentos florestais”.
- Transformar os fragmentos florestais em corredores de dispersão para a fauna.
- Criar Unidades de Conservação (Parque Municipal e Reservas Particulares do Patrimônio Natural, etc).
- Estruturar ações para combater a degradação ambiental (desmatamento, queimadas, erosão).
- Desenvolver o turismo ecológico e o rural.
- Construir abrigo para a fauna local.
- Implantar o zoneamento ambiental.
- Promover a educação ambiental como instrumento de política ambiental.
- Incentivar a pesquisa e os estudos sobre a fauna e a flora.
- Criar mecanismos econômico-financeiros para promover o uso da energia através de fontes renováveis e alternativas; a ação deve voltar-se à criação de incentivos fiscais e/ou econômicos com vistas à utilização de energia eólica, energia solar, gás natural, células de combustível de hidrogênio etc.
- Incentivar o uso de energia limpa (solar, eólica, biomassa, biogás, álcool, gás natural, etc).

5.3. ECONOMIA SUSTENTÁVEL

FUNDAMENTOS LEGAIS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 21 de Extrema deve buscar aprimorar os marcos legais, em prol da conscientização social na adoção de hábitos de produção e padrões de consumo, compatíveis com a realidade atual e o correspondente desenvolvimento tecnológico respeitados os recursos hídricos, promovendo a utilização de energias limpas e reduzindo a geração de resíduos.

Ações:

- Fortalecer o parque industrial, fomentando o desenvolvimento das empresas já instaladas e de outras que venham a se instalar, agregando tecnologia, gerando empregos e elevando a renda dos extremenses.
- Definir uma política onde fiquem estabelecidos os critérios de acesso a incentivos indiretos e de outros meios legais que atraiam o capital privado, em função do patrimônio público disponível e de outras vantagens comparativas de Extrema.
- Criar programa no orçamento público, disponibilizando meios para o desenvolvimento do turismo.
- Definir, na administração pública municipal, canal adequado para cuidar, especificamente, do desenvolvimento planejado da indústria, do comércio e da agropecuária.
- Fortalecer o planejamento municipal, para disponibilizar os meios que possam atrair novos capitais para Extrema, a partir dos seguintes parâmetros.
- Sustentabilidade avaliação prévia sobre a utilização adequada dos recursos

- naturais e análise da sua compatibilidade com o meio ambiente, promovendo o desenvolvimento social e o econômico, harmoniosamente.
- Evolução tecnológica - o capital instalado que seja capaz de aliar-se às forças produtivas do município, centradas na melhoria da qualidade de vida do cidadão.
- Nível de renda aquecimento do mercado de trabalho com a contrapartida correspondente à elevação de renda, promovendo o cidadão para que o desenvolvimento econômico seja acompanhado de melhoria da qualidade de vida.

SETORES DINÂMICOS DA ECONOMIA E AS CADEIAS PRODUTIVAS

“O desenvolvimento local é a forma de garantir o equilíbrio regional, assegurando a permanência da população em suas regiões de origem. Nesse sentido, devem-se adotar instrumentos e mecanismos econômicos, programas e projetos junto às comunidades locais com baixo índice de desenvolvimento econômico, visando a ampliar as suas condições de renda e ocupação, como por exemplo, os negócios sustentáveis, o desenvolvimento dos nichos de mercado com maior valor agregado e a potencialização de vocações regionais”.

Agenda 21 Brasileira Resultado de consulta nacional (2002 p.31).

Ações:

- Incentivar a pecuária visando a fortalecer o rebanho e o conseqüente aumento da produtividade; é necessário incorporar técnicas modernas para melhorar a produção.

- Estabelecer parcerias com a EMATER, IMA e Associações de produtores para incentivar a criação de cooperativa rural.
- Incentivar os produtores das pequenas propriedades e chácaras a investir em culturas adequadas às características ambientais do meio físico de Extrema como: cultivo de cogumelos, verduras, frutas de modo que também se estabeleça a complementaridade em relação a economia do turismo.
- Incentivar a criação e o fortalecimento de sindicatos que defendam a melhoria da relação capital-trabalho.
- Construir núcleos populacionais planejados, de forma a atender ao desenvolvimento em bases sustentáveis.
- Incentivar a instalação de empresas que objetivem o desenvolvimento comercial e a prestação de serviços.
- Incentivar o desenvolvimento do turismo rural e divulgar o potencial hoteleiro de Extrema bem como divulgar as festas de época como a festa junina, de Santa Rita etc.
- Criar o calendário das comemorações anuais para favorecer a interação social da comunidade extremense, estimulando os valores culturais.
- Favorecer novos investimentos na área do turismo que fortaleçam a cadeia produtiva, aliando comércio, agropecuária e indústria.
- Estruturar o patrimônio histórico da cidade, promovendo-o com a mostra de suas construções históricas.
- Fazer parceria com as escolas a fim de desenvolver a consciência turística nas crianças e nos jovens.
- Estabelecer diálogos com a comunidade em prol da valorização do ecoturismo e do turismo rural.

RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A capacitação de recursos humanos adequada à realidade do município é fundamental para o seu crescimento econômico sustentável nas diferentes cadeias produtivas (turismo, indústria, comércio e agropecuária).

Ações:

- Promover a capacitação para o trabalho, de modo a incentivar atração de indústrias por meio de mão-de-obra qualificada; a definição dos tipos de cursos/especializações deve estar associada ao perfil de indústria que se pretende atrair bem como a demanda local.
- Favorecer a instalação de escolas técnicas que atendam ao parque industrial, mantendo-as com os recursos das empresas em articulação com a Prefeitura Municipal.
- Implantar cursos destinados aos produtores rurais para aperfeiçoar as práticas agrícolas com sustentabilidade.
- Oferecer, em parceria com entidades do município, cursos adicionais nas áreas de turismo, que alavancarão investimentos futuros e darão maior sustentabilidade econômica à Extrema.
- Aperfeiçoar o empresariado da área de serviços, capacitando-o para atender à novas demandas do mercado.
- Capacitar os produtores rurais e os técnicos agrícolas, por meio de cursos orientados para a agropecuária planejada, respeitando-se as condições do solo, do relevo e do clima da região para o melhor aproveitamento e a consequente rentabilidade; adotar as novas técnicas de cultivo e promover o desenvolvimento sustentável da área rural.

- Implantar cursos técnicos nas áreas de hotelaria e de turismo, computação, enfermagem e outros, para melhor capacitar a mão-de-obra destinada a esses mercados.
- Desenvolver cursos para as diversas áreas administrativas, assim como os de aplicação prática nas indústrias, no comércio, no campo e na área de serviços, buscando aprimorar os profissionais em suas múltiplas atividades.

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Estabelecer parcerias entre a prefeitura, as empresas, o comércio, a agricultura e o setor de serviços para obter os meios necessários para o cumprimento das metas preconizadas pela Agenda 21 de Extrema.

5.4. A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A SUSTENTABILIDADE RURAL

O manejo sustentável dos sistemas produtivos é essencial à promoção do planejamento e à gestão ambiental. O zoneamento é peça básica para a compatibilização entre o desenvolvimento agrícola e a conservação dos recursos naturais.

Ações:

- Conhecer mais adequadamente o meio rural de Extrema e as suas potencialidades, contando com o apoio do corpo técnico universitário para levantar e analisar os dados colhidos e propor medidas favoráveis à atividade rural.

- Criar mecanismo institucional por meio de definição de política, criando órgão específico na estrutura municipal para promover a sustentabilidade das atividades rurais em Extrema; valorizar o empreendedor e os trabalhadores rurais, buscando otimizar os recursos disponíveis, minimizando os impactos sobre os projetos agrícolas.
- Definir apoio técnico, financiamento e meios para a distribuição da produção e acesso aos insumos, mantendo-os sob controle.
- Promover o turismo rural e o ecoturismo; O desenvolvimento dessa atividade gerará renda e favorecerá o desenvolvimento humano; as atividades esportivas como as de asa-delta, motocross, esportes radicais e cavalgadas devem ser incentivadas.
- Desenvolver a silvicultura, adaptável aos terrenos entre 25° e 45° de inclinação para proteger a beleza cênica da região, propiciando oportunidades aos pequenos proprietários para aumentar as suas rendas; a atividade deve harmonizar-se com o lazer e aliar-se ao turismo por ser enriquecedora da paisagem.
- Desenvolver a fruticultura favorecida pelo clima local, que propicia bom retorno e é dinamizadora da atividade rural; é adequada à pequena indústria, agrega valores, gera empregos e fortalece o mercado.
- Promover a agricultura com a exposição das espécies cultivadas; a floricultura conta com o clima favorável e é adequada ao potencial turístico do município.
- Desenvolver a agricultura orgânica; essa prática é promissora e a procura por produtos orgânicos está crescendo em todo o país.
- Desenvolver a pecuária confinada e geneticamente melhorada, e também a criação de pequenos animais como cabras, ovelhas, coelhos, frango caipira, codornas, javali e outras espécies promovendo um diferencial gastronômico para Extrema.

- Valorizar os recursos hídricos através de um sistema que possa compensar o proprietário de acordo com o volume disponível na propriedade e o seu uso sustentável.
- Favorecer o financiamento das atividades agropecuárias e proporcionar cursos que promovam a sustentabilidade do campo e o seu desenvolvimento.
- Estimular a piscicultura, aproveitando os recursos hídricos e fortalecendo o turismo.
- Propiciar condições para que a agricultura de subsistência se desenvolva, garantindo a produção básica e necessária à manutenção das famílias, sem impactos à qualidade ambiental do município; é fundamental agregar valor à propriedade, valorizando a produção interna e diminuindo a dependência externa.
- Contatar instituições voltadas para a agricultura e o turismo, para a promoção de cursos e palestras, visando à melhoria da produção rural e promovendo o turismo.
- Organização da classe dos trabalhadores rurais e o conseqüente fortalecimento do sindicato da categoria para a defesa de seus interesses.
- Fomentar e fiscalizar o uso dos EPIs pelos que usam agrotóxicos, bem como o recebimento e a destinação final dessas embalagens.
- Resgatar e valorizar as festas rurais, incorporando-as ao calendário das festas da cidade, para valorizar o homem do campo.
- Incentivar o artesanato na zona rural, utilizando-se dos recintos das escolas rurais.
- Criar cooperativa municipal de produtores e trabalhadores rurais com a participação do poder público e dos respectivos órgãos representativos (sindicatos, associações, etc.), que tenham flexibilidade e autonomia para

- captar recursos, buscando alternativas viáveis para favorecer a atividade rural.
- Fornecer mudas frutíferas e árvores para o reflorestamento e para o enriquecimento do setor e o seu uso racional, dar assistência técnica, explorar racionalmente os bens e semear espécies locais.
- Desenvolver a agropecuária e os seus produtos através de promoção dos produtos de Extrema, nos mercados local e regional, visando à expansão da produção e do mercado gradativamente.

5.5. INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO - Contexto Regional

INFRA-ESTRUTURA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO

A atividade turística necessita de infra-estrutura pública para apoiar a iniciativa privada nos seus investimentos em projetos e atividades desta importante atividade econômica. Atualmente, as iniciativas em curso têm mais foco individualista, com pouco profissionalismo; não tem caráter sistêmico direcionado à integração entre os elos das cadeias produtivas local e a regional. Para que a atividade turística se desenvolva com vigor é necessária uma eficaz articulação entre os componentes dessa cadeia produtiva com a participação da comunidade e com o apoio do poder público, promovendo e orientando as iniciativas promissoras do turismo.

Ações:

- Promover a participação comunitária na atividade turística, sensibilizando-a e mostrando sua importância para o desenvolvimento sustentável.

- Promover o trabalho conjunto entre o Departamento Municipal de Turismo e o Circuito Serras Verdes.
- Incentivar o turismo rural, o ecoturismo, o agroturismo, o turismo de esportes de aventura, entre outros praticados no meio rural.
- Definir uma política de turismo, com a participação governamental, do setor produtivo e da sociedade civil organizada.
- Introduzir, na grade curricular das escolas de ensino fundamental e médio, matéria sobre a importância sócio-econômica e cultural do turismo.
- Promover e consolidar o artesanato local, interagindo com o regional, fortalecendo e valorizando a cultura local e a regional.
- Incentivar a criação dos conselhos municipais de turismo.
- Planejar e elaborar plano de investimentos para a infra-estrutura turística, cuidar dos atrativos, finalizando-os; embeleazar os espaços públicos e fazer a defesa do patrimônio histórico.
- Fomentar a realização de cursos de qualificação profissional para o turismo (camareira, jardineiro, cozinheira, segurança, guias de turismo e outros conforme a necessidade apresentada); os sindicatos rurais e as associações de bairros da zona rural devem se habilitar para promover cursos sobre o turismo rural.
- Criar e divulgar o calendário dos eventos local e regional.
- Criar campanhas de “marketing”, direcionando-as para os atrativos turísticos conhecendo o mercado que se quer atrair.
- Incentivar e realizar fóruns de debates, congressos, campanhas em praças públicas com distribuição de material informativo, envolvendo a comunidade no desenvolvimento turístico.
- Incentivar outros segmentos do turismo, como o artesanato, a formação de

- micro-indústrias, etc.
- Construir uma praça de alimentação para apresentar os produtos locais e os regionais.
- Manter conservadas as estradas rurais.
- Desenvolver projetos turísticos específicos para os jovens, motivando-os e promovendo cursos para atraí-los para essa atividade;
- Envolver a comunidade nos projetos de preservação do patrimônio natural e cultural local.

INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO: Telefonia, Televisão, Internet e novos sistemas para segurança.

Extrema é bem servida em comunicações e deve continuar desenvolvendo essa infra-estrutura, a fim de promover um município com todas as condições ambientais, sociais e econômicas, para projetar a cidade de forma sustentável.

Ações:

- Incorporar as políticas de modernização do setor, mantendo o bom nível da tecnologia existente.
- Promover ações para reduzir a exclusão digital de parte considerável da população local.
- Implantar telefones públicos via satélite, na zona rural.
- Promover a comunicação e a informação entre a zona rural e a urbana, particularmente no apoio às suas questões ligadas à educação e saúde.
- Estabelecer parceria entre a Prefeitura, Telemar e a sociedade civil para resolver o problema da falta de cobertura telefônica nas regiões distantes ou “de sombra”.

- Definir, com a Telemar, os critérios de cobertura de área do município por telefones públicos.
- Criar subsídio municipal para a Telemar investir em áreas não rentáveis à empresa e consideradas prioritárias para o município.
- Investir na melhoria do acesso aos serviços de internet do município.

INFRA-ESTRUTURA DE ENERGIA

Ações:

- Promover a racionalização do uso da energia elétrica e quaisquer outras formas de energia entre as comunidades, setores da iniciativa privada ou o setor público.
- Promover o uso de fontes alternativas, limpas do ponto de vista ambiental, como a solar, a eólica etc.
- Acompanhar os estudos relativos à viabilização de ramificação de gasoduto para a região.

Meios de implementação

- Estabelecer parcerias entre o setor público, a iniciativa privada e a comunidade organizada para empreender as ações desta agenda.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Ações:

- Promover a participação comunitária no processo de análise e de formulação de propostas de melhoria do sistema.

- Criar um centro logístico de transportes para promover a distribuição de produtos em veículos médios ou pequenos evitando a circulação dos veículos de carga pesada fora dos limites da circulação urbana, para haver economia de escala.
- Desenvolver um projeto para a malha viária, para promover melhor articulação entre as vias públicas, criando novas alternativas de rotas, sejam ruas, estradas etc, que se destinam a pontos específicos nas Zonas Urbana e Rural, facilitando o desenvolvimento do turismo, das atividades empresariais, do comércio, favorecendo a população e respeitando o meio ambiente. Se houver mais opções para os deslocamentos, haverá menos engarrafamento, a manutenção das estradas e ruas será melhorada e haverá melhor aproveitamento nas mobilidades.
- Criar um sistema de transporte eficiente para a zona rural, que possa atender às necessidades dos moradores e às necessidades do turismo.
- Criar espaços de transição bem definidos e sinalizados entre a estrada, as vias coletoras, as ruas e as calçadas; é fundamental que o condutor de veículos e o cidadão observem com clareza as distinções entre estas categorias de via; acidentes ocorrem nas vias mal sinalizadas.
- Efetuar estudo objetivando a viabilização da ferrovia, contando com o organismo federal para aproveitar o ramal de Santos Jundiá, hoje desativada.

SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL - SAÚDE

Durante todo o trabalho da Agenda 21 de Extrema focalizou-se, com pertinência, a questão social. É fundamental fortalecer a sociedade, ouvi-la, cuidar da cidadania, mobilizar os seres humanos para as suas conquistas de direito, aumentar a auto-estima do ser humano, sem o que não ocorrerá a sustentabilidade desejada.

Ações na área de saúde:

- Realizar, periodicamente, fóruns de debates sobre as possibilidades de articulação para apoio às questões de saúde, que são comuns a todos os municípios da região.
- Reativar o Consórcio Intermunicipal de Saúde CONSUEX SUL, buscando sanar as dificuldades apontadas pelos municípios e propor novas alternativas para as questões de saúde.
- Atentar para a carência de leitos de UTI e propor a sua solução.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde.

Meios de implementação:

- Reestruturação do CONSUEX - SUL, dando-lhe funcionalidade e eficiência para caminhar no sentido de conscientizar os integrantes do CONSUEX - SUL da importância da união de todos os municípios para sanar as dificuldades comuns.
- Elaborar Agenda 21 Local e Agenda 21 Regional para conscientizar todos os segmentos sociais da importância do estabelecimento de parcerias para orientar as questões de saúde.
- Firmar convênio com o hospital de Bragança Paulista para a resolução imediata dos atendimentos emergenciais de alta complexidade.
- Desenvolver ações para a ampliação do hospital local para a resolução imediata dos atendimentos de emergência e de alta complexidade.

Ações na área de educação:

- Fomentar o ensino profissionalizante como forma de consciência cidadã.
- Estimular a participação da sociedade para reflexão contínua sobre a

- qualidade do ensino.
- Promover a qualificação do corpo docente e de profissionais envolvidos no processo educacional.
- Apoiar o Fórum Municipal para a Educação.
- Implantar a bolsa de ações sociais com informações sobre a situação econômica e social de cada cidade da região, para promover o entendimento, a cooperação e a integração regional. Ex: cursos profissionalizantes, empregos, entidades com necessidades, eventos, atividades culturais e esportivas.
- Manter as estradas da região em bom estado para que os cidadãos tenham melhores condições de circulação e comunicação entre os municípios, facilitando o acesso à cultura e educação.
- Realizar um diagnóstico das necessidades municipais e regionais para criação de cursos e buscar parcerias com instituições e fundações e universidades reconhecidas, que possam atender às necessidades específicas diagnosticadas.
- Buscar parcerias com o setor privado, instituições, universidades, para realização de convênios, que possam reduzir os custos dos cursos profissionalizantes e superiores que atendam às necessidades locais.
- Fortalecer o atendimento aos portadores de necessidades especiais (inclusive casos psiquiátricos) e a sua inclusão na escola e na comunidade.

Ações na área de promoção social:

- Planejar a implantação, operação e fiscalização das ações sociais locais e regionais.
- Garantir os direitos daqueles que têm impedimentos físicos, mentais ou dos que são discriminados.

- Desenvolver políticas sociais, com o caráter de promoção e de inclusão.
- Desenvolver políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão, voltadas para a equidade social.
- Criar mecanismos para promover as iniciativas da sociedade no desenvolvimento de projetos inovadores sustentáveis.
- Apoiar as mulheres, buscando fortalecer o mercado de trabalho que lhes seja favorável; as creches devem assistir as crianças no horário de trabalho das mães; promover a qualificação profissional e proteção à saúde da mulher.
- Fortalecer a assistência social, contratando profissionais para esta tarefa.
- Propagar, nos meios de comunicação, nas fundações ligadas à comunicação e nas entidades afins, uma divulgação ampla de todos os trabalhos sociais desenvolvidos na região.
- Fazer parcerias na região com as empresas do setor privado, ONGs, associações e entidades da sociedade civil para o desenvolvimento social na região.
- Utilizar a estrutura do Circuito Serras Verdes do Sul de Minas para integrar projetos e trocar informações sobre as experiências e parcerias regionais.
- Criar a "bolsa de ação social regional" para disponibilizar informações sobre as potencialidades e vulnerabilidades regionais, elaborando projetos apropriados ao município nas áreas de educação, saúde, atendimento ao idoso, qualificação para o trabalho, atendimento aos portadores de deficiência, oferecer oportunidades no mercado disponíveis à contratação de pessoal, etc.
- Realizar fóruns e encontros para discussão e elaboração de políticas de desenvolvimento social e econômico da região.
- Promover a mobilização regional em torno das metas fixadas pela Agenda 21, para o desenvolvimento integral fortalecido pela união, pelos objetivos

- comuns e colaboração mútua.
- Promover, nas comunidades de bairros, a união entre os seus moradores, para a criação de comissões com intuito de conscientizar a população sobre a preservação e a conservação ambiente; criar oficinas de trabalho cooperativo, para incentivar a produção de bens relacionados às características do município, gerando assim emprego e renda.
- Implantar hortas comunitárias nos bairros da zona rural e da periferia.
- Estabelecer novas cooperativas como a de costura, já existente.
- Implantar o centro de atenção psicossocial para apoiar o portador de doença mental.
- Construir a casa transitória em apoio ao conselho tutelar.
- Implantar trabalho social para a supervisão e orientação às famílias a serem instaladas nos conjuntos habitacionais da zona rural; oferecer melhores condições de vida a estas pessoas, atentando para condições mais adequadas para a circulação e transporte, integrando-as socialmente; deve-se atentar também para promoção do esporte, do lazer, da educação e da saúde desses cidadãos.
- Promover a parceria entre as indústrias e o setor de segurança para a oferta de trabalho às pessoas detidas, buscando viabilizar a sua reinserção social e a possibilidade de trabalho; oferecer atendimento médico e psico-social à população carcerária.
- Criar a guarda-mirim municipal e grupos de escoteiros.
- Ampliar a rede de asilo aos idosos carentes.
- Montar os conselhos municipais do idoso na região e, através do poder público ou privado, efetivar ações que garantam a sua qualidade de vida.
- Desenvolver projetos e parcerias para assistência às famílias cujos filhos têm

- problemas comportamentais em suas escolas.
- Fomentar programas para incrementar o mercado de trabalho e a correspondente melhoria de renda, e incrementar os programas de ação social.
- Investir na educação, atentando para os valores éticos e a promoção social.

Ações na área de proteção social:

- Atuar na área de segurança pública através da presença policial mais efetiva nas áreas urbana e rural, garantindo o bem-estar da população, alicerçado no respeito, na confiança e no equilíbrio entre o poder da polícia e o exercício da cidadania.
- Combater o uso e o tráfico de entorpecentes nas escolas.
- Integrar, efetivamente, as escolas e o corpo policial para o combate às drogas, tornando obrigatória na rede municipal de ensino a aplicação do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) desenvolvido pela PMMG.
- Transformar a Delegacia Seccional em Regional, para contar com os serviços da polícia técnica do IML - Instituto Médico Legal, para poder expedir as carteiras de motoristas, para dispor da delegacia de atendimento à mulher, a criança e ao adolescente, cujos serviços poderiam atender também aos municípios vizinhos.
- Fazer gestões junto ao Governo do Estado para elevar à categoria de Companhia Especial e/ou Companhia Independente, a atual companhia que atua em Extrema; essa providência iria favorecer os recursos humanos e materiais disponíveis pelo Estado ao município; futuramente, deve-se buscar a instalação de um Batalhão PM em Extrema.
- Criar programas junto à iniciativa privada, para recuperar o preso através do

- mercado de trabalho e garantir-lhe a reintegração social ; pode-se estimular a formação de uma ONG, nos moldes da APAC, com experiência neste tipo de trabalho.
- Oferecer moradia de boa qualidade aos policiais, dando-lhes segurança e valorização, com a possibilidade de serem os futuros proprietários de suas moradias, através de financiamento; tal providência atrairia profissionais que, voluntariamente, optariam por prestarem os seus serviços em Extrema.
- Implantação da guarda municipal (GM), através de convênio com o Estado de Minas Gerais, visando à colaboração da PMMG no processo de seleção, treinamento e coordenação quanto ao emprego do pessoal da GM nas atividades a ela inerentes, conforme preceitua o parágrafo 4º do artigo 183 da Constituição Estadual.
- Apoiar a corporação policial na criação de equipes/grupamentos especiais, para complementar os serviços de rotina, e dar maior efetividade à suas atribuições constitucionais.
- Investir nos equipamentos dos policiais para fortalecer as ações policiais.
- Firmar convênios com as polícias estaduais para a aquisição, cessão e/ou doação de viaturas, equipamentos e armamentos.
- Criar programas, em parceria com a iniciativa privada ou a organização pública, para disponibilizar aos policiais cursos de treinamento especializados em técnicas para operações especiais.
- Criar a casa abrigo e “famílias substitutas” para as mulheres, os adolescentes e as crianças vítimas de violência, com apoio psicológico e programa de integração destas pessoas na sociedade.
- Criar serviços e apoio às famílias de usuários de drogas e álcool, bem como aos usuários.
- Implantar sistemas de segurança eletrônica em alguns pontos da cidade.

Ações referentes à infra-estrutura institucional:

- Fortalecer todas as formas de parcerias; Extrema já participa, com outros municípios da região, do Consórcio das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e do Circuito Turístico Serras Verdes. Esta tendência pode ser ampliada, estabelecendo novos pactos nas áreas social e ambiental; conscientizar os cidadãos e procurar junto a outros municípios o estabelecimento de parcerias, com a participação do setor privado.
- Articular, com instituições regionais e federais, o financiamento para apoiar projetos no município; para alavancar o desenvolvimento econômico, há fontes de financiamento como a do BNDES para apoiar as atividades empresariais e as iniciativas a favor do turismo; também o projeto atual do governo federal Banco do Povo para microcréditos pode ser mais divulgado junto à população, para que esta possa se candidatar àqueles recursos.
- Criar o Departamento de Desenvolvimento Social e Econômico para prestar consultoria, dar orientações e promover o desenvolvimento sustentável.
- Organizar fóruns e debates em toda a região no sentido de fomentar novas parcerias, principalmente para a área social e para a preservação do meio ambiente (Ex: programas de defesa das nascentes, para o saneamento ambiental e a construção de novos aterros sanitários); promover junto ao meio empresarial as vantagens advindas das parcerias em prol do desenvolvimento sustentável.

5.6. PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

PROMOÇÃO DOS VALORES ÉTICOS E DA SOLIDARIEDADE

O governo e a sociedade, integralmente, devem trabalhar para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades, para a promoção de saúde e proteção dos grupos vulneráveis, eleger a educação como básica ao processo de mudança, elaborar políticas públicas com caráter eminentemente social, valorizar os padrões culturais e buscar a equidade social.

Ações:

- Conscientizar a população dos valores éticos e solidários, da necessidade de romper com a visão imediatista e reducionista do individualismo que se contrapõe ao desenvolvimento humano sustentável.
- Incentivar a criação de ONGs, fundação de clubes de serviço, instituição de um corpo de voluntariado municipal, associações cooperativistas e solidárias para troca de serviços e experiências que devem ser estruturadas para a promoção da sustentabilidade do desenvolvimento humano.
- Aprofundar a percepção sobre a educação que deve atuar mais profundamente como ferramenta importante do desenvolvimento humano e social.
- Fomentar novas formas de trabalho cooperativista no campo, no comércio, na produção e nos serviços; repensar formas de fixação e aproveitamento do cidadão no seu município, valorizando o seu autoaprimoramento e o aproveitamento de todo o seu potencial.
- Priorizar o desenvolvimento humano como força propulsora do desenvolvimento econômico e político-institucional do município, por meio

- da corresponsabilidade dos diferentes atores sociais, em especial dos empresários e do governo.
- Aprimorar as noções de cidadania com a mobilização das pessoas para o aprendizado e o zelo pelo bem público e pessoal, utilizando a escola como principal veículo externo para a promoção social.
- Fomentar a organização e o aperfeiçoamento dos movimentos sociais de bairros, com o objetivo de formar lideranças com credibilidade e conscientes da sua atuação cidadã, evitando a influência e a dependência político-partidária nesses movimentos.
- Desenvolver o sentimento de pertencimento, valorizando o lugar onde se vive, despertando o sentimento de responsabilidade com a sua preservação e a sua evolução.
- Praticar a democracia participativa, o espírito empreendedor e a importância sobre o gerenciamento dos recursos humanos e financeiros.
- Fortalecer a noção de cuidado e amor pela cidade envolvendo todos os moradores.
- Cadastrar entidades públicas e privadas que necessitem do trabalho voluntário, para formar o corpo do voluntariado, com orientação e preparo para atuar, dando oportunidade aos jovens, às donas de casa, às pessoas de idade e aos aposentados para se exercitarem solidariamente.
- Fortalecer o Projeto Integral com a participação de voluntários, para atuar junto às diversas atividades voltadas para as crianças e os adolescentes.
- Reprogramar, fortalecer e incentivar as festas populares com um calendário que preserve a tradição de cada pequena comunidade ou organismo, sem interferir nos movimentos espontâneos; essa participação exigirá que os representantes pensem e planejem juntos às datas, os eventos, os lugares, e os recursos; a mobilização deve buscar a solidariedade e a participação comunitária.

- Desenvolver o trabalho de parcerias promovendo intercâmbios, em que as entidades, organismos, instituições ou grupos troquem informações sobre programas e ações, evitando sobreposições e má aplicação dos recursos humanos e financeiros.

MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Ações:

- Apoiar financeiramente, através de um banco rural ou do Povo, a exemplo de experiências bem sucedidas em países do oriente, os pequenos artesãos, os pequenos produtores rurais e as mães de família para expandirem a suas atividades, com acesso ao capital de giro inicial.
- Oferecer assistência técnico-operacional para fixar o homem no meio rural e possibilidade para abrir novas modalidades de trabalho produtivo.
- Definir políticas públicas voltadas para os trabalhadores desempregados, visando a organizar atividades conjuntas e solidárias como mutirões e cooperativas, o que tem apresentado resultados substanciais em muitas localidades.
- Oferecer apoio psicossocial aos trabalhadores desempregados.
- Criar mutirões remunerados, voltados ao reparo de áreas degradadas ou de risco, principalmente em ações que envolvam a recuperação de áreas ambientais, como reflorestamento dos topos de morros, matas ciliares, tratamento das nascentes, limpeza e desassoreamento dos rios, através de projetos integrados entre poder público e sindicatos de trabalhadores.
- Articular parcerias entre as instituições do poder público e entidades privadas, visando ao aprimoramento da capacidade profissional daqueles que precisam e querem trabalhar.

- Criar programa de apoio ao primeiro emprego, envolvendo parceria com o comércio e a indústria por meio de estágios remunerados.
- Definir programas de apoio à agricultura voltada à fruticultura compatível com o solo e o clima local.
- Incentivar a criação de cooperativa agrícola que ofereça oportunidade para melhorar a qualidade do produto, a produção e a distribuição, além da prática do trabalho solidário, que fortalece o grupo e a comunidade.
- Implantar a assistência técnica para a agropecuária, que poderia ser utilizada regionalmente, com técnicos especializados nas diversas áreas.
- Criar programa de incentivo aos trabalhadores autônomos, com qualificação e pequenos empréstimos, visando a melhorar o atendimento dos serviços que oferece à população.
- Criar programa para a troca de experiências dos trabalhadores da indústria e os sindicatos com os trabalhadores locais com menor formação profissional; promover palestras, disponibilizar vídeos educativos para o aprimoramento profissional. O SENAI, SENAC, SENAR e congêneres são parceiros naturais neste processo.
- Fortalecer um balcão de empregos centralizado, servindo de intermediário entre o trabalhador e o empregador, para que o primeiro possa se apresentar e onde pessoas jurídicas e físicas possam também estar cadastradas para disponibilizar as suas ofertas. Esse espaço poderá, num segundo momento, oferecer cursos de aprimoramento profissional em parceria com os sindicatos, empresas e órgãos habilitados.
- Incentivar as pequenas comunidades a trabalhar no aproveitamento de seu próprio espaço (pracinhas, parques, quadras de esporte, etc.) prática propícia à formação de redes de trabalho solidário.
- Criação do “Projeto Aprendiz” destinado aos adolescentes candidatos ao primeiro emprego.

- Desenvolver projeto para incentivar e valorizar os trabalhadores acima dos 40 anos.
- Qualificar, ampliar e revalorizar o trabalho artesanal familiar.
- Implementar política de ecoturismo rural com o aproveitamento dos moradores rurais.
- Oportunidade de emprego aos extremenses nas indústrias, priorizando-os para a ocupação dos postos de trabalho disponíveis nas empresas.

MELHORIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE - ACESSO À ESCOLA

Ações:

- Capacitar os responsáveis pela educação para a busca de novos conhecimentos quanto aos fundamentos da moderna visão sistêmica e da transdisciplinaridade do ensino.
- Investimentos do poder público para equiparar, salarialmente, os professores da 1ª a 4ª série aos da 5ª a 8ª série, valorizando-os e obedecendo a critérios pré-determinados.
- Estruturar e fortalecer a carreira do magistério, com programas de avaliação de desempenho, estabelecendo gratificações de acordo com o mérito, a assiduidade, a recuperação de alunos e outras motivações que poderão advir do próprio corpo docente.
- Revitalizar e fortalecer as APMs ou criar órgãos equivalentes nas escolas, com o engajamento da comunidade, repassando recursos a serem gerenciados pela própria comunidade escolar, que tem condições de priorizar suas necessidades e fiscalizar tanto a aplicação dos recursos como a implantação de metas.
- Articular as atividades de ensino formal desenvolvidas nas escolas com

- projetos sociais de promoção e proteção da população; a estrutura física da rede de ensino passaria a abrigar projetos de prevenção de drogas, capacitação de entidades sociais da comunidade, visando a fortalecer o interesse e a parceria da família no espaço dos seus filhos.
- Estruturar a educação visando a atender aos portadores de necessidades especiais, oferecendo a infra-estrutura necessária ao deficiente; as crianças com limitações na aprendizagem devem ter acompanhamento profissional especializado.
- Elaborar o Planejamento Escolar Único - PCU, baseado nos PCNs para a rede municipal de ensino.
- Fomentar parcerias para a cooperação e a troca de experiências entre as escolas e os seus dirigentes visando à superação de conflitos.
- Divulgar a história de Extrema, para que a sociedade conscientize-se de suas origens e saiba valorizá-las.
- Aprimorar, inovar e criar novo material didático e pedagógico, para conhecer o estudo do lugar onde vive, sua história, sua cultura, seus costumes, suas tradições e seus ecossistemas, utilizando nova metodologia para a conscientização das realidades locais com vivências educacionais e sociais “in loco”.
- Criar escola técnica (agrícola, enfermagem, magistério, mecânica, elétrica, informática, química) para atender à demanda, de acordo com a oferta do mercado de trabalho.
- Criar espaços para a pré-escola, para possibilitar o impulso no aproveitamento escolar de alfabetização.
- Estimular o setor industrial a apoiar os projetos educacionais.
- Aperfeiçoar professores e promover a alfabetização de adultos.

- Intensificar os cursos profissionalizantes, buscando as parcerias do SENAC, SENAR, SEBRAE e outros congêneres, em consonância com as demandas do setor produtivo.
- Fomentar a criação de estágios para os alunos dos cursos profissionalizantes promovidos em parceria com SENAC e SENAI.
- Fomentar o trabalho comunitário como princípio educativo, implantando hortas, jardins nas escolas, minipadarias, oficinas de manutenção da parte hidráulica, elétrica e estrutural e para pequenos consertos como fechaduras, recolocação de vidraças, restauração de móveis e outras atividades como a limpeza das salas e dos espaços comuns.
- Implantar e fortalecer o hábito da prática esportiva nas escolas.
- Incluir no currículo escolar, noções de ética, filosofia e valores humanos.
- Fomentar o desenvolvimento artístico individual através de semanas destinadas à pintura, à música, à poesia, ao teatro e a outras expressões da arte, que possibilitem a manifestação da sensibilidade, da apreciação ao belo e do desenvolvimento da criatividade, além de abrir caminhos para aqueles que tenham sensibilidade artística.
- Realizar, através do Departamento Municipal de Educação, seminários e cursos envolvendo as escolas estaduais, municipais e particulares, trazendo profissionais da área educacional para promoverem a visão sistêmica e a transdisciplinaridade.
- Implementar a visão sistêmica e a transdisciplinaridade entre o Departamento Educação Municipal, a Superintendência Regional de Ensino e as Direções das escolas particulares.
- Formalizar e implementar programa de estímulo e de desenvolvimento profissional nas diversas áreas do ensino.
- Criar, em cada escola estabelecida no município, uma entidade representativa

- e paritária da comunidade, família de alunos, docentes, discentes, administração e direção, para que se possa exercer a função autogestora.
- Estabelecer convênio com os governos estadual e federal visando à municipalização da educação até o 2º grau, priorizando o aproveitamento do funcionário efetivo estadual.
- Elaborar, através do Departamento de Educação Municipal, projeto de melhoria da qualidade de ensino, da cultura, do esporte e do lazer para favorecer as crianças e os jovens.
- Elaborar, com o apoio do Departamento de Educação Municipal, um projeto de viabilização do aumento da carga horária escolar de 4 para 8 horas diárias, adequando a infra-estrutura para atender áreas técnicas do esporte, das artes, etc.
- Estabelecer parcerias com o governo estadual para disponibilizar o material didático das salas de EJA e telecurso 1º grau.
- Construir um centro de referência para o professor.
- Fortalecer o atendimento ao portador de necessidades especiais e atendê-lo de acordo com as leis existentes (criação de rampas, banheiros, ônibus especiais, etc).
- Implantar convênio com profissionais liberais, indústrias e comércio, a fim de proporcionar aos alunos do ensino médio a oportunidade de conhecer as diversas profissões, para auxiliar em sua escolha profissional.
- Valorizar as escolas particulares como agentes integrantes do desenvolvimento educacional do município.
- Providenciar para que os funcionários da educação municipais tenham atendimento médico compatível.
- Construir escolas que possam abrigar no máximo 300 alunos na zona urbana e 150 alunos na zona rural, em período integral.

- Criar salas especiais nas escolas municipais para os deficientes.

MELHORIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE - ACESSO À SAÚDE

Ações:

- Implantar outros PSFs, em que se faça o tratamento do paciente de forma integral, conhecendo a história pessoal, a hereditariedade, os vínculos familiares, suas dificuldades e os potenciais, e em que as famílias sejam atendidas de forma preventiva. Os PSFs instalados nos bairros aliviam a pressão sobre o Centro Municipal de Saúde. O médico que atender no PSF, fará a distribuição dos medicamentos, requisitando-os junto ao estoque central.
- Criar um departamento médico associado ao projeto integral para atender às ocorrências que aconteçam nos períodos de aula, e também para apoiar as famílias das crianças.
- Implantar atendimento à saúde mental através do CAPS para possibilitar a reintegração do cidadão à sociedade, através do trabalho interdisciplinar que o caracteriza.
- Revitalizar o consórcio regional de saúde e ampliá-lo com o consórcio de produtos farmacêuticos, a nível municipal.
- Construir hospital e maternidade pública, com 300 (trezentos) leitos com assistência em diferentes especialidades, propiciando melhor atendimento em saúde à população.
- Criar brinquedoteca em hospitais públicos ou particulares para auxiliar no restabelecimento das crianças.
- Aumentar a disponibilidade de equipamentos e diversificar os atendimentos na rede pública.

- Aumentar a disponibilidade de profissionais na saúde pública, cuidando da qualidade do atendimento a população.

CULTURA, ESPORTE E LAZER

Ações:

- Priorizar as atividades culturais, articulando adequadamente as ações de cunho social, rompendo com a segmentação característica da administração pública, promovendo a parceria entre o poder público e a comunidade, o intercâmbio entre agentes institucionais e a comunidade;
- Elaborar programa para os esportes, a cultura e o lazer, que atenda aos diferentes segmentos sociais com vistas à manutenção da cultura local, o resgate das tradições religiosas e folclóricas; os festejos populares devem preservar a memória e a identidade social.
- Criar programa de qualificação e valorização dos esportes radicais associados ao desenvolvimento do ecoturismo.
- Articular parceria entre os Departamentos de Esporte e Lazer, de Cultura e Turismo e do Meio Ambiente para conscientizar a população da necessidade de cuidar dos locais destinados à Asa Delta, às escaladas, às trilhas, etc, com a valorização dos recursos naturais e do turismo.
- Fomentar as atividades culturais, valorizando e buscando novos talentos e criando espaços físicos para as oficinas de artes, literatura e música.
- Fomentar a preservação da memória, hábitos e costumes, bem como a defesa do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade.
- Revitalizar o Espaço Cultural Euclides Benedito de Lima, localizado no centro da praça e que abriga atualmente o CREAARTE.
- Revitalizar o espaço da praça Presidente Vargas, por meio de um novo projeto urbanístico que priorize os pedestres e o desenvolvimento de atividades culturais.

- Reunir as entidades representativas dos bairros e da zona central da cidade e o Departamento de Turismo e Cultura para programar as datas festivas de cada núcleo, a fim de que a comunidade conheça, antecipadamente, a programação do evento, evitando, assim, a sobreposição de datas.
- Ouvir a comunidade escolar quanto à transferência dos festejos juninos para um espaço coletivo, já que a tradição da cidade foi sempre sediar a festa na própria escola.
- Voltar à programação do FESCANPE.
- Retornar às atividades bem sucedidas no passado recente como o festival da canção popular (acontecia em janeiro), festival da música sertaneja (agosto); salão de artes plásticas (setembro); concurso de poesias e feira do livro (setembro).
- Construir um coreto na praça Presidente Vargas para a prática de atividades culturais urbanas.
- Ampliar o programa de esportes dos bairros, incorporando atividades culturais; a quadra do bairro pode ser utilizada como um minipólo esportivo e que, em cada uma, um professor de educação física fique responsável pela promoção e treinamento esportivo e pelo lazer; os espaços devem ser bem trabalhados, inclusive com a participação efetiva da comunidade, para atender à atividades artísticas e culturais.
- Buscar o patrocínio das empresas para as atividades culturais e esportivas; as indústrias e o comércio podem ter, através dos esportes e da promoção cultural, retorno favorável aos seus investimentos nessas áreas.

SEGURANÇA PÚBLICA E GRUPOS VULNERÁVEIS

Ações:

- Criar a guarda-municipal, com pessoal preparado e instruído, a quem caberia cuidados específicos municipais, como o trânsito na cidade, a atuação preventiva dentro e fora das escolas, um trabalho inter-relacionado com o Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e outros.
- Criar serviços de apoio às famílias e aos usuários de drogas e de álcool.
- Criar, através de parcerias do setor privado, um centro para reintegração social do detento.
- Ampliar o contingente feminino da Polícia Militar e criar Delegacia da Mulher para atendimento à mulher, à criança e ao adolescente.
- Criar casa de abrigo para mulheres, adolescentes e crianças vítimas de qualquer tipo de violência, com apoio psicológico e programas de reintegração social.
- Criar a guarda-municipal escolar voltada à segurança permanente das instituições de ensino, zelando pela segurança dos alunos e dos funcionários.
- Monitorar eletronicamente os locais mais povoados e os centros comerciais.
- Construir portal na entrada da cidade, monitorado com sistema de segurança.

GRUPOS VULNERÁVEIS

Ações:

- Sensibilizar a sociedade para a inclusão social de pessoas dos grupos vulneráveis; é um tema importante e prioritário que precisa ser levado à população e ao setor público.
- Criar grupos de trabalho com orientação psicossocial e, através de palestras, estudos e vivências, fortalecer a participação feminina e a conscientização

- necessária para a construção de uma sociedade solidária, com equidade e fraternidade.
- Promover campanhas para conscientizar a sociedade da importância do papel da mulher na sociedade, composta por homens e mulheres, que embora biológica e psicologicamente diferentes, são pessoas merecedoras do maior respeito e basilares na construção de uma nova sociedade.
- Criar campanha para reconhecer a força de trabalho da mulher nas atividades domésticas e nas atividades profissionais, despertando o homem para a partilha e responsabilizando-o pelo cuidado com a prole e com o lar.
- Promover a conscientização e sensibilização da família quanto ao idoso e ao doente crônico, com palestras promovidas pelos órgãos de saúde e de promoção social.
- Promover a integração entre as diferentes faixas etárias e, nos espaços abertos ao ar livre, promover pontos de encontro, onde se possam vivenciar atividades que despertem o interesse em experimentar novas iniciativas nas áreas da saúde, do lazer, do esporte e da cultura.
- Centro de amparo ao idoso como ponto de referência para o encaminhamento de seus problemas pessoais como: a aposentadoria, a saúde, o lazer e os problemas familiares.
- Criar mecanismos para fiscalizar a aplicação do estatuto do idoso, envolvendo o poder judiciário, executivo, legislativo e a comunidade.
- Promover o encontro entre o místico, o religioso e o folclórico nos bairros e na cidade, aproveitando o conhecimento e a tradição das pessoas de 3ª idade, que são a memória da cidade.
- Criar campanhas de prevenção sobre o fumo, a bebida, a obesidade e a ociosidade.
- Abrir inscrições para voluntariado composto por idosos para desenvolver

- trabalhos sociais, apoiado por parcerias entre as entidades públicas, privadas e religiosas, supervisionado pelo departamento de assistência social.
- Desenvolver programas orientados para os dependentes químicos, como o empreendido pelos alcoólatras anônimos.
- Promover campanhas de orientação e controle de natalidade, principalmente para as famílias de baixa renda.



6

Meios de Implementação: Mecanismos Institucionais e Instrumentos



A Agenda 21 não é de caráter mandatário, não buscando transformar-se num diploma legal. Caracteriza-se como um pacto social firmado entre os diversos segmentos sociais para a construção de seu futuro. Sua implementação constitui-se no desafio de influenciar a formulação de políticas públicas, propiciando os meios para a execução de programas e projetos que promovam as mudanças desejadas pela sociedade.

Neste capítulo, ao se procurar identificar os meios capazes de favorecer a implementação das propostas da Agenda 21 de Extrema, é importante reafirmar o compromisso com a corresponsabilidade e a negociação permanente, para que se alcance a mediação de interesses específicos próprios dos diferentes parceiros do desenvolvimento sustentável.

A corresponsabilidade pressupõe a necessária participação de todos os segmentos na implementação da agenda; negociar é assumir as diferenças e reconhecer nos conflitos de interesse a essência da experiência e dos compromissos democráticos.

Para que as estratégias de desenvolvimento sustentável da Agenda 21 de Extrema sejam efetivamente implementadas, é fundamental que haja uma explícita incorporação, no seu processo decisório, das principais condicionalidades econômico-financeiras e político-institucionais do município, a curto, a médio e a longo prazo.

É possível, com algum esforço técnico, calcular as necessidades de financiamento plurianual das políticas, programas e projetos da Agenda 21 de Extrema. Entretanto, por mais conservadoras que sejam as estimativas, os valores serão sempre muito superiores à atual realidade fiscal e financeira do município.

Colocar todo o peso da implementação das políticas de desenvolvimento sustentável sobre as despesas adicionais de custeio e de investimento do município pode ser uma decisão equivocada e carregada de riscos e incertezas.

Existem inúmeros mecanismos institucionais e instrumentos que podem contribuir para o processo de implementação da Agenda 21. Alguns são mais tradicionais, outros mais inovadores; muitos são da alçada do setor público, alguns são controlados por decisões da iniciativa privada; há, também, uma diversidade muito grande destes mecanismos e instrumentos quanto ao seu grau de descentralização administrativa e de participação comunitária.

Entende-se assim, que é papel da Agenda 21 conter, além de um conjunto estruturado de diretrizes e ações, a indicação de alguns mecanismos que poderiam viabilizar a sua implementação. Procura-se aqui identificar arranjos institucionais, parcerias, marcos legais e instrumentos administrativos, econômico financeiros, bem como as responsabilidades a serem partilhadas entre os diferentes segmentos sociais.

PLANOS DE GOVERNO E ORÇAMENTO

Não se pode perder de vista que as propostas da Agenda avançam sobre os períodos de governo legalmente constituídos, não sendo possível identificar a Agenda 21 com os planos do executivo. Estes se constituem em um dos instrumentos que devem ser influenciados pelas propostas contidas na Agenda, contemplando as propostas compatíveis com a execução num período de governo.

Os planos plurianuais, que expressam as prioridades estabelecidas pelo executivo para alocar seus recursos financeiros num período de governo, devem assim se constituir em peça fundamental para a incorporação das proposições resultantes do processo de elaboração da Agenda 21. Em assim fazendo, o executivo estará, por si, promovendo uma mudança política da maior relevância: a de priorizar pactos sociais geralmente relegados ao segundo plano na prática política do país.

O Orçamento Plurianual de Investimentos pode ser uma alternativa para orientar a reestruturação dos gastos públicos ao longo do tempo, por meio de mudanças incrementais numa seqüência de orçamentos anuais. Uma abordagem inovadora no trato da elaboração de orçamentos é a metodologia do Orçamento de Base Zero, no qual nenhum órgão da administração, direta ou indireta, dispõe, inicialmente, de cotas preestabelecidas ou corrigidas segundo regras uniformes. Na verdade, tem de haver uma sólida justificativa para cada programa, subprograma, projeto ou atividade a serem incluídos no orçamento, a fim de se ter acesso aos recursos fiscais.

MARCOS LEGAIS

A definição dos marcos legais que viabilizaram as propostas da Agenda é um dos primeiros passos a serem trilhados. Faz-se necessário correlacionar os objetivos do desenvolvimento sustentável com os instrumentos legais existentes verificando-se quais são as adequações e alterações necessárias.

Destaca-se, a título de exemplo, a necessidade de rever o plano diretor, o código de edificações, leis de incentivos fiscais, dispositivos da política ambiental e demais ações que estão regidas por instrumentos legais e que, por ventura, as propostas da Agenda levem a um novo entendimento por parte da sociedade. Desta forma, mesmo a Agenda não se constituindo em um instrumento legal, sua implementação prescinde de base legal.

INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais apresentam-se como o instrumento mais utilizado na promoção de soluções para problemas de redistribuição de benefícios sociais e oportunidades econômicas, através de programas e projetos de natureza meritória. Cabe, entretanto, uma negociação transparente entre o executivo, o legislativo e as representações da sociedade para garantir que os projetos a serem incentivados remetam, de fato, ao objetivo de promoção da sustentabilidade.

INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS

Um exemplo de instrumento tributário que pode trabalhar a favor da implementação das proposições da Agenda é o caso da cota parte do ICMS, cuja

aplicação é definida por lei estadual. O Estado de Minas Gerais tem legislado no sentido de que haja pesos distributivos na repartição desta cota-parte livre, de tal forma que tem estimulado os municípios a preservar o meio-ambiente, promover programas sociais (ICMS ecológico e ou sócio-ambiental), promover a pequena produção agrícola, valorizar o seu patrimônio histórico, etc.

PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

Um dos principais desafios da construção da Agenda 21 é a concepção e a implementação de políticas públicas, visando a dar às micros, pequenas e médias empresas condições de competitividade sistêmica, numa economia cada vez mais globalizada em suas transações comerciais e financeiras.

O processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade que a comunidade possui para a mobilização social, bem como da existência de uma política de recursos humanos, materiais e institucionais voltados a favorecer as cadeias produtivas de maior vocação, numa determinada região.

Durante o processo de elaboração da agenda, foi possível iniciar o processo de identificação de vocações do município, quando despontou a cadeia produtiva do turismo. Cabe agora a intensificação deste diagnóstico, de modo que se explicita o conjunto de chances, ameaças e riscos que envolvem a dinâmica e a sustentabilidade de cada sistema produtivo com potencial de se constituir num cluster.

CONSÓRCIOS E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO

Extrema é um município que já se encontra orientado para trabalhar com parcerias, devendo fortalecer esta prática, ampliando os tipos de parceria para além das três esferas de governo, incorporando o terceiro setor e o setor produtivo.

O governo federal utiliza-se dos municípios para operacionalizar seus projetos no esquema de contrapartida municipal ou concedido totalmente pelo poder central. O governo estadual possui suas prioridades estabelecidas em plano de governo, devendo o município analisar as propostas da Agenda, procurando identificar objetivos convergentes com as prioridades do estado de modo a estabelecer uma parceria de soma positiva.

As parcerias para a formação de consórcios a serem estabelecidos com governos municipais da região são uma das mais promissoras formas para encaminhamento de soluções que, necessariamente, para serem eficazes, exigem abordagem de caráter regional como a gestão de recursos hídricos e de compartilhamento de equipamentos médicos e de educação, por exemplo.

Ressalte-se a necessidade primordial de investir no fortalecimento do consórcio do circuito serras verdes em fase de prioridade conferida ao turismo pela Agenda, como opção de desenvolvimento econômico de base sustentável para o município.

PARCERIAS GOVERNO-SOCIEDADE MOBILIZANDO RECURSOS LATENTES

Extrema dispõe de um potencial latente de recursos humanos a serem

mobilizados para a promoção da sustentabilidade. São muitas as habilidades alocadas nas mais diferentes categorias de profissionais para trabalhar projetos de cunho social e ambiental. Um exemplo vivo foi a própria construção da Agenda 21 que mobilizou, durante mais de um ano, vários segmentos em torno de um projeto de futuro para o município.

Cabe encontrar os meios de potencializar estes recursos latentes, institucionalizando as parcerias na implementação das ações constantes da Agenda.

O resultado geral das experiências do país em parcerias governo-terceiro setor nos programas e projetos de combate à pobreza, de geração de renda e de emprego, etc. tem sido muito positivo, sob os mais diferentes critérios de avaliação: são praticamente nulos os índices de inadimplência no crédito popular; os projetos executados dentro deste novo paradigma têm custos extremamente reduzidos; na dinâmica de conceber, executar e controlar os projetos, exercita-se a prática da cidadania e daí emerge um novo quadro de lideranças comunitárias; a metodologia, adotada para viabilizar os projetos, elimina desperdícios, aglutina recursos dispersos e restringe as práticas de corrupção administrativa.

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE GESTÃO AMBIENTAL

O Estado de Minas Gerais tem trabalhado no sentido da descentralização da gestão ambiental e neste sentido o município poderia passar a estruturar sua gestão orientado por novos instrumentos como os de caráter econômico. A situação de Extrema enquanto produtora de água e detentora de grandes áreas como unidades de conservação, poderá invocar os serviços ambientais prestados a outros municípios no sentido de auferir recursos financeiros para o contínuo aprimoramento de sua gestão ambiental.

LISTA DE SIGLAS

<u>ACIEX</u>	Associação Comercial e Industrial de Extrema
<u>AIDS</u>	Aquired Immunodeficiency Syndrome
<u>ANA</u>	Agência Nacional de Águas
<u>APA</u>	Área de Proteção Ambiental
<u>APM</u>	Associação de Pais e Mestres
<u>APP</u>	Área Ambiental de Proteção Permanente
<u>BNDES</u>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<u>CAPS</u>	Centro de Atenção Psicossocial
<u>CITE</u>	Centro de Informação Turística de Extrema
<u>CLRE</u>	Clube Literário e Recreativo de Extrema
<u>CODEMA</u>	Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
<u>CONSEPE</u>	Conselho Municipal de Segurança Pública de Extrema
<u>CONSUEX</u>	Consórcio Intermunicipal do Sul de Minas
<u>COPASA</u>	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
<u>CREATE</u>	Associação de Artistas e Artesãos de Extrema
<u>CRIE</u>	Centro de Reabilitação e Integração Especial
<u>DETRAN</u>	Departamento Nacional de Trânsito
<u>EIA</u>	Estudo de Impacto Ambiental
<u>EMATER</u>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<u>EMBRATUR</u>	Empresa Brasileira de Turismo
<u>EPI</u>	Equipamento de Proteção Individual
<u>ETE</u>	Estação de Tratamento de Esgoto
<u>FAT</u>	Fundo de Amparo ao Trabalhador
<u>FESCANPE</u>	Festival da Canção Popular de Extrema
<u>FIEMG</u>	Fundação das Indústrias do estado de Minas Gerais
<u>GM</u>	Guarda Municipal
<u>GT</u>	Grupo de Trabalho
<u>IBGE</u>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<u>ICMS</u>	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<u>IDH</u>	Índice de Desenvolvimento Humano
<u>IDH M</u>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<u>IEPHA</u>	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e artístico de MG
<u>IMA</u>	Instituto Mineiro de Agropecuária
<u>IML</u>	Instituto Médico Legal
<u>IPVA</u>	Imposto de Veículos Automotores
<u>ISSO</u>	International Standardization Organization

<u>NUPAD</u>	Núcleo de Pesquisa em Apoio Diagnóstico
<u>PCDU</u>	Plano de Correção de Desvios Urbanos
<u>PCJ</u>	Rios Piracicaba, Capivari, Jundiá
<u>PCMSO</u>	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
<u>PCN</u>	Parâmetro curricular nacional
<u>PEV</u>	Posto de Entrega Voluntária
<u>PMMG</u>	Polícia Militar de Minas Gerais
<u>PPA</u>	Plano Plurianual de Ação
<u>PPP</u>	Programa de Perfil Profissiográfico
<u>PPRA</u>	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
<u>PRONAF</u>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<u>PROERD</u>	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
<u>PSF</u>	Programa de Saúde da Família
<u>SABESP</u>	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
<u>SEBRAE</u>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<u>SENAC</u>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<u>SENAI</u>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<u>SENAR</u>	Serviço Nacional de aprendizagem Rural
<u>SESI</u>	Serviço Social de Indústria
<u>SET</u>	Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais
<u>SINMEC</u>	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Materiais Elétricos
<u>SISEMA</u>	Sistema Estadual do Meio Ambiente
<u>SISNAMA</u>	Sistema Nacional do Meio Ambiente
<u>SUS</u>	Sistema Único de Saúde
<u>TMI</u>	Taxa de Mortalidade Infantil
<u>TRABMED</u>	Medicina do trabalho e diagnóstico - Convênio médico com empresas
<u>UC</u>	Unidade de Conservação
<u>ZEE</u>	Zoneamento Ecológico-Econômico

FICHA TÉCNICA

CAPA E PROJETO GRÁFICO:
Ana América Antunes de Rezende

REVISÃO:
Romilda de Oliveira Paula

IMPRESSÃO:
Gráfica e Editora Imprimatur
Belo Horizonte - MG

EXTREMA SAUDÁVEL



PREFEITURA MUNICIPAL - 2005/2008

A prefeitura de Extrema trabalha em parceria e harmonia com o setor produtivo; sendo assim, para a concretização de um programa grandioso como o da Agenda 21, o compromisso das empresas com o meio ambiente natural e social garante de fato o desenvolvimento sustentável do município.

As empresas parceiras desta edição possuem licenciamento ambiental e são certificadas ou estão em processo de certificação pela série ISO 14.000.



REXAM

